Impresso na Gráfica Editôra Brasileira Ltda., à rua
Luís Gama, 185 — São Paulo, Brasil, em 1960.

Humberto de Campos
(Da Academia Brasileira de Letras)

Contrastes

(Crônicas)

Obra póstuma

W. M. JACKSON INC.
EDITORES
Rio de Janeiro — São Paulo — Pôrto Alegre — Recife

Esta edição das Obras Completas de Humberto de Campos foi impressa, segundo os desejos dos herdeiros do autor, na ortografia do acôrdo do ano de 1931 entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa, do qual o autor foi um dos signatários e cujo vocabulário foi publicado em 1933.

I

CONTRASTES

SENAC de Meilhan costumava dizer que a vida é um tecido de má qualidade cujo valor está todo no bordado. E êsse bordado é, não raro, interessante. A uma simples volta da peça, muda inteiramente o desenho. E as cenas que se sucedem são quasi sempre contrastantes.

Quinta-feira última foi bastidor de dois bordados dessa ordem a sala das sessões da Academia Brasileira de Letras, pela qual corria a agulha do Destino, para fixar, na tela do Tempo, a sorte vária dos homens. Os trabalhos haviam começado quando um acadêmico pediu a palavra. Ia falar sôbre assunto novo e urgente. Nesse momento, porém, alguém avisa achar-se na sala anexa o barão Henry de Rothschild, eminente banqueiro francês, amigo das boas letras, e delas cultor, atualmente de passagem pelo Brasil. Uma comissão é nomeada para dar-lhe ingresso no recinto. E aparece à porta, baixo, gordo, o lábio vermelho e pendente, ca-

belo e bigode grisalho, trazendo no rosto largo e feliz o melhor sorriso de Israel, o visitante multimilionário, filho de multimilionários, neto, primo, sobrinho, tio, cunhado, compadre e amigo de multimilionários, nascido no dia de S. Fortunato, à sombra dourada da árvore de ouro da Fortuna.

Saúdam-no os espíritos cosmopolitas da casa, os quais, havendo percorrido o mundo, conhecem os seus aspectos generosos e as boas cousas que êle tem.

— Henry de Rothschild, — explica um dêles, — mantém à beira do mar um hospital para as crianças pobres de París. A sua fortuna, posta em mão dadivosa, salva, anualmente, milhares de vidas!

— E' um protetor de sábios e artistas, — louva outro. Possuía em París um palácio a cujos muros estavam suspensas as obras d'arte da pintura moderna. Inaugurou-se, porém, na rua do seu palácio, uma grande linha de ônibus. E como a trepidação dos carros pudesse comprometer as telas das suas coleções, Henry de Rothschild mandou erguer outro palácio em lugar tranquilo, para onde leva, cada ano, novas criações picturais do gênio francês!

— É um defensor das velhas tradições do teatro francês, — refere um terceiro. — Tendo os argentários norte-americanos adquirido e transformado em cinema o *Vaudeville,* Henry de Rothschild mandou construir um teatro que substituísse aquele e em que se refugiassem o espírito e o bom gôsto da cena francesa!

Os escritores pobres que escutam a notícia dêsses milagres do ouro sentem-se deslumbrados e comovidos. O mais obscuro de todos olha, como relíquia, a mão fôfa e gorda que pode atirar os punhados de milho destinados a salvar os galos de Apolo. Henry de Rothschild tem os olhos postos nas bôcas brasileiras que discursam. Levanta-se e agradece, com simplicidade e graça, as cousas que dêle disseram. E retira-se, apertando aquelas mãos amigas, as quais, reunidas, não poderiam contar em seis meses o dinheiro que êle tem.

Reabre-se a sessão ordinária. E o acadêmico que pretendia falar, começa, então, o seu discurso.

— Sr. presidente. E' com tristeza que venho comunicar a esta casa a situação precária de alguns escritores brasileiros. Há

dias, em visita a um grande trabalhador das letras, sentí a desesperadora situação do seu lar. Estava às portas da fome aquela casa! E de outro sei que já vendeu até a mesa em que escrevia. Urge que daquí parta um movimento de solidariedade profissional! Cérebros repletos de sonhos estão sendo debilitados por estômagos vazios de pão. Não cito nenhum nome. Não aponto nenhum lar. Quero apenas lançar êste grito de alarma: é preciso amparar os homens de pensamento, correr em auxílio dos nossos irmãos!...

Buzinava, ainda, à porta, o carro do Barão Henry de Rothschild.

II

DOIS APÓLOGOS

I

OS DOIS HÓSPEDES

ENTRE os muitos hotéis da cidade, aquele era o mais aristocrático. Situado em um dos pontos mais altos, era alí que se hospedavam os viajantes mais ricos e respeitáveis, alguns dos quais acabavam fixando residência no edifício. A Bondade, a Ternura, o Ódio, a Saudade moravam nele. Jovem e sadia, a Alegria ocupava uma tôrre esguia e clara, que o sol fazia faiscar, logo que amanhecia. A Tristeza, sempre vestida de negro, vivia em um quarto sem luz, que apenas os morcêgos visitavam. A Hipocrisia habitava um subterrâneo, e a Mentira um compartimento estreito, cercado de portas falsas, que lhe facilitavam a fuga à simples aproximação da Verdade.

Era nesse edifício que morava, chamando a atenção de todos, um cavalheiro moço,

forte, musculoso, que às vezes se mostrava doce, polido, gentil, tolerante, e outras irritado, hostil, intransigente e, não raro, malcriado. Era vizinho do Ciúme e, sob o menor pretêsto, altercava com êle, que era, em geral, secundado pela Dúvida, cujos aposentos ficavam junto, e tinham secreta comunicação interna.

Certo dia, êsse cavalheiro, após uma discussão com os outros hóspedes, resolveu abandonar o quarto que ocupava no hotel. Foi um escândalo. Gritos, súplicas, desmaios, bater de portas e tampas de malas, tudo isso chegou até fora, alarmando a vizinhança. O cavalheiro foi-se, porém, embora, deixando vazio o quarto em que o iam visitar, alternadamente, a Ventura e o Tormento.

À tarde bateram à porta do hotel. Era uma senhora tímida, modesta, fisionomia bondosa, modos recatados, que desejava aposento.

— Temos apenas um quarto, minha senhora. Foi desocupado hoje mesmo, — explicou o dono da casa.

E indicando o compartimento:

— Entre. Aquí morava, até ontem, o Amor.

— Quem? — estranhou a pretendente.

— O Amor.

— Ah! não me serve! — tornou a candidata, retirando-se. — Eu não posso residir onde esteve êsse senhor.

— E a senhora, quem é?

— Eu sou a Amizade! — explicou a recém-chegada.

E desceu, um a um, os degraus do edifício, que tinha, não se sabe por que, a forma de um coração...

II

A CONSOLADORA

Nenhum rajá da Índia possuíra, jamais, um séquito como o daquele rei. Senhor de minas inesgotáveis, em que brilhavam o ouro e a prata e rutilavam o diamante e a ametista, o rubí, a safira, o topázio, a esmeralda, uma infinidade, em suma, de pedras luminosas e estranhas, aquele monarca vivia na opulência, mas cumprindo, na terra, uma terrível sentença: andar contìnuamente, eternamente, perpètuamente, e sem-

pre, dia e noite, na mesma direção. Foi para minorar êsse castigo que êle organizou aquela comitiva soberba convidando para a sua companhia todos os príncipes e princesas dos reinos vizinhos. A Amizade, a Riqueza, a Mocidade, a Fé, a Esperança, o Amor, o Ódio, a Caridade, a Ternura, a Tolerância, o Prazer, a Coragem, a Alegria, tudo isso o acompanhava na sua grande viagem sem têrmo através de planícies, de cidades, de desertos e de montanhas.

Ao fim de trinta anos de marcha tumultuosa, o suntuoso vagabundo voltou-se, por um instante, sôbre o seu cavalo ajaezado, e olhou para trás.

— Onde ficou a Mocidade? — indagou do seu pagem.

— Morreu, meu senhor!

— E o Ódio?

— Ficou atrás, — respondeu a mesma voz. — Êle era jovem e fatigou-se logo. Só o Ódio velho não cansa...

O soberano sorriu e continuou a sua grande marcha invariável. E à proporção que marchava para o Ocidente, notava que lhe iam ficando, um a um, os companheiros de aventura. Um dia era a Coragem; outro,

o Prazer; outro, a Alegria. E assim o foram deixando todos, até que, abandonado pela Esperança, última princesa da comitiva, êle se viu, uma tarde, sòzinho, trôpego e velho, à margem de um caminho silencioso. O crepúsculo polvilhava de cinza o horizonte, e o soberano se pôs a chorar.

— Triste cousa, — gemeu; — triste cousa é a solidão! Antes a Morte, porque esta, ao menos, é uma companheira!

Ao levantar o rosto lavado de pranto, viu, porém, que não estava só, como supusera. Diante dêle, fitando-o com uma doçura triste, erguia-se a mais formosa das princesas que os seus olhos tinham visto.

— Quem és tu? — indagou, enxugando as lágrimas.

— A companheira dos que não têm companheiras... — respondeu-lhe a visão. — Eu espero por êles, sempre no fim da jornada.

O soberano fitou-a, reconhecido.

Era a Saudade.

III

O MOSQUITO E A IMENSIDADE

DUAS páginas de Anatole France contribuíram, ao lado de outros fatores, para a minha formação mental e, em particular, para o espírito de tolerância que caracteriza as minhas atitudes políticas ou literárias. Uma é aquela do *Jardin d'Epicure,* em que o escritor imagina o destino da humanidade, quando se verificar, ao fim de algumas centenas de séculos, o anunciado arrefecimento do sol. Nascido da humidade e do calor, o homem precisa de calor e de humidade para subsistir. Houve um tempo em que o planeta permaneceu deserto, por falta dêsses dois atributos de vida; e dia virá em que voltará a essa condição primitiva, por terem êles desaparecido. Imaginando êsse crepúsculo infalível da espécie, a agonia lenta, e quasi insensível, dos loucos que se supuseram os senhores do universo, traça o neto intelectual de Voltaire, parodiando um pesadelo de Byron, o qua-

dro terrível, dantesco, ou ibseniano, da humanidade moribunda. Sem noções de pátria, sem lar, sem vestuário que não aquele que lhes oferecem as feras com sua pele, os últimos homens serão tão estúpidos como os primeiros. As artes, as ciências, as indústrias, todas as conquistas, em suma, da sua atividade e do seu engenho, terão sido olvidadas. Abrigados nas cavernas, êles verão no globo arrefecido o rolar dos blocos de gêlo, que irão pouco a pouco sepultando as ruínas das cidades abandonadas. Todas as árvores delicadas terão morrido de frio. Desesperados sem o saberem, desconhecendo, pelas síncopes da memória através das gerações, o esplendor, a glória, o confôrto da sua realeza passada, êsses homens não saberão nada de nós, e pouco de si mesmos. Uma débil chama da antiga inteligência, bruxoleando no seu crânio espêsso, assegurar-lhes-á, durante algum tempo ainda, o império sôbre os ursos, multiplicados em tôrno das suas cavernas. Povos e tribus terão perecido sob a neve e sob os gelos, com as cidades, as estradas, os jardins do antigo mundo. Algumas famílias apenas subsistirão. Mulheres, velhos, crianças, entorpecidos ao mesmo tempo, verão pelas fendas das grutas levantar-se tristemente sôbre as suas cabeças um sol sombrio, sôbre o qual, como sôbre um tição que se extingue, passarão clarões fulvos, enquanto que uma atordoante névoa de estrêlas continuará a brilhar, todo o dia, no céu negro, coroada pelo ar glacial. Na sua estupidez, brutalizados insensìvelmente no decurso infatigável dos milênios, os homens olharão tudo isso, e não compreenderão. Um dia, o último de entre êles exalará, sem amor e sem ódio, sob o céu inimigo, o último sôpro humano. E a terra continuará a rolar na amplidão, carregando através dos espaços silenciosos as cinzas da Humanidade, os poemas de Homero e os augustos destroços dos mármores gregos, apertados maternalmente de encontro aos seus flancos gelados...

A outra página, que eu tenho apenas de memória, é um complemento profano do 2.º versículo do "Eclesiastes": *vanitas vanitatum, et omnia vanitas*. Os homens odeiam-se, batem-se, sacrificam-se, por que? Pela pátria? pela glória? por um ideal? E que são a pátria, a glória, os ideais, senão dis-

trações mal escolhidas, que instituímos, nós próprios, para não morrermos de tédio na tenda que armamos passageiramente na vida?

Os homens que sacrificam a tranquilidade e a alegria pela conquista de glórias passageiras, são como as crianças que abandonam o fruto que têm à mão, para correrem, imprudentes, atrás de uma borboleta. Que vale, por exemplo, a glória literária? — pergunta o filósofo. E êle próprio estabelece, de pronto, a inanidade do esfôrço em conseguí-la: "Dentro de cem anos, não viverei mais; dentro de duzentos anos, talvez ninguém saiba o meu nome; ao fim de quinhentos, a minha pátria terá, provavelmente, desaparecido; ao fim de três mil anos, não existirão mais, com certeza, nem a minha raça, nem a língua em que escreví a minha obra; ao cabo de cincoenta milhões de anos, a espécie humana jazerá, sem dúvida, sob os escombros de um mundo; duplicado êsse prazo, o próprio globo terá, quem sabe? se fragmentado na amplidão. Quem sou, pois, eu, e que vale o meu esfôrço, no concêrto formidável do universo?"

Espírito temperado na chama suave dessas reflexões, como é o meu, já alguém imaginou o sorriso interior com que assisto, hoje, às lutas dos gramáticos em tôrno de um pronome, e as discussões dos políticos em tôrno de uma cadeira?

IV

O FIM DO MUNDO

A propósito de uma crônica do meu punho publicada neste jornal, na qual eu citava uma passagem de Anatole France sôbre o modo por que acabaria o mundo, vieram-me às mãos duas cartas, em que os autores me perguntaram se ainda está longe o dia da catástrofe. E eu me fico a meditar sôbre o efeito da palavra escrita, no mal que, à semelhança daquele Adrien Sixte, de *Le Disciple,* de Bourget, fazemos inadvertidamente, indo envenenar, longe de nós, inteligências permeáveis e espíritos timoratos.

O fim do mundo é, na verdade, ainda, uma incógnita. Ninguém sabe quando êle virá, nem como. Flammarion passou a vida a prognosticá-lo, a anunciá-lo, a organizar o protocolo da calamidade, e quem se acabou não foi o mundo: foi Flammarion. Para êste famoso devassador da amplidão, o fim da humanidade seria épico: verificar-se-ia pelo encontro da Terra com a par-

te sólida de um cometa. E o choque havia de ser tamanho que os continentes se deslocariam das suas bases, e os mares seriam lançados por cima das montanhas, de modo que, ao fim de alguns minutos, não restaria do planeta em que vivemos senão milhares de pedaços, que ficariam girando no espaço para a composição gradual de astros menores e solitários, ou de satélites dos planetas da constelação a que pertencemos. Flammarion assegurava, porém, que Deus seria misericordioso; antes de sermos despedaçados, seríamos mortos: os gases que constituem a atmosfera dos cometas são de tal maneira letais, que nós, as criaturas da Terra, seríamos envenenadas em massa, com a sua simples aproximação.

Sábios há, entretanto, que prevêm para o Homem um fim ainda mais espantoso. Segundo alguns geólogos e geógrafos do nosso tempo, está se acumulando no Polo Sul uma imensa montanha de gêlo, que se avoluma no sentido vertical. Um dia — e êsse dia pode ser hoje, amanhã, daquí a um século ou daquí a alguns milênios, — essa grande massa de gêlo se despenhará sôbre o Atlântico Sul, produzindo vagalhões formidáveis, correspondentes ao volume sólido precipitado nas ondas. E êsses vagalhões, correndo do sul para o norte, varrerão os continentes, saltarão sôbre as montanhas, arrastando cidades e povos, não deixando, talvez, depois da sua passagem, uma simples família de Noé para reconstituição do mundo. Isto sem tomar em consideração a citada hipótese de Anatole France e de Berthelot, da extinção da humanidade por senectude, com o resfriamento progressivo da Terra, efeito, por sua vez, do resfriamento do Sol.

Todas essas profecias da ciência podem ser, todavia, tão inseguras como outras que já foram feitas e falharam. Pelos cálculos do Conde de Montford, publicados em 1826, o mundo devia acabar-se em 1836. Santo Agostinho, S. Jerônimo e S. Cipriano, concediam ao mundo uma existência de 6.000 anos, a começar do aparecimento do Homem no Paraíso. Herôdoto dava-lhe 10.800 anos, a partir de Prometeu. Dion de Siracusa estipulava, para a permanência da humanidade à superfície da Terra, um total de 139 séculos, e mais 84 anos para a liquidação final do espólio. E Casander elevou êsses algarismos para um milhão e oitocentos mil

anos, a contar de um período que êle não estabelece. Outros, tomando por base a ciência da Bíblia, ou a bíblia da Ciência, como o francês Arnaud de Villeneuve, o alemão João Hilten, o inglês Wistons, e a russa Maria Krunner, marcaram o fim da espécie humana, com absoluta precisão, para os anos de 1395, 1651, 1716 e 1819 da nossa era. Parece, entretanto, que se enganaram.

Fiquemos, pois, tranquilos. Enquanto houver profetas que anunciem o fim do mundo, êle continuará firme, rolando e prosperando, e com os homens agarrados à sua crosta, como pequenos mariscos à rugosa quilha de uma nau batida pela tormenta.

V

O NEGRO BRASILEIRO

UMA carta do sr. Marcos Rodrigues dos Santos, chefe-geral da Associação dos Brasileiros de Côr, fundada e mantida por um núcleo de trabalhadores santistas, faz-me voltar, embora um pouco tardiamente, ao problema do negro no Brasil. E digo tardiamente porque as considerações que agora me ocorrem deviam ter aparecido antes das eleições de 14 de outubro. Publicando-as neste momento, elas deixam de constituir um conselho para se transformarem num comentário.

O chefe-geral da agremiação de pretos que funciona em Santos está de perfeito acôrdo comigo sôbre a progressiva degradação do negro brasileiro, e, particularmente, sôbre o êrro político da abolição. Antes de 13 de maio, a raça, escrava ainda, produzia grandes figuras: ainda oferecia ao mundo um Rebouças, um Luiz Gama, um Patrocínio. Da vizinhança das senzalas partiam campeões da liberdade, que se cobriam de

sol e de glória. Que é que produz, porém, hoje, o sangue negro neste pedaço de terra americana? Onde os sucessores de um Teodoro Sampaio ou de um Evaristo de Morais? Os olhos correm pela vastidão do cenário, pelos dez ou doze milhões de pretos puros ou de mestiçagem ligeira que se espalham pelo Brasil, e, se desejam uma entidade de maior projeção, têm de embarafustar pelos "estúdios" de rádio ou pela caixa dos teatros, e trazer de lá um tocador de violão, um cantador de modinhas, ou, de alvos dentes arreganhados, um sapateador norte-americano, nascido em Maricá. Ninguém para substituir Juliano Moreira. Ninguém para ocupar o pôsto de Francisco Glicério. Ninguém para retomar a lira de Cruz e Souza. A raça abandonou, pode-se dizer, as poucas mesas de estudo que lhe haviam sido entregues, e saiu para a rua, vestida de "baiana", ou levando à frente um estandarte de setim azul bordado de lantejoulas, fazendo piruetas rítmicas ao rugido soturno e cavo do seu urucungo africano.

E, no entanto, em nenhum país entre aqueles em que a raça negra se aclimatou, o branco lhe oferece tantas e tamanhas oportunidades para a sua transformação em poderosa fôrça social e econômica, no conjunto da coletividade nacional. Que proveito, por exemplo, teria ela tirado, ainda agora, da luta que se travou entre os brancos, para a posse do poder!... Imaginemos que os pretos do Brasil se tivessem confederado, e alistado os seus homens. Estes, excluindo os analfabetos, seriam duzentos ou trezentos mil. Com êsse eleitorado dependente de chefes negros, poderiam êles negociar com os políticos, recebendo dêles, em paga do seu apôio nas urnas, escolas para o negro, hospitais para o negro, academias para o negro, elementos, em suma, para dar ao negro, no Brasil, uma situação equivalente à que êle conquistou nos Estados Unidos. Isolados como vivem, os pretos foram votar, a 14 de outubro, nos homens de pele branca, mulata ou cabocla. E que conseguiram com isso? Absolutamente nada. Quando muito, a esperança de uma licença da Prefeitura para, em fevereiro, passear o seu "rancho" pela cidade, e permissão para pular três dias e três noites, com uma tanga de penas, e um cocar de espanador, no asfalto da praça Onze. Sem coragem para ser branco, o pre-

to carioca, envergonhado de ser preto consola-se, pelo Carnaval, com a ilusão de que é índio.

O negro brasileiro está, na realidade, se degradando, e vale, hoje, socialmente, menos do que no tempo da escravidão. Outrora, dansava êle nas senzalas, no terreiro dos engenhos, mas quando livre, fundava as suas irmandades, as suas associações religiosas, de finalidade beneficente. O seu espírito associativo assinalava-se pela utilidade material e moral. Hoje, a raça não se associa senão para dansar. No Rio e em Niterói, do Cubango a S. Cristóvão, iluminam-se, cada sábado e cada domingo, mais de oitenta sobrados, em que as copeiras e os aprendizes de pedreiro dansam e suam até de manhã. Não se ilumina, porém, um só, em que funcione uma escola para as crianças negras. Nem se abre um portão de asilo pelo qual entrem, para não morrer ao relento, os pretos velhos. Os negros não têm uma fábrica, uma oficina, um jornal. Toda a sua indústria se limita ao "manuê", que uma representante da raça prepara melancòlicamente, com um fogareiro e um abano de palha, no batente de uma porta, nas proximidades da

estação das Barcas, ou em frente à Imprensa Nacional.

Comentando o que a propósito de um livro do sr. Henrique Pongetti, escreví há tempos sôbre a situação do negro, o Sr. Marcos Rodrigues dos Santos, chefe-geral da Associação dos Brasileiros de Côr, declara que eu não sou, na verdade, inimigo dos homens da sua raça. E é um ato de justiça, o seu. Se eu desprezasse o negro, não me ocuparia tanto com êle. Escrevo sôbre êle porque desejo arrancá-lo à sua condição atual. O leite de minha "mãe Antônia", a negra que me amamentou quando pequeno e cujo filho eu deixei, com certeza, muitas vezes com fome, pede, tornado em sangue nas minhas veias, um pouco de simpatia para os seus irmãos infelizes. Tivesse eu saúde e mocidade, e um dos meus apostolados seria o congraçamento dos negros do Brasil, e o seu preparo para um destino melhor. O branco, sob a alegação de uma falsa fraternidade, está, entre nós, destruindo o negro, pelo descaso, pelo abandono, deixando-o entregue a si mesmo. Sem defesa moral ou sanitária, vai êste se degradando progressivamente, sem oferecer mais à comunhão social uma

figura de relêvo. Dos morros formigantes de população miserável, descem os párias para os cárceres e para os prostíbulos. As velhas virtudes do negro, de que saíam santas obscuras e heróis anônimos, dissolveram-se nas gerações que nasceram livres.

O negro brasileiro merece, entretanto, destino mais alto e mais nobre. Inteligente e sentimental, êle tem, no coração e no cérebro, os fatores que a Civilização exige para integrar os povos no seu convívio. Pai João, que resmunga de cócoras, deve erguer-se e falar de pé. Ao lado do preto que sabe sapatear, é preciso que haja negros que saibam ler e pensar. Forme-se uma cruzada para salvá-lo da abominação e do extermínio.

E que os apóstolos, desviando-o dos caminhos do Álcool e da Sífilis, o orientem para a coesão, de modo que êle marche, por si mesmo, em breve, para o Estudo, para o Trabalho, e para a Glória.

VI

OS VELHOS E O DIREITO AO AMOR

QUANDO, segunda-feira última, os jornais noticiaram o assassínio de um ancião de sessenta e dois anos por outro de setenta e quatro, e que a luta entre ambos fôra ocasionada por uma cabrocha que os dois disputavam com a mesma paixão e o mesmo arrebatamento, não houve, com certeza, um leitor que não sorrisse do ridículo que revestia aquele crime. A cafusa, mesmo, causa do delito, chegou à delegacia sorrindo. Sorria o delegado. Sorria o comissário. Sorria o "prontidão". Sorriam os repórteres. E o próprio criminoso, com a sua bôca murcha e sem dentes, tinha um sorriso na máscara grotesca toda a vez que tentava chorar.

A velhice é, talvez, mais triste que a morte, porque a morte, pelo menos, escapa ao ridículo. Não será o amor, porventura, o melhor e mais doce prêmio da vida? Por que há de êle ser, então, privilégio da moci-

dade? Por que a zombaria, a mofa, o sorriso universal, quando um velho ama e disputa com desassombro a sua parte naquele prêmio? "O amor devia ser uma função da velhice, — opinava, aos oitenta anos, mestre Anatole, em confidência a Felipe de Ségur. — Se eu fosse o bom Deus, teria pôsto o amor no fim da vida, e não no comêço. Deus, aliás, pensou nisso um instante, ao fazer certos insetos que amam e morrem. O amor seria, assim, a recompensa de todos os esforços da vida". A hipocrisia humana vem, entretanto, combatendo êsse pensamento que se move na sombra, no cérebro de todos os velhos. "Não há cousa mais torpe do que o velho que não prova a sua velhice senão com a sua idade!" — clamava Séneca. E Corneille, pela bôca de Medéia: "Un vieillard amoureux mérite qu'on en rie". E por que? Por que recusar a Salomão o direito de amar intensamente depois de velho, e a Sedecias e a Acab o de espiar Susana no seu banho? Por que interpretar como insensatez nos velhos, aquilo que, nos moços, é bom gôsto e sabedoria? "Se o vinho é bom e se a mulher é bela, que vem ao caso a certidão de idade?" — observa Junqueiro, aquí citado

de memória. E por que admitir que Aspásia e Ninon despertassem ainda grandes paixões depois dos setenta anos, e sorrir quando se fala de anciãos que aticem o incêndio no sangue e no coração das mulheres, mais ou menos na mesma idade? Por que achar admirável Péricles seduzido pelos cabelos brancos da mais formosa das atenienses, e estranhar que o gênio de Goethe houvesse, no seu inverno, acorrentado o coração primaveril de Betina?

A idéia desta crônica de defesa nasceu há tempos, na época em que eu ainda procurava assuntos diretamente, e com os meus olhos, na vida intensa da cidade. Certa vez, na praça Tiradentes, aguardava um bonde quando vi que, entre os que faziam a mesma cousa, havia uma formosa mulher sorridente. Não devia contar mais de vinte anos. E como, no Rio, onde há mulher bonita, há de haver, necessàriamente, nas proximidades, um séquito de homens que a acompanha, procurei, na multidão, a côrte daquela rainha. E não me foi difícil distinguí-la. Era, desta vez, interessante, variada, e numerosa. À direita, à esquerda, à frente, e atrás, encostados nos postes, apoiados nas

bengalas, em posição de quem aguarda o fotógrafo ou o escultor, duas dezenas de cavalheiros. Quasi todos, porém, rapazolas, meninotes pálidos, indivíduos cuja figura desperta menores louvores ao pai do que ao alfaiate. No meio dêles, achava-se, no entanto, um ancião. Tipo forte, másculo, enérgico. Sessenta e muitos anos sadios e de ginástica. Maturidade limpa, e feliz. A sua barba, alourada, estava, agora, quasi toda branca, mas denunciando o trato, o cuidado, a distinção. Nada de tintas. Nada de dissimulações ridículas. Nada dos artifícios que tornam o homem grotesco, e fazem um velho mais velho. Estava alí, como os rapazes, arrastado pelos encantos daquela dama. E quando viu que ela tomava o bonde, enquanto a rapaziada se atrapalhava para fazer o mesmo, deu êle um salto, lépido, elegante, seguro das suas pernas e dos seus braços, agarrando-se ao estribo com uma jovialidade de estudante. Não obstante isso, os concorrentes jovens sorriam zombeteiramente. Aquele homem era risível ùnicamente porque viera ao mundo quarenta anos mais cedo do que êles! A sua mácula trazia o sêlo da fatalidade, o sêlo de Deus!...

O septuagenário Gabriel Joaquim, assassino do sexagenário Francisco Serimarco, não tinha robustez física, não vestia com apuro, não tinha figura insinuante e gentil. Mas era jardineiro, e, convivendo com as rosas durante mais de meio século, sabia tratar docemente as mulheres. Acostumado a lidar com as violetas e os lírios, consumindo semanas, e meses, e anos, para obter um botão de uma roseira exótica, aprendera, talvez, com isso, a arte de cativar as crioulas. E daí o segrêdo da fidelidade que lhe votou Ângela da Conceição durante seis anos, e aquele sorriso que ela ensaiava nos lábios de batata roxa, quando êle chegava, à noite, cheirando a capim verde, com a sua enxada e a sua tesoura. Conhecendo os espinhos da rosa, êle sabia evitar os da mulher. E vivia contente. Não podia chegar estrume ao pé de uma roseira sem que se lembrasse dela.

E a crioula enganou-o. Mas acaso, as crioulas, e as que não são crioulas, não enganam, também, os homens jovens? Não será, acaso, mais ridículo um moço, quando substituído por um velho num coração feminino, do que um velho quando substituído por um moço? A Igreja, outrora, auto-

rizava a população a vaiar os velhos à saída dos templos, quando êles iam alí para contrair casamento. Houve, mesmo, um concílio, no século XII ou XIII, que aprovou êsse regime, em vigor nas cidades italianas. Deus não podia, porém, estar de acôrdo com a sua Igreja. Quando um velho ama, é Deus, e não o Diabo, que acende a fogueira no seu coração.

Glória, pois, aos velhos que amam! E glória às mulheres moças que amam os velhos, preferindo ao leite do côco verde o azeite do côco maduro!...

VII

DINHEIRO E SUICÍDIO

UM dos romances de Paul Bourget em que o autor mais atrevidamente pôs em relêvo, e em risco profano, a sua autoridade de homem de ciência, é, sem dúvida, *La Geôle,* no qual estuda, e desenvolve, o problema do suicídio, e o fenômeno da sua hereditariedade. Oficial de gabinete de um ministro no govêrno organizado em 1877 pelo Duque de Broglie, Jean Vialis tem vinte e oito anos, uma espôsa encantadora e um filho de três ou quatro anos, quando um amigo condiscípulo, republicano nas idéias e canalha na conduta, se apossa de um documento político encontrado no seu "bureau" doméstico, e publica-o na véspera das eleições. Jean Vialis procura o seu ministro para dar-lhe as explicações necessárias. Toma com êle o carro à porta do Ministério. O homem público manda, porém, parar o veículo, e fá-lo descer, em uma despedida insultante. O seu chefe toma-o como trai-

dor. O documento foi vendido ao adversário, e só podia ter sido feita a venda por Jean Vialis, seu depositário. E o moço, atônito, encaminha-se para casa.

Alí chegando, penetra no seu gabinete. Vinte e dois anos antes, um seu tio, do qual trouxera os traços e a exquisita sensibilidade, havia disparado no ouvido um tiro de pistola. Automàticamente, Jean Vialis abre uma gaveta, retira um revólver, chega-lhe o cano à cabeça. E ao fim de dois minutos mme. Vialis soluça, abraçada a um cadáver.

E' nesse momento que surge, chamado às pressas, o dr. Vernat, médico da família. Homem de ciência e de pesquisas, compreende, em um golpe de vista, a situação. Lá em cima o pequeno chora aflitamente. Em nome da criança que precisa viver, o dr. Vernat consegue arrancar a viúva do lado do morto. E explica-lhe, calmamente, o segrêdo daquele ato de desespêro. Jean Vialis era, apenas, vítima de uma predestinação. A lei da hereditariedade acabava de cumprir-se. E para que se não eternizasse na família, fazia-se mister que ela se consagrasse, inteira, a seu filho.

— Porque, minha senhora, — explica-lhe, — êle traz nos nervos a fatalidade do mesmo destino.

— Meu filho?

— Sim. Não viu, agora, lá em cima, como não se continha, no seu chôro, em um momento de contrariedade? Não viu como batia com a cabeça pelas paredes, e arrancava os cabelos, com as mãos crispadas? E' o sintoma do instinto, que tem, da auto-destruição. E' preciso que êle não saiba nunca, nem suspeite, o modo por que morreu seu pai.

Mme. Vialis, consagra-se, a vida toda, a seu filho. O pequeno Vialis torna-se homem. Casa. A mulher o engana. A mãe, para que êle não repita o gesto paterno, encobre por todos os modos a vergonha que lhe conspurca o nome. O segundo Vialis termina, porém, conhecendo a verdade. Levado pela predestinação que lhe dormia no sangue e nos nervos que havia herdado, penetra no gabinete. Toma de um revólver. E cumprir-se-ia, mais uma vez, a sina fatal, se o seu anjo da guarda, a sua mãe, que velava dia e noite há vinte e nove anos, não se

lançasse sôbre êle, gritando-lhe numa crise de desespêro:

— Não obstante o que tenho feito por ti, queres matar-te, meu filho?... Então, faze o que quiseres! Mata, porém, antes, a tua mãe! Ela sofreria menos, meu filho!

— Minha mãe!... — exclama Vialis, deixando cair a arma.

A velha mãe conta-lhe, então, o segrêdo da sua origem. O Destino ia cumprir-se. Êle era, alí, apenas um autômato. Ia obedecer, apenas, a uma lei fatal.

E o segundo Vialis reage, e vive. A conciência daquela predestinação vai valer-lhe, para evitá-la, aquilo que não valeria a ignorância da fatalidade.

Essa evocação da tese e do romance de Bourget, me é sugerida, neste momento, pela notícia de um relatório publicado em Berlim pelo dr. Hans Rort, que vem de longo tempo estudando o problema do suicídio na Europa, e que se mostra verdadeiramente alarmado com as estatísticas que de toda parte lhe chegam. Segundo êsse homem de ciência, sobem a 100.000, anualmente, em nossos dias, as mortes voluntárias. E o que essas cifras revelam na sua distribuição geográfica, é que os suicídios crescem na proporção das dificuldades econômicas, variando de acôrdo com o estado de miséria de cada povo. Daí, serem êles mais numerosos na Europa Central, especialmente na Áustria, onde se verificaram na razão de 3,12 para 10.000 habitantes, e na Hungria, onde, para a mesma base, de 10.000 habitantes, êles atingiram a 2,94. À medida que se marcha para o sul do continente, onde as condições da vida se manifestam menos penosas, o número de suicídios vai decrescendo. E de tal modo que, na Grécia, onde a crise econômica não se manifestou senão brandamente, a proporção foi, apenas, de 0,23 por grupo de 10.000 habitantes, e que é a mesma dos países do extremo norte, de economia estável, como a Suécia e a Noruega.

As estatísticas do dr. Rort vêm, como se vê, comprometer consideràvelmente a teoria de Bourget, ou, pelo menos, dar-lhe uma importância muito relativa. E' sabido, de toda gente, a influência que exerceram, fazendo aumentar o número de suicídios na Alemanha, o *Werther*, de Goethe, e o pessimismo de Schopenhauer. As vítimas de Schopenhauer e de Goethe estariam conde-

nadas pela hereditariedade a êsse gênero de morte, se Schopenhauer e Goethe não tivessem existido?

O tema explorado por Bourget em *La Geôle* não tem, pois, os fundamentos seguros que êle imaginou. Mais razão tem o dr. Rort, procurando em causas exteriores a base principal do aumento ou da redução de suicídios em todo o mundo. A hereditariedade não é estranha ao fenômeno, porque dela decorre a sensibilidade individual, e, consequentemente, a inclinação para a capitulação diante dos obstáculos que surgem na vida. Mas a determinante fundamental está nessas dificuldades, originadas pela situação econômica. Ivan Kreuger podia ter sido filho de suicida; não se mataria, porém, talvez, jamais, se a crise mundial não houvesse determinado a insolvabilidade das suas emprêsas.

Bourget poderia, aliás, ter chegado às conclusões do especialista alemão se tivesse examinado a vida de George Sand. Refere Marie-Louise Pailleron, como intérprete do seu avô François Buloz, que George Sand, assediada por dificuldades financeiras, resolveu, um dia, suicidar-se. Não querendo,

porém, deixar a filha ao desamparo, deliberou escrever as suas *Memórias,* em quatro volumes, cujo produto ficaria constituindo o dote da menor. Contratou a obra com Buloz, que lhe prometeu 10.000 francos pelos direitos autorais. Escreveu os quatro volumes. Entregou os originais, e recebeu a quantia combinada. Ao contar, porém, as vinte cédulas de quinhentos francos, tal foi a metamorfose aos seus olhos sofrida pelo mundo, que arranjou nesse mesmo dia um novo amante e passou a viver alguns dos meses mais felizes e amáveis da sua vida.

No aumento dos suicídios, mais influe, pois, o ouro do que o sangue. E bem razão cabia ao velho Quevedo, quando perguntava:

"Quien hace de piedras pan
Sin ser el Dios verdadero?"

E, como quem responde a si mesmo, sacudindo a cabeça, filosòficamente:

"Poderoso caballero
Es Don Dinero..."

VIII

HÁ MUITO TEMPO, EM ATENAS...

SUBMETIDA e saqueada Metimna pela frota de Calicrátidas, antes que Conon, partido de Samos, lhe possa vir em socorro, atravessa o ateniense o estreito que separa a ilha do continente, afim de aguardar o inimigo à vista de Mitilene. Batido aí, onde perde quarenta trieres de combate, recolhe-se o monarca de Atenas ao pôrto amigo, até que lhe é possível, burlando a vigilância de cento e setenta unidades do Peloponeso, comunicar à República os funerais da sua grandeza marítima. Conseguido êsse contacto e armada em Atenas, em trinta dias, uma nova esquadra de cento e dez navios com trinta mil marinheiros, vêem-se os atenienses de novo, diante de Calicrátidas, à vista das ilhas Argenusas, na maior batalha naval de que se teve memória naqueles tempos.

O encontro, que se efetuou, como o de Samos, à claridade da manhã, foi formidá-

vel e heróico. Os atenienses, sob o comando de Trasilo, têm dez generais experimentados, entre os quais se vêem, vigorosos e ásperos, Protómaco, Aristógenes, Lisias, Aristócrates e Péricles, e Olímpio. Disposto a vencer ou morrer, Calicrátidas confia a ala direita ao tebano Tiasondas, e põe a seu lado na ala esquerda, para que o substitua no comando, no momento da morte, a bravura marítima de Clearco.

Dado o sinal, os atenienses investem. Os do Peloponeso, imutáveis na sua tática, esperam o inimigo. De pé no seu barco arrogante, Calicrátidas descobre no tumulto a triere de Lisias, indica-a ao piloto, e a sua galera arremete com o esporão aguçado. O navio ateniense é apanhado pela arma tremenda, mas consegue safar-se. Outro golpe sobrevém, e Lisias se vê, com os seus homens, a braços com as ondas, que se tingem de sangue. Uma galera, rápida, corre, porém, em seu auxílio. E' Péricles, que ataca o navarca inimigo e vai ter, com certeza, o mesmo fim glorioso e trágico. As duas naves espetam-se e atiram à ponte, no abalo, as suas tripulações. Alcançada mais profundamente a triere de Atenas vai naufragar. Péricles não se deixará, entretanto, morrer sem resistência: ordena a abordagem, o lançamento dos grampos, e atira-se com os seus, para a embarcação adversária. Aí, frente a frente, a superioridade é sua, por mais experimentado na terra firme. Ao primeiro golpe Calicrátidas cambaleia, ao segundo rola ao mar. Clearco procura substituí-lo no comando, mas é tarde; a sua frota, fracionada, batida, desmoralizada, desaparece em todas as direções, onde a vão apanhar, nessa tarde, os atenienses, que se apossam, aí, de sessenta e nove navios desarvorados!

Duas missões penosas competem, entretanto, ainda, aos hoplitas vitoriosos: salvar Conon, bloqueado por Eteónico, que substituíra Calicrátidas em Mitilene, — e procurar os mortos nas ondas, para lhes dar sepultura em Atenas. Que devem fazer em primeiro lugar os gloriosos estrategos reunidos? A divisão da frota é impossível, pois Eteónico dispõe de cincoenta galeras repousadas. Juntar os mortos é, igualmente, difícil, que a isso se opõem as vagas, num prenúncio de tempestade iminente. Os generais deliberam: a frota encalharia nos ro-

chedos das ilhas, e, passada a tormenta, correria a Mitilene, a salvar os atenienses sitiados.

Quando a notícia da vitória ressoou no Pireu, a multidão teve dois gritos que abalaram Atenas: um de alegria, de júbilo, de entusiasmo pela salvação da República ameaçada, e outro de dôr, de angústia, de desespêro, pelo triste destino dos seus heróis desaparecidos.

Chamados agora para explicação do sacrilégio apresentam-se diante do povo, confiados na justiça e na glória, Lisias, Péricles, Diomedonte, Trasilo, Erasínides e Aristócrates. Protómaco e Aristógenes, conhecendo a intolerância das multidões, haviam se refugiado nas costas da Jônia, onde aguardavam, aflitos, a tumultuosa solução do processo.

E travam-se os debates. Trerameno, inimigo dos generais, age na treva para condená-los. Sócrates, o puro, o íntegro, que devia ser vítima, anos depois, da intolerância dos homens, bate-se, igualmente, pela condenação. Há, porém, pequenos sofismas legais, levantados por Lisico, e o julgamento é adiado para dia incerto, aguardado com ansiedade.

O mês de outubro, que marca no calendário a grande festa das Apotúrias, celebradas em honra de Júpiter e de Minerva, chega, porém, em Atenas. A multidão, em pêso, dirige-se para o templo, quando, movida por um sentimento coletivo, se detém, de repente, e rebenta em soluços. E' que lhe faltam os mortos das Argenusas, em cujo túmulo não pode, sequer, naquele dia, depositar as oblatas da sua saudade. E êsse chôro, inflamável e triste, reacende o ódio nos corações. Com os braços no ar, a multidão reclama, de novo, a punição dos estrategos, que são, nesse mesmo dia, para desafronta dos deuses, julgados e condenados à pena capital!

Detido pelo povo, Diomedonte entrega as mãos ao carrasco. Antes, porém, que êste lhas prenda, êle as levanta para o céu e pede:

— Atenienses, foram os deuses que nos deram a vitória, salvando a República. Antes de travar a batalha nós havíamos feito votos a Apolo e a Júpiter, que deviam ser pagos hoje nesta festa. Ide cumprir as nos-

sas promessas que nós marcharemos, serenos, para a morte!

E encaminha-se para a prisão, onde o espera o veneno.

Isso foi, porém, há muito tempo, em Atenas...

IX

"STELLA MARIS"...

CREIO que foi Sainte-Beuve quem escreveu, a propósito de Benjamim Constant, que o govêrno mais perfeito, aos nossos olhos, é aquele que dirige o país em que vivemos quando temos vinte anos. Pode-se dizer, talvez, o mesmo, das terras que conhecemos. A terra mais linda do mundo, em que as flores são mais cheirosas e os pássaros cantam mais alto, é aquela em que nos surpreendem os primeiros deslumbramentos da mocidade. E eu tinha precisamente vinte anos quando, naquele 7 de dezembro de 1906, subí, pela primeira vez, a serra de Baturité.

O dia amanhecera convidativo, como os dias límpidos do inverno carioca. Estendida em um vale, com duas ruas apenas, uma cortando a outra, dando-lhe a forma cristã de uma cruz, a vila de Guaramiranga espreguiçava-se, com o seu casario de telha, entre as duas linhas de outeiros verdejantes, como um rio de águas vermelhas represado no

alto da serra. De um lado e de outro, nas colinas, os cafezais se alinhavam, abrigados pelas muralhas das matas contra os ventos ásperos do sertão. De vez em quando um lençol de bruma, trazido de longe, aparecia no alto de um morro, ensaiando sòzinho, no espaço, a dansa pagã dos sete véus. Uma rajada mais forte impele-o, porém, para rumos opostos; e o lençol de névoa rasgava-se, esfarrapava-se, desfiava-se, como uma enorme cabeleira branca, no pente verde da mataria... À entrada da vila, no alto de duas colinas que se defrontam, erguiam-se os dois templos, atalaias de Deus, que a protegiam e abençoavam: a matriz da Conceição, antiga e austera, e, diante desta, a capela da Senhora de Lourdes, graciosa e leve, com o seu campanário esguio, — à semelhança de uma fina mão de pedra espalmada no horizonte, pedindo a bênção ao céu. Renques de palmeiras novas orlavam as duas ladeiras, por onde rolava um rio humano nas manhãs de missa e nas noites de festa.

Ao amanhecer do dia 8, as duas ruas da vila começaram a encher-se de povo. De instante a instante estacava à porta do hotel ou das casas de comércio um grupo de cavaleiros, vindos das fazendas do sertão, ou dos sítios próximos, para o culto da padroeira. À sombra de cada árvore, nitriam cavalos selados, patenteando a fortuna do proprietário no luxo bárbaro dos arreios. O sol, galgando de repente os outeiros, tinha, no céu azul, a alegria rica de uma grande moeda de ouro cunhada na véspera.

Acompanhando a multidão, subí a ladeira da matriz, e penetrei no templo cheio. A missa havia terminado. Estava, porém, no púlpito, à direita do altar-mor, um sacerdote que falava às ovelhas do Senhor. A sua voz, forte e clara, sonora, prendia o auditório heterogêneo, em que se viam roceiras humildes, vestindo chita vistosa, e fazendeiros viajados, com alfinete de pérola espetado na gravata de sêda. O tema do sermão era o nome de Maria: Maria, "stella maris": Maria, estrêla do mar...

A escolha do assunto deu-me, de pronto, idéia da inteligência do prègador. Nada há que tenha tanto prestígio aos olhos do homem do sertão ou da serra, quanto o mar. Vivendo longe dêle, mas sabendo que êle existe, que é tão vasto como o céu, e devora homens, e destrói armadas, e arrasa cidades,

o mar constitue, na imaginação do homem mediterrâneo, uma das formas vivas do Mistério. E Maria, com a sua mão pequenina, amansava êsse monstro. Dalila cristã, o poder da sua meiguice é tão grande que ela pode cortar a êsse Sansão de mil braços a sua ondeante cabeleira de espumas... Basta que ela, "stella maris", estrêla do mar, apareça entre as nuvens do céu tempestuoso, para que o nauta acerte o seu rumo, o navio recomponha as suas velas, e o pescador, o humilde pescador, — cabrito humano dos outeiros das ondas, — encontre, feliz, o seu pôrto...

X

JESÚS E PEDRO

A alegria era tão intensa, cá em baixo, naquela noite, que Jesús, abandonando a cadeira luminosa em que tem assento, à mão direita do Pai, se encaminhou para a entrada do Paraíso, onde Pedro cochilava pesadamente, com a cabeça encostada ao enorme livro de registro da portaria.

— Simão Pedro! — chamou.

Despertando sùbitamente, o antigo barqueiro de Genezaré esfregou os olhos com fôrça, com as costas das mãos, sorriu de ser apanhado em flagrante, e, recompondo a barba alva, e a túnica tão alva como a barba, atendeu:

— Pronto, meu Senhor.

— Simão Pedro, — tornou Jesús, — eu teria gôsto em ir ver, pela terra, que é que fazem alí, neste mês de junho, em que se festeja o teu dia. Parece-me que há grandes alegrias, e eu queria saber se todos, por lá, são felizes. Queres acompanhar-me?

Minutos depois, eram vistas pelas ruas de uma grande cidade, uma ao lado da outra, duas sombras suaves, que marchavam em silêncio, aparecendo e desaparecendo à claridade dos focos elétricos. À porta de cada casa, mesmo das que se achavam fechadas, e que se abriam à sua simples aproximação, olhavam para dentro, e trocando ligeiras palavras imperceptíveis, continuavam o seu caminho. Aquí, era um palácio, todo iluminado e festivo, jorrando ouro líquido e sonoro pelas janelas escancaradas; alí, a casa humilde, com a toalha clara, e, sôbre a toalha, a consoada frugal dos pobres; adiante, a furna do mendigo sem mesa, sem toalha, sem pão. Ao fim da rua, Jesús deteve-se, meditativo.

— Simão Pedro? — chamou de novo.

— Meu senhor!

— Achas que eu devia voltar novamente ao mundo, para humilhar os soberbos e exaltar os humildes?

Pedro teve um estremecimento:

— Ah, meu Senhor! não, nunca! Seria peor, muito peor!

— Peor, Simão Pedro?

— Sim, meu Senhor. Da outra vez, tivestes um discípulo para vos vender e doze para vos salvar; e hoje...

— Hoje, Simão Pedro?

— Hoje, meu Senhor, tereis um para vos salvar e doze para vos vender!

E ganharam, tristes, em silêncio, a porta de ouro do Paraíso.

XI

VICTOR VICTORUM!

QUANDO, naquela noite, Paulo reuniu em Éfeso, os seus discípulos Acaio, Estefânio e Fortunato, para lhes entregar a segunda epístola aos Coríntios, confirmando a primeira, confiada à juventude de Timóteo, Jesús apareceu aos quatro semeadores da sua palavra e, voltando-se para aquele a quem estavam confiados no mundo pagão os destinos da sua Igreja, disse:

— Mais vale confiar no Tempo, que matar o tempo. O Tempo deve ser um aliado, e não um inimigo. Para matar o Tempo, tens à mão uma infinidade de armas, fabricadas pelo romano, pelo parta, pelo grego, pelo cartaginês: o malho, a serra, a charrua, o fuso, a flecha, os dados, a vela da nau, o remo, a espada, instrumentos de trabalho, instrumentos de guerra, instrumentos de recreio, instrumentos de prazer. Para vencer o Tempo, só encontrarás uma fôrça: a paciência. Matar o Tempo não é, porém, vencer o Tempo. Tempo morto não é Tem-

po vencido. Por isso, faze do Tempo teu amigo e teu sócio. O que não conseguires tu próprio, deixa a seu cargo, que êle fará.

Estefânio fez-lhe uma pergunta, não com os lábios, que se achavam cerrados, mas com o coração, que estava aberto, e Jesús assim respondeu:

— Israel não pôde vencer Babilônia, mas confiou ao Tempo a sua vingança. E o Tempo, mais poderoso que todos os reis assírios, destruiu Babilônia. Quem arrasou Nínive, com as suas muralhas, e Tebas, com as suas portas? O Tempo. Povos e cidades cairão sob a espada de cinza, e cujos golpes têm o som do silêncio, dêsse general invencível. O que o cartaginês não fez em Roma, fez o Tempo. Êle é o vencedor dos vencedores.

— *Victor victorum*... — sussurrou Acaio, quebrando em idioma estranho, o discurso de Jesús, feito em hebraico.

Paulo interveiu:

— Senhor, e se alguém, em Corinto ou em Roma, tentar subjugar-me?

— Confia no Tempo, e êle vencerá por ti.

— E se alguém me vencer?

— O Tempo te vingará.

E dizendo isso, Jesús desapareceu.

Pela madrugada, apertando as sandálias nos pés feridos, Paulo retomava o bordão, e em companhia de Acaio, Estefânio e Fortunato, partia de Éfeso, pela porta de Smirna, na sua terceira peregrinação. Ia prègar em Alexandria e em Tessalônica. Tinha o Tempo ao seu lado.

Foi com o Tempo que S. Paulo venceu.

XII

PSICOLOGIA DAS MULTIDÕES

NA manhã de anteontem, o povo começou a amontoar-se, curioso, diante da vitrina de uma casa comercial, no Recife. O primeiro transeúnte chegou, parou, olhou, displicente. O segundo deteve-se, para ver o que o primeiro estava olhando. Veio o terceiro, atraído pela atitude dos dois. Outros vieram vindo. Os últimos, para ver o que havia na vitrina, se punham nas pontas dos pés. Os que haviam chegado em primeiro lugar, sementes involuntárias do agrupamento, foram-se embora. De súbito, um dos que não enxergavam nada, indagou, aflito:

— Mas, afinal, que é, gente?

— E' um desafôro, — informou um, que não tinha nada a dizer.

E para dizer alguma cousa:

— E' um mapa de São Paulo, assinalando a posição das fôrças federais. Pelo que se vê no mapa, os paulistas estão perdendo terreno.

— E', mas é um insulto a Pernambuco! — exclamou alguém.

A essas palavras, um dos que não tinham visto nada, gritou:

— Fora o mapa! Quebra a vitrina! Rasga o mapa!

O livreiro, dono do estabelecimento, mandou arriar com estrondo a porta de ferro, protegendo com ela o vidro do mostruário. A multidão já se achava, porém, exaltada. Exaltada e acrescida. A rua estava cheia, repleta de povo, do qual subia um barulho de oceano batido do vento.

— Fora o reacionário! — gritavam alguns.

A Polícia, avisada, acorreu, para proteger a propriedade alheia. O povo queria uma reparação. A Polícia devia forçar o comerciante a dar à multidão alí amontoada a satisfação que ela exigia.

Um oficial desce do seu cavalo e penetra na livraria. Pede ao livreiro que lhe informe as razões daquela exaltação popular.

— Não sei, senhor capitão; juro que não sei. Eu tinha posto na vitrina um mapa de São Paulo mostrando os pontos do Estado, conquistados pelas armas federais. E não compreendo o motivo dessa indignação. Veja, o senhor mesmo, o mapa que se achava em exposição.

O oficial examina a carta geográfica, e não vê nada demais. Toma-a nas mãos, e chega à porta. Desenrola-a, como se faz com a Verônica na procissão do Senhor Morto, para que os presentes indiquem a particularidade porventura existente, ofensiva à dignidade pública. Mas os que alí estavam protestando em massa ainda não tinham visto o mapa, e os que o tinham visto já se tinham ido embora. Todos olhavam a grande fôlha aberta, e não enxergavam nela qualquer motivo para os gritos sediciosos que estavam soltando há pouco. Afinal, um encontrou um pretêsto.

— E' um desafôro — gritou, com a alegria de Arquimedes descobrindo o pêso dos corpos submersos. — E' um desafôro!

E explicando-se:

— Os pontos ocupados pelas fôrças federais estão marcados com tinta preta, quando devia ser com tinta vermelha!

— Muito bem! Muito bem! — gritaram todos, descongestionados com a desco-

berta. — Abaixo a tinta preta! Viva a tinta vermelha!

O oficial reentra no estabelecimento, e conversa com o dono da casa. Regressa, e comunica ao povo:

— O caso está resolvido: o livreiro vai trocar o mapa, expondo outro com os mesmos pontos cercados com tinta vermelha.

Uma salva de palmas recebe a comunicação.

— Viva a República! — berra um exaltado.

— Vivôôôôô!....

E a multidão se dispersa, cantando o Hino Nacional.

Na sua *Psicologia das Multidões,* descreve Gustavo Lebon um episódio, que tem pontos de contacto com êste, e que é apontado por êle como documento das ilusões coletivas, quando os povos se acham preparados pelos acontecimentos para as crises de exaltação. Era em 1871. Os prussianos de Guilherme I sitiavam París, mas se encontravam, ainda, a vinte quilômetros das fortificações. Uma noite, por volta das onze horas, alguns populares começaram a deter-se diante de uma casa de cinco andares,

que possuía, no último dêstes, uma janela em que bruxoleava uma chama.

— Há uma luz, lá em cima — mostrava um, — e é sinal de algum espião para que os prussianos avancem!

— E' espião! Morra o espião! Linche-se o espião! — gritava a turba, avolumando-se.

A indignação crescia nos peitos, estrondava nas vozes, turbilhonava nos corações. Dos quarteirões mais próximos corria gente armada. Preparava-se o assalto ao edifício e cogitava-se, mesmo, de lançar-lhe fogo, quando os gendarmes acorreram acompanhados de uma autoridade civil, e, pedindo calma ao povo, subiram, cautelosos, para surpreender o traidor que dalí fazia sinais ao inimigo. Em frente à sala a que pertencia a janela, detiveram-se. Empurraram mansamente a porta, que se achava encostada, e entraram. Dentro, junto à janela, achava-se estendido em uma espreguiçadeira um velhinho com um livro e um lapis na mão. Era um antigo professor que, aproveitando a tepidez da noite, escancarara a sua janela, espetara na madeira a sua vela, e que, tranquilamente, preparava assim as

suas lições do dia seguinte! Intimado pela autoridade a dar explicações, disse quem era. E concluiu:

— A sua suspeita, e a do povo que se diz aglomerado lá em baixo, me faria rir, se eu não fosse francês, e capaz de fazer a mesma cousa se estivesse no meio da multidão. Como, porém, me encontro aquí em cima, com capacidade de reflexão individual, peço que diga aos patriotas que me iam queimando vivo, que a luz de uma vela não pode ser vista, absolutamente, a vinte quilômetros de distância. Eu sou professor de física!

A multidão não se conformou, porém, ao que parece, com a opinião do professor, e exigiu o apagamento da vela. E só assim se dissolveu.

Que seria do mundo se os homens pensassem e vivessem permanentemente agrupados, como os carneiros e os búfalos? E que seria de um país confiado exclusivamente aos demagogos, dêsses que se dizem orgulhosos, não de guiar as massas populares, mas de serem orientados por elas?

XIII

OS FATOS E AS LENDAS

DOMINGO último, 8 de fevereiro, publicaram os jornais cariocas êste curioso telegrama de Portugal, fornecido pela United Press:

> "*Lisboa, 7* — Os presos da cadeia de Monte-Mor-Novo serraram as grades do cubículo, saindo a passear pelas ruas e a libar pelas tabernas durante a noite, regressando pela manhã à cadeia, com excepção de um dêles, cujo paradeiro é ignorado".

Essa pequena notícia provinciana procedente da outra margem do Atlântico, não constitue para nós nenhuma novidade. Eu próprio contei em livro, há uns quinze anos, três casos brasileiros absolutamente semelhantes, os quais, por sinal, foram vivamente explorados por um escritor espanhol domiciliado na Argentina, autor de um pandomiciliado na Argentina, autor de um panfleto intitulado "Nuestra guerra", assinado com o pseudônimo Pedro de Córdoba. Um

dêles, ocorreu em Piracuruca, no Piauí. Não dispondo de verba especial para o sustento dos presos, resolveu o Prefeito municipal a dificuldade permitindo que os indivíduos alí recolhidos para cumprimento de pena abandonassem pela manhã a prisão, com a condição de, terminada a faina nos seus roçados ou nos serviços de rua, se recolhessem novamente à cadeia. Certa vez, porém, foi essa autoridade procurada pelo carcereiro, que foi fazer uma queixa grave: um dos detentos, o "Sol Pôsto", criminoso de morte, em vez de recolher-se às seis horas da tarde, ao toque da "Ave-Maria", conforme ficara estabelecido, deixava-se a perambular pelas vendas do mercado até oito e nove horas, indo bater à porta da cadeia quando esta já se achava convenientemente aferrolhada. Dias depois era o "Sol Pôsto" levado à presença do Prefeito, que lhe fez a mais terrível das ameaças:

— Olhe, "seu" "Sol Pôsto", você está saindo do sério, com essa história de querer desmoralizar a autoridade; e se você continua a chegar à cadeia depois de fechada, eu dou ordem para não abrirem, e você dorme na rua.

O segundo caso era amazonense e trazia o sêlo literário local. Ocorreu em Lábrea, no rio Purús. O destacamento policial que guardava o presídio da cidade não recebia dinheiro há um ano, e morria à fome. Certo dia, reunidos em concílio, os soldados, por unanimidade, resolveram desertar; e alta noite, quando Lábrea dormia, o destacamento atirou o armamento aos mururés da beira dágua, tomou uma canoa, e desceu o rio, rumo de Manaus. Quando amanheceu, e o delegado, como de costume, foi visitar a cadeia, não encontrou um único soldado: apenas os presos, dentro, se perguntavam a razão daquela quietude em redor da prisão. A autoridade não se ateve, porém, muito tempo, a refletir: correu ao prego em que estavam as chaves, abriu o cárcere imundo e coletivo, ordenou aos detentos que se armassem e, embarcando com estes em outra canoa, partiu, rio abaixo, à fôrça de remos, atrás dos soldados fugitivos. E quando raiou o outro dia, Lábrea assistiu a êsse espetáculo imprevisto: os soldados do destacamento, fardados, desembarcavam no pôrto custodiados pelos presos da véspera, os quais, metendo-os na prisão, ficaram a montar

guarda até que chegasse outro destacamento da capital.

O terceiro caso, em suma, vinha do sul. Em 1915, as fôrças federais destacadas na fronteira estavam sem receber o sôldo respectivo cêrca de cinco meses. Em princípio de Setembro, famintas, rôtas, sem recursos e sem crédito, algumas praças mais insofridas começaram a pegar porcos e galinhas que lhes pareciam sem dono. Na previsão de um levante, o comandante das fôrças, após uma conferência com a oficialidade, mandou tocar "reunir" e, com voz de Napoleão diante das Pirâmides, falou à tropa:

— Soldados! Nada há que mais degrade o homem do que o furto, mesmo quando justificado pela fome. O govêrno não vos paga, mas não deveis furtar. E para que vos não amesquinheis diante de vós mesmos, eu vos vou facultar o meio de não morrerdes por falta de alimento; de hoje em diante, ficais dispensados da revista: ide trabalhar, ide pescar, ide procurar o que comer!

A tropa agradeceu. Os telegramas vieram para o Rio, comunicando o fato. E o govêrno, tomando conhecimento do ocorrido, logo tratou de mandar o numerário que devia à guarnição.

Uma das vantagens da antiguidade sôbre o nosso tempo consistiu na divinização dos homens e dos acontecimentos banais. Episódios e figuras que passariam despercebidos em nossos dias, eram avolumados e glorificados pela imaginação dos povos primitivos. E se assim era, se a vantagem dos antigos estava menos na grandeza ou na beleza dos seus atos mas na interpretação que a história ou os contemporâneos lhes davam, — quem nos poderá dizer se ocorrido há 2.500 anos em Roma ou na Grécia, êsse caso policial de Piracuruca, ou o de Monte-Mor-Novo, não tomaria as proporções de uma lenda heróica, digna de Plutarco e de Quinto Cúrcio? Os doze mil homens que Leônidas comandou nas Termópilas, e a que se refere Pausânias, não se transformam apenas em trezentos, para dar maior realce à bravura lacedemônia? "Os homens sensatos devem olhar a História como um tecido de fábulas cuja moral se torna necessária ao coração humano", aconselhava Rousseau, no *Emílio*. E um dos seus comentadores: "Há invenções que, uma vez reconheci-

das como tais, devem ser conservadas em circulação, não só pelos exemplos que constituem como pela honra que trazem para a humanidade". E' Tito Lívio quem conta que, por ocasião da segunda guerra púnica, e após a batalha de Canes, chamou Aníbal à sua presença os principais prisioneiros romanos, e propôs-lhes resgate, em dinheiro, pago pela República. Cientes dessa proposta, pediram-lhe os prisioneiros que o chefe cartaginês lhes consentisse o envio de uma delegação, constituída de dez cavaleiros, a Roma, afim de exporem ao Senado a transação que lhes era oferecida. Concedida a permissão, dez prisioneiros partiram, presos apenas pelo juramento. Apresentaram-se ao Senado, e o mais velho transmitiu aos padres conscritos a proposta do bárbaro. E a resposta do Senado foi negativa: o soldado romano não havia sido instituído para agravar o tesouro da República, mas para morrer pela pátria. Que voltassem, pois, e cumprissem o seu dever, entregando-se ao vencedor! De posse dessa solução, os dez cavaleiros põem-se em marcha para o acampamento da Aníbal. Em caminho, um dêles foge, retorna a Roma, e es-

conde-se. O Senado, informado dêsse ato de covardia manda prendê-lo e, escoltado, entregá-lo ao cartaginês para que exerça sôbre êle o seu direito de general vencedor... Montesquieu já não havia notado, porém, que a História em Tito Lívio é mais um pretêsto para exagerações patrióticas do que um desejo de servir imparcialmente a Verdade?

Imaginemos, por exemplo, que êsse caso de Monte-Mor-Novo tivesse ocorrido em Roma, há 23 séculos. Admitamos que, no ano 300 A. C., um grupo de salteadores tivesse caído nas mãos dos soldados, e sido encarcerado, conseguindo, todavia, evadir-se. Reina a fome na cidade, em virtude de guerras internas e recentes. Famintos, depois de errar pelas cercanias, resolvem os fugitivos retornar à prisão, onde a alimentação é segura. Voltam. Entregam-se. A notícia corre, de um prodígio, operado pelos deuses. Forma-se uma lenda, de fundo popular, que os historiadores mais tarde aproveitam, para glória da República. E o feito seria repetido até hoje, para edificação da Humanidade e maior esplendor de uma época.

A dimensão e a forma dos acontecimentos são, assim, emprestados pelo tempo, e não uma faculdade dêles mesmos. O que era outrora divino, é hoje comum e prosaico. E eu estou certo que, praticadas há 2.000 e tantos anos, essas fugas de presos não constariam hoje de simples notícias de fundo policial: estariam em Tito Lívio, em Tácito, em Plutarco, em Pausânias ou em Políbio, que no-las forneceriam como exemplos de dignidade e desprendimento humanos, ou, mais provàvelmente, como demonstração inequívoca do eterno prestígio dos deuses.

XIV

OS HERDEIROS DE NOBEL

UM telegrama de Estocolmo, publicado ontem no Rio de Janeiro, dá as primeiras notícias do destino que terá, no corrente ano, o prêmio Nobel de literatura. Os prognósticos da imprensa local giram em tôrno de oito nomes, correspondendo a cinco países, todos europeus: Alemanha, França, Inglaterra, Rússia e Grécia. E êsses candidatos com possibilidades de vitória chamam-se: Paul Valéry, Stefan George, Francis Jammes, Kostes Palmas, Ivan Bunine, Maximo Gorki, Masefield e Anna Elisabeth, condessa de Noailles.

Trata-se, como se está vendo, de nomes, todos êles, de projeção universal. Alguns, especialmente os franceses, encontraram, mais no idioma em que escrevem do que no talento que manifestam, argumentos para a inspiração, e elementos para a vitória. Paul Valéry e a Condessa de Noailles equivalem-se. Valéry é a Condessa de calças. A Condessa é Valéry de saias. São duas no-

tabilidades nascidas e crescidas à sombra dos "abat-jours", nos cantos de salão, e popularizadas por um serviço de propaganda equivalente ao das "pílulas de Bristol" e do "óleo de fígado de bacalhau". Certos oradores, quando se querem fazer escutados, baixam a voz, despertando a curiosidade alheia com o ar misterioso da sua oração. Paul Valéry apelou para o mesmo processo: passou um quarto de século sem escrever, conseguindo pelo silêncio a glória que lhe não dera a palavra. E Francis Jammes é o venerando poeta das "plaquettes", cujo primeiro livro não continha mais de seis sonetos, e cujos quarenta anos de atividade poética, talvez não dêem para um volume considerável.

Dessa maneira, não obstante a fama de que desfrutam êsses três espíritos que têm a vantagem de falar ao mundo no volapuque da Civilização, isto é, em língua francesa, não será motivo para espanto, nem constituirá uma injustiça, a adjudicação do prêmio Nobel de literatura, no ano corrente, a um escritor saxônio ou eslavo, ou mais positivamente, a Stefan George, a Gorki ou a Bunine.

Stefan George tem grandes afinidades com Francis Jammes. Discípulo alemão de Mallarmé, é um espírito aristocrático e sutil como Jammes mas consideràvelmente mais ativo, e com uma projeção maior nas letras do seu país e da sua raça. E menos nacional, mais inclinado à fraternidade humana, como tradutor, e divulgador, na Alemanha, de numerosos poetas franceses, ingleses e italianos, correspondendo, assim, mais diretamente, ao pensamento filantrópico de Alfredo Nobel.

A Rússia concorre com Gorki e Bunine. Gorki é Gorki, isto é, um dos nomes mais familiares das letras contemporâneas. Mas está, na hora presente, em conflito com o pensamento do doador sueco. O apôio que dá, com o seu gênio, à ditadura soviética, retira da sua figura a simpatia do mundo. Isso, olhado daquí. E' possível que visto de Estocolmo, seja outro o panorama da Rússia, e venham a ser julgados diversamente os espíritos que prestigiam a Revolução alí iniciada. O prêmio a Bunine teria significação inteiramente diversa. Êste é o tradicionalista por excelência. E' descendente de Turgueneff e de Kuprine. E' um natura-

lista à Flaubert, enquistado no tumulto da nova literatura européia. Mas é um grande nome, e um grande caráter. E' o rochedo do promontório que o oceano pretende desmontar e que vem resistindo, impassível, ao insulto das ondas... Masefield tem relêvo muito menor, na sua ilha mergulhada na névoa. E Kostes Palmas fica tão longe, que é preciso fazer para-sol com a mão para se lhe ver, daquí, a figura.

Resta Manuel Galvez, de quem os telegramas não falam, mas que, para compensar o esquecimento dos outros, fala muito de si mesmo.

"Pero, quien es Galvez, señor?"

XV

A MEDICINA EM BATURITE'

EM frente à estação da Estrada de Ferro em Baturité, no Ceará, ficava um restaurante, pertencente à própria Estrada, e que se achava arrendado, há muitos anos, a uma velha e gorda senhora, conhecida pelo apelido de Sinhá. Recebendo hóspedes que alojava na sua casa de residência situada na rua contígua, o conjunto dos estabelecimentos tomava o nome de "Hotel Sinhá", conhecido em toda a região pelas pessoas que demandavam a capital ou procediam da capital com destino ao interior.

Pelo contrato com a Estrada, o "Hotel Sinhá" devia fornecer almôço aos passageiros, a preço fixo, que era, então, de dois mil réis. Saindo de Fortaleza às cinco da manhã, o trem diário chegava a Baturité, ordinàriamente, às 10 horas, demorando-se aí vinte minutos. Quando a locomotiva partia da estação imediatamente anterior e que era a de Aracoiaba, o telegrafista da Estrada, genro da hoteleira, transmitia o aviso à so-

gra, juntamente com o número aproximado de passageiros de primeira classe. De modo que, ao apitar a máquina na última curva, já se encontravam à mesa comprida e estreita, diante de cada cadeira, um prato de canja e um bife com dois ovos estrelados, um pires com arroz, outro com farinha, e um pedaço de pão. Em dez minutos o passageiro engulia aquilo tudo, e voltava para o carro, tendo, ainda, tempo de contar aos conhecidos todos os boatos trazidos da cidade e mais os que havia imaginado pelo caminho. Um apito do chefe da estação, outro do chefe do trem, e lá se ia a composição ferroviária rabeando e arfando rumo do sertão, para passar a noite em Quixadá.

Foi alí, no "Hotel Sinhá", que me hospedei, em 1906. Sobrecarregado de enfermidades, trazia eu do Pará, além da doença torturante que me afligia em segrêdo desde 1901, uma carga de paludismo, o fígado inflamado, uma neurastenia aguda caracterizada pela insônia, e uma asma renitente que me assaltava, de preferência, nos dias de grande calor. E' possível que olvide, nesta relação de tormentos, algum outro. Os males físicos deixam tão poucas saudades,

que os maiores são, em geral, os mais ràpidamente esquecidos.

Dona Sinhá, como enfermeira, apresentava apenas o inconveniente de conhecer maior número de remédios do que aquele que se tornava necessário para enterrar um doente. Era, mesmo, tão perita em ministrar medicamentos, que, um dia, ingeriu, ela própria, uma dose de "verde-París". E foi ela que tomou a seu cargo o meu tratamento, dizendo-me, no dia da chegada:

— Se o senhor não ficar bom aquí em casa, pode perder a esperança da cura, porque não arranjará saúde em parte nenhuma do mundo.

E eu creio, hoje, que a razão estava com ela. Não me curei em Baturité; mas também, não conseguí isso em nenhum outro pedaço do planeta.

Entreguei-me, assim, de pronto, à medicina caseira de Dona Sinhá, e a sofrer os seus efeitos e consequências. Para o fígado, comecei a comer, em jejum, frutas de jurubeba. Pela manhã, antes do café, limpava e engulia alguns dêsses pequeninos frutos silvestres, apanhados na véspera. Para a fraqueza, que era grande, tomava suco de

carne. Socava-se em um almofariz um pedaço de carne fresca e sangrenta, espremia-se em um pano, misturava-se o líquido daí proveniente com um pouco de vinho do Porto e eu tomava uma chícara, das grandes, antes do almôço. E para a asma, usava chá de alecrim com leite de mulher.

De quantos remédios domésticos me utilizei por êsse tempo, não me lembro de nenhum que me parecesse mais repugnante. Nunca imaginei que duas cousas tão boas separadamente, produzissem uma terceira tão intolerável. O adocicado do leite e o perfume do alecrim davam um resultado de tal modo desagradável, que eu o lançaria fora depois de ingerido, se a dona do leite não fosse moça e bonita, e não mo oferecesse com a mais generosa e casta boa-vontade. O leite de mulher é, porém, como o beijo. Há um pequenino poema francês em que o autor compara o beijo a um fruto, mas a um fruto que se deve colher com a bôca diretamente na árvore. O leite da mulher exige, para ser suportado, o mesmo processo. E' essa ou deve ser, a opinião das crianças, e seria talvez, a do primeiro Duque d'Alba, o qual, com se sabe, se alimentava nas vésperas da sua morte como o fizera no primeiro dia da sua vida.

Dessa medicação toda, a única a fornecer algum resultado favorável foi o suco de carne. O sangue aumentou nas minhas veias, as côres melhoraram sensìvelmente e comecei a engordar um pouco. O chá de alecrim com "leite de peito" nada conseguiu contra a asma. Tomei-o, durante três dias, por ocasião de um acesso. E, no terceiro dia, estava nas mesmas condições do primeiro. Quanto à jurubeba, que é um dos específicos mais celebrados em todo o nordeste, foi, para mim, um desastre. Na segunda manhã de uso, achava-me à mesa do café, comendo as frutinhas prodigiosas, quando a vista se me escureceu de repente. Um frio espalhou-se por todo o meu corpo, e eu não tive tempo senão de dizer:

— Estou morrendo...

As pessoas do hotel acudiram-me. Aplicaram-me bolos, friccionaram-me as mãos e os pulsos. E um suor gelado inundou-me, à proporção que me voltavam os sentidos.

— Não é nada, não! — animou-me Dona Sinhá. — Foi uma "piloura".

— Que nome tem isso? — indaguei.

— "Piloura" — explicaram-me todos. — "Piloura" é a mesma cousa que "vertigem".

Não me recordo de haver ouvido, nunca mais, em nenhuma parte do Brasil, dar-se tal denominação a êsse incômodo universal. Ignoro a etimologia do vocábulo. E creio que nenhum Dicionário, até hoje, o registrou.

Baturité possuía, por essa época, três médicos, representando três estados na evolução da medicina: o Dr. Galdino Ramos, que procedia de Manaus e alí se estabelecera provisòriamente, após uma excursão pela Europa; o Dr. Cabral, expoente da cultura científica nas pequenas cidades; e o Dr. João Paulino, metade médico, metade curandeiro, com a sua carta de doutor pela Faculdade de Medicina da Baía, aonde estivera trinta anos antes, mas receitando chá de raspa de chifre de veado e cozimento de folhas de sabugueiro "apanhadas do lado em que nasce o sol". O primeiro, dava grande rendimento às farmacias. O segundo, um pouco menos. E o terceiro, quasi nenhum. Mas havia, também, o Jorge, famoso fabricante de "garrafadas" e que era, pela concorrência feita aos diplomados, uma das figuras mais conhecidas de Baturité.

Êsse Jorge era um mulato escuro, e de uns cincoenta anos. Alto e caneludo, gozava de certo prestígio nas classes que não podiam mandar à botica, pelo sucesso dos remédios que fornecia aos doentes sem recursos, e cujo pagamento dependia das posses do freguês. A sua especialidade era, porém, uma bebida escura, com base de álcool, que afirmava infalível contra as enfermidades contraídas no Amazonas, especialmente as febres palustres com inflamações do baço e do fígado. À chegada do trem, lá estava êle na estação, com três ou quatro garrafas debaixo do braço, para vender, nos carros de terceira classe, aos "paraoaras" que regressavam amarelos e barrigudos. E vendia-as todas. Vendia-as a seis e oito mil réis. Às vezes a dez, quando via, pelo correntão, e pelo guarda-chuva do passageiro, que êle trazia algum dinheiro de saldo.

Um dia, achava-me eu no restaurante do "Hotel Sinhá", após a chegada do trem, quando Jorge enveredou apressadamente por êle, a caminho da cozinha. Havia vendido, já, nos carros, todas as suas "garrafa-

das", mas precisava ainda de uma para não perder o freguês. Arranjou uma garrafa de aguardente, pôs-lhe dentro duas colheradas de açúcar, e, chegando junto ao cozinheiro, pediu:

— Arranja-me aí uma chícara de café... Não faz mal que seja de ontem...

Recebeu a chícara. Derramou-a na garrafa. Agitou-a, vascolejou-a, misturando o café com a cachaça. Provou na mão a mistura. Estalou a língua.

— Ah!... Está bom!... — disse, piscando o ôlho.

E correu para o trem, a vender por seis mil réis a um pobre seringueiro impaludado, que regressava à terra natal para morrer, aquela "garrafada de emergência", em que não entravam senão, além de um pouco de açúcar, o café e a aguardente.

O Brasil dispõe, hoje, de um número de médicos muito acima das suas necessidades. Há mais de trinta mil profissionais, portadores de diplomas legais e legalizados, em exercício ou à espera de um cliente para entrar em exercício. O curandeiro continua, porém, prestigiado pela credulidade pública, a viver da charlatanice. Mas êsse mal é irremediável, porque reflete um fenômeno social e psicológico. Para o vulgo, a ciência deve ser infalível. E como nem sempre a medicina cura o enfêrmo, o povo conclue que, para ajudar a morrer, todo mundo serve. E prefere, então, o curandeiro, que entra pela cozinha, não dando ao dono da casa o trabalho que lhe dá o médico de abrir a porta da sala.

XVI

ELOGIO DA IMPRENSA

No seu famoso discurso de 21 de agôsto de 1835 na Câmara dos Deputados, no qual, com o coração sangrando pelas feridas que nele haviam feito as penas impiedosas dos jornalistas adversários, se batia pela liberdade de imprensa, Lamartine solta êste grito contra o parecer de Sauzet, favorável à lei de repressão pleiteada pelo gabinete:

— "Sim, senhores, a imprensa há quatro anos distila em cada linha o ódio, a calúnia, o ultraje, e transuda insurreição e anarquia. Eu tenho sentido isso, como vós outros. Quantas vezes não tenho gemido, quantas não tenho detido o ímpeto de amaldiçoá-la e de lhe desejar uma barra de ferro, se me não recordasse que encadear a imprensa é encadear ao mesmo tempo a Mentira e a Verdade, é encadear o próprio espírito humano!".

Para o poeta político o jornal era, pelo bem e pelo mal que determina, uma espécie de língua de papel, como aquela que Esopo

condimentou para o seu amo. "A imprensa pertence à ordem dos males necessários!" — exclama, anos mais tarde, Louis Veuillot. E Benjamim Constant, no seu entusiasmo: "A imprensa é a tribuna engrandecida". Alphonse Daudet considerava o jornal um dos mais poderosos explosivos do século XIX e houve quem lhe desse o nome de "toalha da Civilização". A fôlha impressa constitue, porém, em definitivo, um bem ou um mal, um luxo ou uma necessidade dos tempos?

Foi a resposta a êsse quesito que encontrei nos últimos dias de 1903 e nos primeiros de 1904, ao ser admitido, com o ordenado mensal de 100$000, como auxiliar do escritório de Montenegro & Cia., na capital paràense.

Casa de grandes recursos, com um movimento anual de mais de 30.000 contos, Montenegro & Cia. não tinham política, mas procuravam todos os modos de não contrariar os governos. Os homens de negócio que constituíam a firma não ignoravam, na sua experiência, que o Estado, no Brasil, é um Moloc intolerante, que considera sacrilégio a mais ligeira recusa de oblata. "Adora-me, ou eu te devoro!", ruje êle, imitando a Esfinge tebana. À porta de cada palácio de govêrno de província, balouça a pluma de um chapéu de Gessler, diante do qual todos os transeúntes se têm de descobrir. E um dos processos de que dispunha o comércio para agradar ao govêrno, no Pará, consistia, então, em tomar assinaturas dos grandes jornais do Rio de Janeiro, simpáticos às situações estaduais, cujos representantes percorriam o país de norte a sul, recomendados aos governadores pelos ministros ou pelas grandes figuras da política nacional. Cada estabelecimento comercial tomava, às vezes, dez ou vinte assinaturas, que eram utilizadas nos trabalhos de embalagem, ou ficavam atiradas à poeira, hostilmente, num canto escuso do armazém.

Quando eu entrei para a grande firma paràense, encontrei caixões e caixões repletos, abarrotados de pacotes d'*O País* e da *Gazeta de Notícias*. Sem livros para ler aos domingos, pois que a Biblioteca Pública do Pará só abria nos dias úteis, os velhos jornais passaram a ser os meus companheiros prediletos. Aos domingos, feriados e dias santos o escritório funcionava até meio-dia. A essa hora íamos para o almôço, que era,

nesses dias, ajantarado. Após essa grande refeição, os empregados desapareciam, indo para a casa dos amigos, dos conterrâneos, das namoradas, onde jantavam; eu, sem namorada, sem conterrâneos e sem amigos, voltava melancòlicamente para o alto do escritório do Boulevard da República, onde passava o resto do dia, até alta noite, lendo as crônicas de Bilac, ou os artigos de crítica literária ou social de Alcindo Guanabara, de Nordau, de Alcides Maya e de Curvelo de Mendonça. Bilac era, nesse tempo, o Fantásio, da *Gazeta de Notícias,* e punha em evidência o Braz Bocó, símbolo ridículo dêste Brasil ingênuo, imenso e maravilhoso.

Convém assinalar, aquí, a influência que já vinham tendo, de época ainda mais recuada, na formação dos alicerces da minha "cultura", os velhos jornais esquecidos. Na casa de comércio de meu tio, em Parnaíba, havia um caixão transbordante de fôlhas cariocas, principalmente a *Cidade do Rio* e o *Correio da Manhã.* A *Cidade do Rio* revelou-me Patrocínio, com os seus artigos que eram esculturas em lava fumegante. O *Correio da Manhã* fez-me conhecer principalmente Edmundo Bittencourt, épico de de-

sassombro, e Leão Veloso, argumentador e tenaz. Pequenas fôlhas de Teresina fizeram-me conhecer Manuel Vitorino, cuja palavra se multiplicava pelo país como se êle gritasse num vale para despertar a montanha. E ainda me recordo, hoje, da inveja com que vi, na *Cidade do Rio,* em colunas abertas, quatro sonetos de Patrocínio Filho, datados de París. Eram uns alexandrinos parnasianos, pesadões e sonoros, dando-me a impressão de elefantes ajaezados, fazendo ressoar toda a sua carga de metais. E a minha idéia era, que, publicados alí, aquele poeta se havia tornado célebre, de repente, no Brasil inteiro, como quem sai, de súbito, da sombra para o sol. Quando poderia eu, humilde caixeiro de uma humilde cidade do mais humilde Estado do Norte, sonhar, na minha vida, glória igual?

No Pará eram, ainda, as fôlhas do Rio, que me animavam e instruíam. Quando revisor do *Notícias,* havia lido na Biblioteca Pública meia dúzia de bons livros: o *Orlando Furioso* de Ariosto, a *Jerusalém Libertada,* de Tasso, e uma *Antologia* uruguaia, em cinco ou seis volumes, de Varela. Mas,

no comércio, sem dinheiro e sem tempo, que fazer, senão devorar velhos jornais?

Obtido êsse pobre emprêgo no comércio, conseguira satisfazer as exigências ditatoriais do estômago. A minha indumentária era, no entanto, a peor possível. Havia um ano, quasi, eu não comprava uma peça de vestuário, fosse a mais simples. O meu aspecto devia ser, quasi, o de um mendigo.

Foi, então, por êsse tempo, que eu fiz uma descoberta sensacional, a da utilidade do jornal na solução das crises de guarda-roupas. Desaparecida a última das minhas meias, tentei, um dia, calçar a botina sem êsse complemento. E a botina recusou a passagem do pé. "On ne passe pas!" — gemeu o elástico, retraindo-se. E eu quedei descalço, diante da botina revoltada.

A necessidade é, porém, a mãe do Progresso.

"Necessité tire parti de tout:
Necessité d'industrie est la mère"

já dizia Gresset, no "Lutrin vivant". E foi essa verdade que eu apurei, aos dezessete anos de idade. Passeando os olhos em tôrno, no meu quarto deserto, procurava resolver o problema que surgia, quando dei com os olhos no monte de jornais. E quasi desço as escadas, como Arquimedes saiu do banho de Siracusa, gritando em aleluia:

— Eureka! Eureka!

Fui eu mesmo que contei, em um dos meus livros alegres, a história de um engenheiro do nordeste que ensinou o seu burro a comer jornal, e que, por êsse modo, conseguiu atravessar a região devastada pela sêca. Pela manhã, dava o dono à alimária um exemplar do *Jornal do Brasil* e à tarde um do *País*.

— E que é feito dêsse burro? — pergunta alguém ao viajante muncauseniano.

— Morreu.

— Com o estômago "embrulhado"?

— Não, senhor, morreu de indigestão. Tinha comido um exemplar do *Jornal do Comércio,* edição do Natal!

É Swift quem sugere pela bôca do capitão Guliver, a necessidade de uma legislação em que o jornalista seja condenado a comer todo o papel em que tenha escrito, e a beber por cima, como complemento, alguns goles de tinta. Eu não recorrí ao jornal como alimento, à semelhança do burro da mi-

nha historieta, mas como vestuário complementar: passei a fazer meias de papel. Enrolava um pedaço da *Gazeta de Notícias* ou do *O País,* no pé, e andava com êle o dia inteiro; e ao arrancar, à noite, a botina, o que saía era uma nuvem de "confeti" fino, de detritos de celulose que rolavam pelo chão como um punhado de farelo.

Vêm, pois, dos tempos mais recuados da minha vida, os serviços que devo à imprensa. Ela ainda me não alimentava, mas já me "vestia". E foi porque ela me aqueceu os pés na adolescência que eu, penetrando a velhice, lhe consagro, hoje, o meu cérebro.

XVII

HÁ VINTE E UM ANOS...

O *Diário Carioca* festejou, ontem, o seu quinto aniversário. Històricamente, porém, tem êle vinte e um anos. Pois que a sua existência não é, na verdade, senão uma continuação da primeira fase do *Imparcial,* nascido em 1912, e desaparecido irônicamente num incêndio numa última noite de Carnaval. Na Idade Média, quando as lutas pela posse da tiara e do tesouro pontifical estabeleceram a cisão nas hostes católicas, ficou firmado, em alguns dos seus componentes, que a Igreja não estava obrigatòriamente em Roma, e sim onde se achava o Papa. A êsse princípio, deve-se o aparecimento de Papas no Avinhão, em Pisa, e na Espanha, cada um dos quais, como o de Roma, se considerava o legítimo representante de Deus sôbre a terra. O *Diário Carioca* é Macedo Soares. E Macedo Soares começou, como jornalista, em 1912, no seu leve e ágil matutino da rua da Quitanda.

O aniversário da fôlha nova reporta-me, por um fenômeno natural da memória, à fundação da fôlha velha. Lembro-me dela, e de mim mesmo. Surgido a 13 de agôsto daquele ano, o *Imparcial* pagou, imediatamente, a temeridade de nascer em agôsto, e no dia 13. No segundo ou terceiro número suspendia a publicação para concêrto das máquinas, só reaparecendo, após quatro meses de experiências, a 7 de dezembro. E eu, que não o vira nascer, fui testemunha, então, da sua ressurreição promissora.

Volvendo, nesta hora, os olhos para êsse passado tão recente na história da imprensa brasileira, e tão remoto, na de um simples jornalista, contemplo os túmulos que ficaram à margem do caminho. Quantos mortos, santo Deus! Dos que compunham a redação, mais da metade não existe mais. Dormem no seio da terra Castro Menezes, Miguel Melo, Leão Lopes, Mário Bering. Durão Coelho, o gerente, foi com êles na viagem, para os "vales" de além-túmulo. E os colaboradores semanais, ou eventuais, quasi todos: José Veríssimo, Alberto Tôrres, Nuno de Andrade, Rui Barbosa, Leopoldo de Bulhões, Salvador de Mendonça. Resta, dêste grupo de homens de idéias, João Ribeiro. E' o cedro da montanha, que o temporal não levou.

Horas de inquietação, terríveis, são essas dos primeiros dias de um jornal. O *Imparcial* trazia, entre os artigos surdos do seu programa, a remodelação da imprensa carioca, imodificável desde os tempos da monarquia. A fiscalização da sua vida e dos seus processos fazia-se intensa, e constante, pelas outras fôlhas matutinas. Uma falha, um engano, uma facilidade, e seria a derrota. Uma noite, verifica-se, na rua Floriano Peixoto, um incêndio, ficando completamente destruído um cinema, que alí funcionava. No andar superior do prédio residia um dentista, o dr. Sá Rêgo, com a família. Surpreendido pelas chamas, o inquilino não pode fugir, sendo o seu corpo encontrado, às duas horas da manhã, inteiramente carbonizado. A reportagem do *Imparcial* vê que é chegado o momento de mostrar a excelência dos seus recursos, e o préstimo da sua atividade. O fotógrafo apanha a chapa. A oficina prepara o "cliché". E, às três horas, as máquinas rodam com a gravura mostrando o cadáver do dr. Sá Rêgo.

Sucede, porém, que, nesse dia, deve aparecer, também, uma carta política do senador Rui Barbosa, acompanhada do retrato do autor. De repente um grito nas oficinas:

— Pára a máquina!

A "marinoni" gigantesca diminue a rotação, e detém-se suavemente. Vinte ou trinta olhos ávidos fixaram-se na terceira página. Sob a fotografia da massa informe cercada por alguns curiosos, lia-se: "Senador Rui Barbosa". E sob o retrato de Rui, que aparecia com a mão no queixo, na atitude clássica da meditação: "O corpo carbonizado do dr. Sá Rêgo"! Os "clichés" haviam sido trocados no momento da paginação.

O primeiro secretário do jornal foi Sampaio Dória, hoje professor eminente, em S. Paulo. Sampaio Dória escreve o primeiro tópico, de responsabilidade. Nós outros, os demais. Mário Brant, na sua mesa fronteira à minha, lança, a conselho de Bulhões, os alicerces da sua cultura como financista. O espírito dinâmico e diabólico da casa é, porém, Castro Menezes. Castro Menezes é o entrevistador das grandes personalidades da época. Um dia, vai ao Catete, e entrevista o Marechal Hermes. Dois minutos de palestra, e nenhuma nota escrita. E no dia seguinte, duas páginas cheias de conceitos sôbre política, finança e economia, elaborados na véspera no meio de gargalhadas homéricas, na sala da redação.

— "O Banco do Brasil e o Tesouro não podem viver perpètuamente no regime dos vasos comunicantes"... que tal? O Dudú ficaria zangado, hein?

E dois dias depois, o *País* lançava um artigo louvando a felicidade da definição presidencial, ao tratar das relações do Tesouro com o Banco do Brasil.

Nos primeiros dias de 1913 Enéas Martins vai embarcar para o Pará, afim de assumir o cargo de governador. Castro Menezes procura-o para uma entrevista. Na véspera do embarque, Enéas entrega-lhe um exemplar da mensagem do seu antecessor no govêrno, à margem da qual deixou algumas anotações. O jornalista lê os rabiscos, e escreve três páginas de... palestra com Enéas Martins. Êste embarca pela manhã, e lê o jornal a bordo. E à tarde, um radiograma de alto mar:

— Agradeço vivamente fidelidade com que ilustre redator me entrevistou interpre-

tou meu pensamento. Entrevista publicada nessa fôlha será meu programa de govêrno. Atenciosas saudações. — *Enéas Martins.*

A estas horas, vivem Enéas e Castro Menezes, no reino das sombras. E eu sou capaz de afirmar que, grande jornalista, como era, anda Castro Menezes, lá no outro mundo, atrás de Enéas, para entrevistá-lo outra vez...

XVIII

A "FÔLHA DO NORTE"

DE regresso do rio Mapuá, eu havia entrado para o hospital da Beneficente Portuguesa, em Belém, naquele ano de 1909. E acabava de ter alta, após a primeira intervenção cirúrgica de que fui vítima neste mundo, quando me ofereceram um lugar de repórter, na *Fôlha do Norte.*

Eu tinha, já por êsse tempo, com êsse matutino, uma dívida de gratidão. Tinha sido nas suas páginas que haviam aparecido os meus primeiros sonetos, quando eu era, apenas, empregado no escritório de Montenegro & Companhia. Fôra ela o campo das minhas primeiras escaramuças de polemista incipiente, e o veículo de duas dúzias de artigos que eu mandara do Ceará, e em que descrevia as minhas viagens pelos sertões do Nordeste. E, agora, ia dever-lhe um amparo novo, com um ordenado mensal de cem mil réis. Antônio Praxedes, administrador do Hospital dos Lázaros, ofereceu-me hospitalidade, dando-me a casa e o pão. E eu,

que até então me consagrara ao comércio, passei a viver exclusivamente da minha pena, ou, melhor, do meu lapis, anotando pequenas novidades de rua.

A notícia, que a imprensa carioca tem divulgado, de que o grande matutino paràense se encontra, neste momento, ameaçado de suspensão, e com os seus diretores deportados por ordem do govêrno local, despertou-me o desejo de falar aos homens por isso responsáveis, fazendo ressoar aos seus ouvidos o bronze áspero da verdade. Entre as obras de misericórdia, conta a Igreja o castigo aos que erram. Levar a reflexão aos que se exaltam, e a lembrança do reconhecimento aos que olvidam no presente os serviços que receberam no passado, é, também, servir os homens, e a Deus.

A *Fôlha do Norte* é um dos jornais de vida heróica e vitoriosa que o Brasil hoje possue. Fundada para combater uma situação, tem-se empenhado nos prélios mais terríveis e perigosos, e sempre com armas limpas e polidas. Ao surgir, encontrara, no Estado, dois partidos, que procediam de um só: o de Antônio Lemos, então no poder, e o do sr. Lauro Sodré, lançado ao ostracismo.

Consagrando-se à defesa dos interêsses e aspirações dêste último, a *Fôlha do Norte* votou-se a um trabalho hercúleo e sem recompensa. O partido do sr. Lauro Sodré era, por êsse tempo, uma associação espontânea de aristocratas. Vindo para o Rio de Janeiro e aquí permanecendo dezesseis anos sem regressar à sua terra, o seu chefe era, para os correligionários, um Deus. E ainda o era mais, porque, como Deus, se sabia que existia, mas não aparecia, jamais, aos fiéis. Homens ricos, pertencentes às velhas famílias paraenses, os chefes regionais do laurismo não passavam de figuras decorativas, que não cuidavam senão da administração da sua fortuna. Mas êste laurismo possuía uma fôrça, que obrigava o lemismo à vigília das armas. Era a *Fôlha do Norte*. E que alma, que espírito, que energia animava êsse jornal? Que braço manejava essa catapulta, essa máquina diabólica e poderosa que não dava tréguas ao adversário, e que faria ruir, um dia, com estrondo, as muralhas chinesas levantadas num trabalho pertinaz de meio século pela engenharia política de Antônio Lemos? Propriedade de Cipriano Santos, era o nome dêste médico pa-

ràense que a *Fôlha do Norte* trazia no cabeçalho, como seu diretor. Cipriano jamais escreveu, porém, uma simples notícia para o seu matutino. Vivendo das rendas dêste, cujas finanças eram folgadas, contribuía, apenas, com a paciência, deixando-se atacar em todos os setores da vida pela imprensa governista. E os seus companheiros de diretório não colaboravam com outra sorte de sacrifício.

O edifício da *Fôlha do Norte* obedecia, por isso, ao regime da anatomia humana; o pensamento, a fôrça de que lhe nascia a vida, estava no seu ponto mais alto: estava lá em cima, no segundo andar, nos tristes e sombrios cômodos do velho sobrado da rua da Indústria: era Paulo Maranhão.

Secretário do jornal de Cipriano Santos, Paulo Maranhão era o cérebro, lúcido e ativo, daquela fôlha. Para ela vivia. Por ela morria. Os seus editoriais, que escrevia em tiras de papel pautado, com tinta negra, e emendava com tinta vermelha, e cujas provas corrigia depois de meia-noite, não eram artigos comuns de jornalismo provinciano: eram expressões de arte e de gôsto; eram boa e perfeita literatura, em que a linguagem incisiva, clara, elegante e polida, punha em relêvo a argumentação impressionante. E êsses editoriais, inconfundíveis na forma e no espírito, foram a gota dágua que, um dia, fez rolar o rochedo em que eu me abrigava, atirando-me ao mar...

Antônio Lemos era um homem tolerante e inteligente, embora inculto, e condescendente com os seus amigos políticos. Por isso, alguns dêstes, de vez em quando, exaltados pela paixão partidária, praticavam uma violência. Alguns jornalistas da oposição foram agredidos, e outros emigraram. Não sendo governador do Estado, mas, apenas, o chefe do partido que se achava no poder, ao governador, e não a êle, competia punir os culpados.

— Posso assegurar-lhe, — disse-me êle, uma vez, — posso assegurar-lhe que nunca ordenei uma agressão, uma violência contra um adversário. E, se soubesse que um correligionário premeditava alguma, teria impedido que êle a praticasse.

Sorriu, porém, e acrescentou:

— Só uma vingança foi executada por ordem minha. Foi a lição que tomou o Acrísio Mota. Mandei que lhe esfregassem na

cabeça um pouco de pixe, para que êle se lembrasse dos favores que me devia, e não fosse ingrato, insultando-me. O meu empregado precipitou-se, porém, e virou a lata na cabeça do rapaz, que teve de raspar até as sobrancelhas e escapou de morrer afogado. O mais que se fez, quer na capital, quer no interior, nunca teve a minha aprovação...

Paulo Maranhão, alma da *Fôlha do Norte* era, pela eficiência da sua atuação, o oposicionista mais visado pelo rancor oficial. Os seus inimigos eram numerosos e terríveis. Se o encontrassem na rua, matá-lo-iam. Daí as suas precauções. Mudou-se, com a senhora e os filhos, para o alto do prédio em que funcionava o seu matutino, e que ficava em uma rua comercial. Durante oito anos não saiu dalí. Mas, também, não calou a sua pena. E dalí demoliu, impiedoso e inflexível, uma das organizações partidárias mais sólidas e prestigiosas porventura existentes neste país!

Foi aí que o encontrei, quando entrei para a *Fôlha do Norte* como repórter, com a obrigação, ainda, de traduzir telegramas e fazer a revisão do jornal todo, em noites alternadas. Até que, um dia, Álvaro Adolfo

da Silveira, companheiro de Eliseu César no seu escritório de advogado, e que a Revolução de 1930 encontrou como senador estadual, me falou da simpatia generosa com que eram lidos os meus versos e a minha prosa de principiante, nos círculos oficiais. E perguntou-me se aceitaria um lugar na redação d'*A Província do Pará*, o grande quotidiano de Antônio Lemos, que me nomearia, mais tarde, para a Prefeitura Municipal.

Eu não era político. Jamais havia visto o sr. Lauro Sodré. Os seus lugares-tenentes não me tinham prestado, nunca, o menor serviço. Não quis, porém, passar de um jornal para outro sem consultar Paulo Maranhão. Comuniquei-lhe o convite que havia recebido. Pedí a sua opinião. E êsse homem terrível, êsse adversário formidável que o lemismo temia e todos acreditavam cheio de rancor e de fel, pôs, mansamente, a mão no meu ombro, e disse-me, com brandura:

— Vai, meu velho, vai, enquanto é tempo... Eu poderia pedir-te que ficasse; mas não tenho o direito de exigir de ti o sacrifício do teu futuro... Que te espera aquí, nesta casa? O mais que poderias alcançar, seria

a minha situação, o meu lugar de secretário... Terias quinhentos mil réis por mês como eu tenho, depois de quasi vinte anos de atividade; mas terias, também, esta vida que eu levo, encurralado neste sobrado, sem um dia de repouso, e dormindo, ou ficando sem dormir, com o estrondo das máquinas, que abalam o prédio inteiro...

Fez uma pequena pausa, e, êle, o homem soturno, o homem que não fazia confidências a ninguém, falou-me com tristeza:

— Tu já imaginaste o que é minha vida aquí? Tenho filhos a educar, e não posso, sequer, mudar-me para um bairro familiar, em que haja escolas... Depois, tu sabes, aí em frente há um prostíbulo... Rameiras de última classe... E eu, com os meus filhos pequenos, e com uma filhinha que está ficando moça, obrigado a viver de janelas fechadas para evitar êsses espetáculos degradantes... Por isso, vai... Tu és trabalhador e estudioso... Serás feliz...

Fui. Dentro de algum tempo, estavam, um diante do outro, batendo-se, o mestre e o discípulo. Vencido, aniquilado o partido a que eu servia, incendiado o baluarte de onde eu atirava, emigrei, vim para o Rio. E Paulo Maranhão, vitorioso, ficou lá.

Por êsse tempo o atual major Barata era menino. Devia ter oito ou nove anos, idade em que as crianças de Belém exercitam o braço derrubando mangas na arborização da rua. Mas os seus parentes, a sua família, toda ela oposicionista, via em Paulo Maranhão o herói da grande campanha. Suas mãos miúdas bateram palmas com certeza ao jornalista insigne que principiava a encanecer. E êsse nome chegou aos seus ouvidos sem dúvida, mil vezes proferido pela bôca honrada do seu pai.

Hoje, Paulo Maranhão se acha no Rio, segundo me dizem, foragido, sem poder regressar à sua terra, e assumir o seu posto na imprensa. E isso constitue uma ingratidão, e uma injustiça. Porque, se a Revolução de 1930 encontrou no Pará uma consciência republicana, capaz de sacrifícios, e um espírito público em condições de recebê-la, deve-os a Paulo Maranhão. Foi êle quem deu ao seu Estado, em vinte anos de luta e de resignação, a primeira lição de coragem e de esperança. Foi êle que ensinou o paraense a resistir, impávido, aos poderosos. E

é recordando tudo isso, e lembrando o desassombro do homem que foi meu amigo, meu mestre e meu adversário, e que destruiu a situação política em que eu me apoiava, que eu faço, daquí, um apêlo ao eminente chefe do Govêrno Provisório, cujo espírito moderado e claro é a melhor garantia da ordem na República, para que intervenha com a sua inteligência conciliadora, afim de que, sem ferir a autoridade do seu delegado no Pará, volte àquele Estado, e retome alí a sua pena, o mais brilhante e vigoroso jornalista do Norte.

XIX

FUMANDO ESPEREM...

QUANDO, dentro de meio século, o mundo voltar à estabilidade antiga, e tornarem a vigorar, com o espírito da sua sabedoria clássica, as antigas leis econômicas, muito historiador sorrirá com voluptuosa malícia ao examinar certos aspectos da vida em nosso tempo. E entre os quadros que lhe despertarão a curiosidade sorridente, estará, talvez, êsse de que davam notícia os telegramas de Salônica, publicados ontem, os quais referem o caso de uma greve de operários das fábricas de cigarros daquela cidade. Trata-se, realmente, de uma greve, mas de uma greve às avessas. De uma greve, em suma, em que os grevistas querem trabalhar, e a Polícia não deixa.

O caso é simples, mas novo, e imprevisto. A Grécia, não obstante a sua condição de berço dos deuses mais inteligentes porventura nascidos na terra, está sendo vítima de uma crise econômica e social tão grave como a que atormenta os países que não

produziram divindade nenhuma. Empobrecida pouco a pouco, foi a população, pouco a pouco, abandonando os seus vícios honestos.

Os vinhos famosos das videiras de que o próprio Sileno deixou as sementes no Arquipélago, ficaram nas adegas por falta de consumidores, não obstante a queda crescente dos preços. E o que aconteceu ao vinho, aconteceu ao fumo. Centenas de fábricas de cigarros cessaram a sua atividade, pela paralisação dos negócios. E foi, então, quando ocorreu o caso de que foi teatro Salônica, e de que falam, agora, os telegramas.

Há uma semana, as fábricas de cigarros deliberaram cerrar as portas, e despediram todos os operários. Estes, porém, não se conformaram com essa deliberação, e resolveram não abandonar o serviço. Fecharam as portas dos estabelecimentos em que funcionavam, mas não interromperam a sua atividade. Os proprietários apelaram para a Polícia, afim de afastá-los dalí; mas êles se entrincheiraram, alegando que o trabalho não é crime, e que à Polícia só é lícito intervir nos casos de ociosidade, isto é, em circunstâncias precisamente opostas àquelas em que se encontravam. E a população

os envolve com a sua simpatia, dá-lhes o seu confôrto, e leva-lhes o pão à porta, procurando criar para os pobres um direito novo, que é o direito ao trabalho, mais sagrado, evidentemente, do que o direito à indolência, que a burguesia instituiu para si mesma.

A indústria do tabaco é, ademais, a que menos deve sofrer, nos tempos de crise e de miséria, como êste que atravessa o mundo. Segundo alguns higienistas, o fumo é um alimento de poupança de primeira ordem. Guilherme Pison assegurava ter passado dias inteiros a caminhar pelos desertos sem sentir fome nem sêde, tendo à bôca apenas um pouco de tabaco, para mascar. O professor Wills recomenda-o aos governos, para distribuição pelos soldados, pois que o seu uso tira o apetite e aumenta as fôrças, reduzindo assim o consumo dos víveres pelos exércitos em campanha. O seu efeito é, segundo alguns fisiologistas eminentes, o mesmo da noz de cola. Recomendam-no, com a mesma propriedade, Van Helmon, Chamberet, Ramazzini, Plempius, Merat, e quantos se têm detido no exame da sua influência benéfica sôbre o organismo. E quem

ignora, no Brasil, o serviço por êle prestado ao caboclo do sertão, o qual, com êle à bôca, realiza marchas de uma dezena de léguas, sem comer e sem beber?

Poder-se-ia alegar, ainda, que com a sua capacidade para conduzir o espírito ao sonho e à meditação, o cigarro é utilíssimo ao homem preocupado e sem pão, libertando-o das miseráveis contingências materiais. E, se essas alegações se tornassem inúteis, conviria lembrar, mais, como argumento final, a origem do cigarro, que se não nos vem da Grécia, procede, assegura-se, de muito perto, pois que vem do Oriente, e, precisamente, da Turquia, a que a Grécia durante séculos pertenceu.

Entre as músicas e perfumes do seu ruidoso serralho celeste, — conta uma lenda muçulmana, — meditava, acariciando a santa barba venerável, o Profeta dos Profetas, quando Zobeida, a mais formosa das hurís, se aproximou do seu trono de pedrarias:

— Sabe tu, ó Sombra de Alá, Senhor dos Senhores, Maravilha das Maravilhas, que há escravas tuas, e das mais tentadoras, que te querem trair, abandonando a bem-aventurança do teu Reino!

O Profeta, franzindo a testa imensa em que os astros do sétimo céu se refletiam, indagou, com um súbito estremecimento nas barbas, quem eram elas.

— São Zulima, a de olhos negros como as noites da Arábia; Amina, cuja beleza faz empalidecer as estrêlas; Nazinha, a deliciosa, de carne ardente como o Deserto; Fátima, de cabelos escuros como o pecado; Kiúsa, que trouxe para a serenidade do Paraíso as tentações perigosas da terra; e Fatma, e Sobelha, e Hadhia, e Soriba, e Rokaia, e Saida, e Saffia, e Ariza, aquelas, precisamente, cuja fama conduz para as venturas da tua mansão, pelos sangrentos caminhos da vitória, os mais bravos guerreiros que se batem lá em baixo pela sagrada glória do Crescente.

— Que faziam elas? — insiste, irado, o Santo dos Santos, Maomé, a Sombra luminosa de Alá sôbre o mundo.

— Trabalhavam, ó Maravilha dos Sábios, para deixar o esplendor do teu domínio, e irem tentar os homens incautos na tristeza escura da terra. Enquanto outras gemiam de santo prazer sob os galhos de ouro do Lotus, arrancavam elas os fios dos

seus cabelos perfumados como a tua sombra, juntando-os para formação de uma escada imensa por onde descessem do teu jardim acima das nuvens a embriagar com a ânfora do seu corpo a vida terrena dos teus guerreiros. Para dissimular a perfídia do seu intento, cobriram os fios, quando prontos, com a sêda macia e branca dos seus véus. E tão amorosamente trabalharam, ó Senhor dos Senhores, Profeta dos Profetas, Maravilha das Maravilhas, que só descobririas, nesses fios velados de sêda, que alí estão as tranças das tuas hurís mais formosas, pelo perfume enervante que exalam. Queres vê-las? Manda surpreendê-las...

Antes que a nuvem da ira passasse, inteira, pela face luminosa do Profeta, quatro virgens, das mais jovens, lhe levaram, silenciosas, a obra das traidoras. Era um fio branco e contínuo, grosso como um pequeno dedo de criança e extenso como o poder de Alá sôbre os homens. Disfarçava a cheirosa matéria de que era composto, um brando invólucro alvo como as névoas que se levantam do mar, e em que se adivinhava o fino véu das hurís. Ante aquela prova do crime inominável premeditado pelas mais

formosas virgens do Jardim das Delícias, o Profeta, com a cólera faiscando nos olhos irresistíveis, teve um gesto que fez oscilar as sete camadas do firmamento; arrancou o seu iatagã cravejado de rubís e de pérolas, e, cortando em pequeninos pedaços iguais o longo fio aromático tecido amorosamente pelas hurís, atirou-os indignado rumo da terra, pelas nuvens abaixo...

Êsses pequeninos pedaços, — continua a lenda, — caíram, certo dia, em uma planície da Arábia. Beduínos que passavam, desceram dos seus camelos, juntaram-nos, e, reconhecendo o perfume que dêles fugia, levaram-nos aos lábios, incendiando-os com o fogo dos seus beijos voluptuosos. E, enquanto os beijava, o filho do Deserto sentiu o seu pensamento arrastado para o Desconhecido, para remotos países de gôzo e de sonho, ao mesmo tempo que as tranças cheirosas das hurís, ardendo em doce martírio silencioso procuravam, de novo, nas volutas da fumaça em que se desfaziam, o esquecido caminho do céu...

A indústria do tabaco é, pois, no Oriente, e, portanto, em Salônica, necessária e sagrada. Mantenham-se os operários na sua

greve simpática. Usem a matéria prima das suas fábricas não sòmente como passatempo, mas também, como alimentação. Acendam o cigarro, e trabalhem sem arredar pé até que a crise mundial se acabe.

E fumando esperem...

XX

A TRISTE HISTÓRIA DO REI MOTAWANKKIL

O rei Hicham era tão grande de alma e tão piedoso de coração, tratando os seus amigos com doçura e os seus inimigos com benignidade, que, ao nascer-lhe o primeiro filho, que seria o seu sucessor no trono, apareceu um "efrit" junto ao berço do infante, e disse aos que se achavam presentes:

— Êste príncipe chamar-se-á Motawankkil, e terá todas as venturas da terra. Possuirá grandes tesouros, terá muitos palácios, será amado de muitas mulheres, e não perderá, na guerra, nenhuma batalha. Tudo que desejar para si próprio terá. Será, em suma, no seu reino, um homem feliz.

Disse isso, e desapareceu. Mal, porém, a sua figura se dissipava, outro "efrit" surgiu, e disse:

— O príncipe Motawankkil será feliz, mas matar-se-á, êle próprio, por sentir-se desgraçado.

O rei Hicham, e quantos ouviram êsse prognóstico, ficaram estarrecidos. Como poderia um homem vitorioso no amor e na guerra, senhor de grandes tesouros e de grandes palácios, vendo realizadas todas as venturas que aspirasse para a sua pessoa, sentir-se infeliz? Essa preocupação não afligiu, todavia, por muito tempo, o soberano. Seu filho nascera sob o signo da felicidade. A palavra do primeiro "efrit" prevaleceria sôbre a do segundo. E como ninguém, quando o dia é bonito, se inquieta com a noite que vai chegar, o reino continuou a viver em festa, contente com o destino do seu príncipe.

As promessas do primeiro "efrit" não demoraram, efetivamente, em cumprir-se. Forte, formoso e gentil, a fama da sua beleza varonil chegou, em breve, aos reinos mais longínquos, onde as princesas, filhas dos reis mais poderosos, sonhavam com êle. Embaixadas partiram para a côrte do rei Hicham, com propostas de casamento para o herdeiro do trono. O príncipe vivia, porém, tão feliz com o amor das mais lindas mulheres do seu país, que não cuidava de ir buscar outras mais longe. O tigre da montanha, quando desce à planície, mata maior número de cabras do que as que precisa para comer. Homens há que seduzem maior número de mulheres do que aquelas que podem amar. O príncipe Motawankkil não imitava, porém, o tigre da montanha. E, por isso, o seu coração vivia feliz.

Aos vinte anos partiu para a guerra, a debelar a primeira insurreição havida contra seu pai. Montando o mais ardego dos ginetes, era tão marcial o seu aspecto que os soldados compreenderam logo que marchavam para a vitória. Porque as vitórias dos exércitos estão traçadas, já, antes das batalhas. E há, já, um clarão de alegria na coragem do general que vai vencer. Por isso, o príncipe Motawankkil foi, e regressou vitorioso. E daí por diante não houve mais expedição de que lhe não coubesse o comando, nem comandou, jamais, sem que o inimigo fugisse desbaratado. E, por isso também, o primogênito do rei Hicham vivia feliz.

De batalha em batalha, reconquistando territórios que os seus antepassados haviam perdido, chegou êle às grandes cidades dos seus vizinhos, pondo-lhes cêrco. Tributos eram lançados sôbre os vencidos, e os

carros, puxados por grandes bois, chegavam, cada dia, à presença do rei Hicham, carregados de ouro e prata, de pedras preciosas e de dentes de elefantes. E, por isso ainda, o príncipe combatia feliz.

Ao regressar ao reino, onde o povo o recebia no meio de grandes festas, o príncipe Motawankkil edificava palácios novos, que enchia de tesouros novos. Suntuosas mesquitas foram levantadas. Nos minaretes esguios, os muezins erguiam o seu grito em noventa e nove recantos da cidade. E, como tivesse coração piedoso, o príncipe orava feliz.

Um dia, porém, o rei Hicham sentiu que as suas fôrças o abandonavam, e que a vida lhe ia, pouco a pouco, fugindo. Chamou, então, o filho, orgulho da sua velhice, e falou-lhe desta maneira:

— No momento em que eu deixar de viver, tu começarás a reinar. A tua vida tem sido até agora uma continuidade de triunfos e alegrias. És o mais feliz dos príncipes, em todo o mundo. Eu temo, porém, que o pêso da minha coroa te esmague o sorriso no rosto e a ventura no coração. Acontecerá, porém, o que estiver no livro do Destino.

No dia seguinte o rei Hicham era uma sombra entre os mortos, e o príncipe Motawankkil era rei entre os vivos. Após as lamentações em honra daquele que reinara, vieram as festas em homenagem daquele que ia reinar. E o moço Motawankkil, que vivia a sorrir como príncipe, começou a meditar como soberano. Na sua vida, prevalecia sempre a sentença do primeiro "efrit". As mulheres continuavam a amá-lo. As batalhas em que comandava eram ainda coroadas pela vitória. O seu reino aumentava de opulência, com o trabalho dos vassalos e com os despojos dos vencidos. Novos palácios se erguiam cada ano tornando mais imponente a sua cidade. A sua testa passou, porém, cada dia, a vincar-se com os pensamentos de cada noite. O grande, o poderoso, o feliz rei Motawankkil considerava-se desgraçado!

Certa manhã encontraram-no morto no seu grande leito real. Tinha um punhal cravado no coração. Ao lado, em uma fôlha de papel, estavam estas palavras, escritas pela sua mão:

— "Nenhum homem na terra é tão desventurado como um rei feliz. Do alto do seu trono êle pode contemplar a miséria das criaturas que o cercam. E a sua felicidade, então, lhe pesa, como uma desgraça maior. Eu ganhei batalhas e cidades. Tive os tesouros que quis e os palácios que imaginei. Enquanto, porém, conquistava um império, havia no meu reino milhares de homens que não conseguiam conquistar um pão. Custava-me muito menos levantar uma grande mesquita do que a muitos dos meus súbditos abrir uma caverna no sopé das montanhas. E tudo isso doía no meu coração. Sentia-me, assim, desgraçado, porque era intensamente feliz no meio de outros homens que não o eram. Morro, assim, pela minha própria mão, sob o pêso da minha felicidade".

Cumpria-se, dessa maneira, o vaticínio do segundo "efrit".

XXI

O CARNAVAL E AS VELHAS

UM cronista carioca assinalou, com escândalo, que o Carnaval de 1934 foi, no Rio de Janeiro, a festa das velhas. Nos bailes a que foi, nas reuniões elegantes em que se meteu, não viu êle senão senhoras idosas, cabelos acajú mal disfarçados sob as fantasias de preço, e aqueles sorrisos estudados e sob medida, escolhidos de acôrdo com a idade e a qualidade das rugas. Damas de quarenta anos legítimos eram meninas nos salões ressoantes de sambas carnavalescos. E havia rapazes que, nos braços dos seus pares, davam a impressão de que vovó os ia carregar ao colo, para contar-lhes, na cama, a história da Gata Borralheira, de João mais Maria ou do Pequeno Polegar.

Eu não costumo ir ver, no Carnaval, nem as moças, nem as velhas. Mas a informação deve ser verdadeira. E a origem daquilo que se poderá chamar a ancianização dêsses festejos cariocas pode ser encontrada, ou procurada, no progresso do turismo, na

quantidade de estrangeiros que acorrem nessa época para o Rio de Janeiro, agravado com a afluência de nacionais, especialmente pelos casais sem filhos que dispõem de fortuna para viajar.

Todas as festas em que a sociedade local é esmagada numèricamente pela afluência de elementos exóticos, se caracterizam pela predominância dos velhos, ou, melhor, das velhas. E isto é fàcilmente explicável. A senhora que envelhece na sua terra, no meio em que foi bonita e jovem, não se retira do cenário mundano por haver perdido o gôsto pelos prazeres que êle permite; retira-se por pudor; afasta-se para ceder lugar às suas filhas ou às suas netas; recolhe-se, em suma, pelo pavor do ridículo, temendo a crítica irreverente dos conhecidos. A ausência dessas fôrças coercitivas, dessa fiscalização que a retém dentro dos quadros convencionais da sua idade, restitue-lhe a alegria, mais intensa na sua explosão quanto mais longo, e duro, tenha sido o constrangimento sofrido. E' isso que torna París, com os seus *dancings,* o Paraíso das velhas de todo o mundo, e transforma os bailes de bordo, nos transatlânticos, em uma feira

triste de velhas damas infantilizadas. Anotando, no meu *Diário,* a impressão que me deixou o salão de dansas do *Astúrias,* por ocasião da viagem que fiz ao Prata, escreví: "Subo ao convés, e ao salão de dansas. Estas não começaram ainda. Observo os passageiros, divididos em dois grupos: o dos ingleses e o dos argentinos. São, todos, capitalistas idosos, que voltam para a América, após alguns meses de prazer e de férias. Têm, todos, ares prósperos, de milionários felizes. Apenas o dinheiro lhes não serviu de muito na Europa, uma vez que regressaram arrastando uma inglesa sem idade ou uma argentina quinquagenária de cabelo *marron* e rescendendo à tinta da véspera." E três dias depois: "Há baile de despedida. Baile à fantasia. Baile das múmias ou baile de um asilo de velhos. A mais moça das damas deve ter mais de cincoenta anos. Se disser que tem vinte, é porque nasceu aos trinta".

— Veja o senhor como isto é diferente da nossa terra! Quando é que no Brasil, uma senhora daquela idade dansou em público?! — observou-me, nessa ocasião, uma ilustre educadora brasileira, que se achava a meu lado.

Calei-me. As inglesas dansam, realmente, até muito velhas, mas porque viajam muito. Como não criam raízes, giram. E são essas inglesas, e essas americanas, que vêm, agora, pelo Carnaval, ao Rio de Janeiro. E foram elas que deram, agora, ao cronista carioca, a impressão de que a cidade envelheceu. Elas, e as brasileiras ricas dos Estados, que fazem, hoje, turismo dentro do seu país.

As mulheres, disse alguém, têm três idades: a que realmente possuem, a que apresentam, e a que dizem ter. Nenhuma olvida, todavia, a sua idade real. Os algarismos que a bôca não guarda, nem a pele manifesta, guarda-os a conciência: "Se o vinho é bom, e se a mulher é bela, que vem ao caso a certidão de idade?" — pergunta Junqueiro. Ao homem que ama, talvez não importe. A ela, porém, importa muito. Daí a malícia daquela menina sem encantos, filha de uma senhora bonita, a quem a mãe perguntou, certa vez, no momento em que se revia ao espêlho:

— Que darias tu, minha filha, para ter a minha beleza?

E a moça:

— Eu, mamãe? Eu daria o que a senhora daria... para ter a minha idade!

Os salões cariocas não envelheceram, pois, na sua ornamentação humana. O que os ancianizou agora, por alguns dias, foi a presença de enfeites de fora. As rosas de papel já se foram, porém, embora, conservadas em naftalina. E as jarras vão ser enfeitadas, de novo, de flores frescas, de lindas e viçosas flores da terra...

XXII

AS MULHERES E A POLÍTICA

UM dos semanários da cidade publicou, há dias, uma página inteira de retratos femininos. Supondo tratar-se de um novo concurso de beleza, protegí com as lentes que auxiliam na visão do mundo exterior o caco de ôlho que me resta, afim de ver qual era, das concorrentes, a mais bonita. Mesmo cego, Milton preferiu a mulher formosa e irascível à mulher amável e feia, — tanto é certo que a formosura feminina é mais uma volúpia do tato do que dos olhos... Atendendo, porém, melhor, para a página, verifiquei que os retratos eram das candidatas à Constituinte, as quais são tão numerosas que, se eleitas, formarão um bloco respeitabilíssimo, na Câmara que vai entrar pelo bico do pato e sair pelo bico do pinto.

Essa interessante galeria fotográfica, destinada, talvez, a fazer sorrir os anti-feministas, fez-me, todavia, mergulhar em cogitações inesperadas e profundas. As mulheres vão realizar, possìvelmente, como poder

legislativo, serviços que os homens não puderam levar a efeito em quarenta anos de parlamento republicano. Elas vão agir com mais liberdade. Elas vão votar com mais conciência. Elas vão, em suma, se entrarem no conhecimento exato do seu dever e dos seus direitos, fornecer à História exemplos de coragem e desassombro que os homens não puderam dar ao país por motivos de ordem econômica perfeitamente explicáveis.

A mulher está, na verdade, entre nós, mais apta a ser independente em política do que o homem. O político brasileiro é sempre um chefe de família premido por enormes responsabilidades financeiras. Romper com o Govêrno, desgostar o Govêrno, divergir do Govêrno, não representa para êle simplesmente o ostracismo, o afastamento das posições, a perda do prestígio pessoal: representa a fome na sua casa; representa a discórdia doméstica, a indignação das filhas sem luxo, dos filhos sem colégio, e da parentela numerosa que vive, quasi sempre, à sua custa, no regime de patriarcado. A queda política de um homem tem uma repercussão profunda no seu lar, e constitue, por isso, uma catástrofe, que êle evita com todas as

fôrças, sacrificando muitas vezes as melhores reservas do seu caráter. O congressista brasileiro vende, em suma, o seu voto ao Govêrno, não por si mesmo, mas para dar o pão e confôrto à família sempre numerosa e, quasi sempre, exigente.

A mulher vai entrar para o parlamento sem êsses deveres e responsabilidades. Casada, o marido é o responsável pela manutenção do lar. O seu voto é livre, porque ela não tem necessidade de convertê-lo em pão para a despensa do casal. Solteira, as suas despesas são pequenas, quasi insignificantes. E' conhecida a história do marido a quem a mulher pedia, constantemente, dinheiro para custeio pessoal e que, um dia, estranhou:

— Mas, filha, que é que fazes com o que eu te dou? Tu não fumas, tu não jogas, tu não bebes, tu não gastas com mulheres... Em que é que se vai o teu dinheiro?

E' verdade que, hoje, há muita senhora que fuma, e algumas que, dizem, não gastam com mulheres, mas gastam com homens: mas, ainda assim, neste caso, quando uma senhora dá dinheiro a um rapaz, o dinheiro não é dela, é do marido.

De qualquer modo, as responsabilidades econômicas da mulher são incomparàvelmente inferiores às do homem. O que uma senhora elevada à Câmara ganhar, é dela própria. Dela só. O marido continuará a sustentar a casa, a educar os meninos, a pagar as contas do fim de mês. Se a mulher se submeter a injunções políticas, não encontrará para isso a menor justificação.

Esperemos, pois, os acontecimentos. A mulher brasileira poderá, se quiser, salvar o Brasil. Todas as circunstâncias militam a seu favor. O eleitor não lhe pedirá dinheiro, como pedia e continuará a pedir aos deputados masculinos. Exigir-lhe cem mil réis para o banquete ao "leader" ou a um ministro, será uma deselegância. De modo que, nas votações, não há razão nenhuma para que ela vote contra a sua conciência.

São justas, assim, as esperanças que alvorecem em alguns corações. As mulheres são os únicos brasileiros capazes de votar com independência. E eu me sinto contente ao ver que elas vão tomar à sua conta, em breve, os destinos da Pátria.

Os da Pátria, e o meu.

XXIII

NO TEMPO DOS MACÁRIOS

UM dos muitos e leais amigos que eu tenho espalhados pelo Brasil, e que frequentemente me escrevem remetendo assunto para estas crônicas quotidianas, conta-me um episódio que lhe pareceu espantoso, e que é, todavia, comuníssimo nas sociedades em ebulição. O caso é simples, e de exposição rápida. Em um dos numerosos municípios de Minas Gerais, havia, antes da Revolução de 1930, um Prefeito, homem de grande prestígio eleitoral, pertencente às hostes do Partido Republicano Mineiro. Entre os seus subordinados estava um rapaz de vinte e quatro ou vinte e cinco anos, funcionário da Prefeitura, e que exercia, nesta, o cargo de fiscal de pesos e medidas. O chefe era, porém, tão poderoso que não atentou, jamais, nesse obscuro subordinado.

Chega, porém, a hora da tormenta. Com os solavancos da nau do Estado, a tripulação abandona os postos, e se confunde, se

mistura, passando uns do porão para a casa do comando, descendo, outros, da casa do comando para o porão. E de tal modo que, restabelecida a ordem na região mineira a que se refere a correspondência, se verificou, não sem alguma surpresa, que o antigo fiscal estava ocupando o cargo de Prefeito, mandando e desmandando no município. O antigo Prefeito, êsse, havia sido posto à margem, e em condições tão precárias, que foi, agora, nomeado... fiscal de pesos e medidas, pelo seu antigo subordinado, permutando, assim, os dois, as respectivas posições!

Ao missivista mineiro faltou, parece, espírito filosófico para compreender os fenômenos sociais do seu tempo. Eu vou, porém, contar-lhe uma história, a qual, mesmo com a alteração dos nomes, constitue uma formosa lição de resignação e de tolerância, que são as duas virtudes que melhor caracterizam a superioridade moral. Embora os homens sejam como aqueles louva-a-Deus da descrição de Fabre, aos quais de nada serve o espetáculo do sacrifício do próximo e se atiram como êle ao encontro da morte, convém, às vezes, abrir-lhes diante dos olhos o vasto livro da Experiência.

Com a morte do pai, saudoso visconde de Vila-Maior, que foi duas vezes ministro sob Dom Carlos, o Antônio Ferreira de Sousa e Almeida tomou posse legal do título paterno e, com os haveres que lhe restavam, apurados na venda da quinta em Famalicão, embarcou para o Brasil. Era um rapagão vistoso, verdadeiro tipo da sua raça, de rosto comprido e pálido, ornado com dois olhos muito negros e um bigodinho da mesma côr.

Chegado ao Rio, onde pretendia fixar residência e, provàvelmente, casar, empregou o fidalgo uma parte do seu dinheiro em mobiliar uma casa, na qual se meteu com o Manuel Macário, antigo criado do pai, que trouxera de Portugal.

O dinheiro é, porém, como o amor: acaba quando menos se espera. E foi isso que sucedeu ao Visconde de Vila-Maior, cujos quarenta contos fortes, transformados em sessenta fracos, se eclipsaram em menos de ano e meio.

Aguardando sempre, como bom fidalgo europeu, um casamento vantajoso, o filho de Sousa e Almeida, cujo antepassado mais remoto e ilustre havia tirado a sela ao cavalo

de D. Sebastião, não pensara jamais em um emprêgo, que não o de genro. Dia a dia a sua carreira minguava. Até que, uma tarde, Manuel Macário o procurou, solene.

— Patrão — disse, — venho comunicar a Vossa Senhoria que deixo, hoje, o serviço da casa. Vou separar-me de Vossa Senhoria.

— Vais me deixar, Macário?

— E' verdade, patrão.

— Desgôsto? Aborrecimento comigo?

— Não, senhor, patrão.

E depois de olhar para um lado e para outro:

— Eu vou sair, patrão, porque... estou rico!

— Rico, Macário? Tu?

Manuel Macário confirmou:

— E', patrão. Eu ganhei duzentos contos na loteria. Já comprei uma casa, muito grande, muito confortável, muito boa, e vou viver para lá sossegado.

E, após um momento, em uma reverência:

— Adeus, patrão!

— Adeus, Macário; sê feliz!

Mordendo a unha polida, o visconde de Vila-Maior acompanhava, com o ouvido, as passadas do antigo servo, que descia a escada. De repente, deu um pulo.

— Macário?... Oh Macário!... Sobe!... — chamou.

E frente a frente, batendo, amigável, no ombro do ex-empregado:

— Macário, nós não nos separaremos assim. E' impossível!

E caindo-lhe nos braços, num pranto doido:

— Eu vou ser teu criado, Macário!...

Os dias que hoje vivemos são férteis em episódios como êsse. Os viscondes que eram servidos, passaram a servir. O tempo é do Macário.

XXIV

UMA COLÔNIA DE FÉRIAS

FOI do professor Azevedo Sodré que, se me não engano, partiu, pela primeira vez no Rio de Janeiro, a idéia da criação de uma colônia de férias para as crianças da cidade. Durante a passagem dêsse eminente homem de ciência pela Prefeitura, êle chegou, mesmo, creio, a tomar as providências para realização dessa idéia simpática e humanitária. Adquiriu-se, parece, uma chácara na Gávea. O Prefeito foi, porém, substituído e, com outros homens, vieram novas idéias. E os alunos das escolas municipais aos quais se destinava aquele estabelecimento, ficaram sem o seu pedaço de Terra Prometida.

Há dezesseis anos dormia essa meritória sugestão, reflexo do que já se fez em todos os países do mundo em que a criança merece aqueles cuidados científicos que Spencer há quasi um século reclamava, quando um ilustre e infatigável educador paulista resolveu, por iniciativa própria, lançar

os fundamentos de uma instituição dêsse gênero. E é assim que se inaugura, hoje, em Paquetá, a Colônia de Férias da Escola Brasileira, sob a direção pessoal do professor João de Camargo!

As condições morais e materiais da vida no Rio de Janeiro constituem um perigo permanente para as almas e para os organismos em formação. Os velhos lares, as casas de família, as residências isoladas em que respiravam o mesmo ar ùnicamente os que possuíam o mesmo sangue vão, pouco a pouco, desaparecendo. A chácara com o seu terreno vasto e arborizado, foi despida da sua vegetação preciosa e retalhada em lotes a prestações. O solar, orgulho dos nossos avós, foi substituído pelo apartamento, pela pensão cosmopolita, pelo aglomerado eclético dos hotéis. A família vai aos poucos, se desagregando, se dissolvendo, destruída pelo contacto forçado e corrosivo de todas as camadas sociais. Desce o nível da cultura. Desce o nível da educação. Desce o nível da moralidade.

Ao desfazer a sua casa pelas contingências da fortuna ou pelo espírito de comodidade que caracteriza o tempo, os casais se

justificam perante si mesmos, alegando que seus filhos não sofrerão as consequências da familiaridade com estranhos e adventícios. Postos em colégios internos, estão êles preservados dos mil inconvenientes da vida em comum com elementos desconhecidos. Chega, porém, o fim do ano. Cerram os colégios as suas portas, mandando para a companhia dos pais os alunos internos. E eis as crianças a viver nos apartamentos sem luz e sem liberdade, ou nas pensões e nos hotéis, convivendo com toda gente; ei-las, em suma, expostas aos perigos que os pais queriam evitar, anulando dessa maneira, com três meses de vida livre e perigosa, quasi um ano de sacrifícios.

Industrializados na sua maior parte, os colégios do Rio de Janeiro interrompem, quasi todos, de modo absoluto, a sua atividade no decurso das férias. Um pai que pretendesse deixar seu filho durante êsse período, como simples hóspede vigiado, no internato em que êle estuda, não o conseguiria. O pessoal administrativo é licenciado. Os diretores querem partir para as águas. De modo que, residindo em outro qualquer ponto do país, o pai do aluno interno tem que

mandá-lo buscar na capital da República, ou de confiá-lo à família do seu correspondente comercial no Rio, onde, não raro, deixado ao abandono, o menino se perverte mais fàcilmente do que se o tivessem atirado à via pública.

E' um corretivo para êsse mal, um remédio para essa chaga da vida moderna, que o professor João de Camargo passa a oferecer com a sua Colônia de Férias à família brasileira. Internado no estabelecimento que hoje se inaugura, o aluno não vai cansar o espírito no estudo; não vai sofrer os efeitos de uma disciplina rigorosa; não vai atormentar o coração com as emoções fortes que envenenam a vida aquí fora; vai entrar em contacto com a Natureza; vai fortalecer o corpo e arejar o espírito em exercícios ao ar livre; vai povoar a alma de emoções puras e amáveis, correndo e tomando banho na mais linda e segura das praias; vai, em suma, ter existência alegre, sadia, e proveitosa sob todos os aspectos, na mais poética, na mais sossegada, na mais encantadora ilha do mundo!

Retirando os seus filhos, neste fim de ano, dos colégios internos, os quais dispõem,

na sua maior parte, de grandes parques arborizados em que o aluno correu e se divertiu durante o ano escolar, os pais cariocas não lhes podem facultar férias nos aposentos estreitos e fechados, mas um tormento para o espírito e um veneno para a saúde. O encanto da família será destruído pela nocividade do ambiente. E o objetivo da Colônia de Férias de Paquetá é, segundo leio no seu programa, facultar três meses de festa do corpo e do espírito às crianças cujos pais não podem fornecer em casa essa festa.

As palavras de incentivo, de encorajamento, que dirigí ao diretor da Colônia de Férias, a quem não conheço senão através da obra que vem realizando, foram mero reflexo de prova mais profunda e sincera da minha admiração e do meu aplauso. A demonstração mais viva, que eu lhe poderia dar, da confiança nesta iniciativa benemérita e corajosa, dei-lha quando, há dias, encerrado o ano escolar no colégio em que se achava encerrado um dos pedaços do meu coração, mandei, com êle, a Paquetá, pessoa da minha casa, levando êste recado ao professor João de Camargo:

— Entrego-lhe meu filho!

XXV

INGRATIDÃO DOS GALOS CARIJÓS

"Realizou-se ontem na Academia Nacional de Medicina a sessão solene em que os emissários de diversas associações estrangeiras homenagearam o professor Clementino Fraga, considerado por êles o consolidador da obra de Osvaldo Cruz, como debelador da febre amarela no Brasil. Os poderes públicos fizeram-se representar na cerimônia, recebendo o professor Fraga uma verdadeira consagração."

(Dos jornais há poucos dias)

ERA uma vez um quintal em que havia grande quantidade de galinhas. E como havia alguns galos, havia pintos, também. A criação de galináceos obedece a uma lei da Natureza subordinada à primeira das operações aritméticas; um galo e uma galinha, noves fora pinto. Em geral, a população dêsse aviário provinha de três raças: amarela, branca e preta. A princípio, todas as aves eram amarelas. Depois, vieram as brancas, e os galos brancos cruzaram com

as galinhas que já existiam no local. Mais tarde, vieram as galinhas e os galos pretos, que se tornaram escravos das galinhas e dos galos brancos. E como os galos brancos tivessem grande simpatia pelas galinhas pretas, nasceu a raça carijó, que se desenvolveu assombrosamente e quasi toma conta do quintal.

Viviam as aves dessa granja na mais completa felicidade, governadas por um velho galo branco de raça estrangeira, quando uma peste começou a devastar os poleiros. Era uma espécie de gôgo repentino que dava nas galinhas e nos galos, e que os matava de um dia para outro. Nem pinto escapava. Apenas, por uma circunstância desconhecida, só as aves de raça carijó resistiam. Dir-se-ia que a Morte, ao penetrar naquele terreno, escolhia as suas vítimas pela pena. Galinha e galo brancos, de raça, então não escapavam. Apanhado o gôgo espichavam logo a perna. E o velho galo, rei do quintal, sofria vendo o seu reino devastado.

Um dia, houve no galinheiro uma conspiração e o rei do quintal foi deposto. Os outros galos o depuseram, e o atiraram fora, por cima do muro. Mas a peste não diminuiu. Todos os anos o gôgo espichava o pescoço aos pintos. Debalde os donos da granja derramavam a água dos alguidares. Debalde punham enxôfre na bebida. Debalde substituíam o milho pelo arroz com casca, arroz com casca pelo painço, o painço pelo farelo molhado. As galinhas continuavam morrendo. Quando uma ave sabia, no mercado, que ia para aquele quintal, gritava como desesperada, debatendo-se, amarrada pelo pé. Aquilo não era mais uma granja avícola: era um matadouro de galinhas.

Era essa a situação, quando, uma tarde, pousou no quintal um papagaio. Tendo percorrido outros quintais, êle conhecia as origens daquela peste, e o processo de combatê-la. Convocou, assim, uma reunião dos galos, e disse-lhes:

— O gôgo que está dizimando êste galinheiro é causado pelos mosquitos. Os mosquitos nascem na água que vocês bebem. Se vocês quiserem, e me ajudarem, eu acabo com os mosquitos, e não se morre mais de gôgo neste quintal.

Os galos não acreditaram muito na promessa do papagaio, mas resolveram experi-

mentar. Os galos brancos, por mais ameaçados, ainda admitiam a possibilidade.

— Quem sabe se não é verdade? Se não fizer bem, mal não faz.

Os carijós, porém, arrepiaram-se com a idéia. Não queriam, de modo nenhum, que se mudasse a água dos alguidares. Não admitiam que se entupisse os buracos. Não se conformavam com a matança dos mosquitos. E cocoricavam:

— Viva o mosquito nacional, que mata o galo estrangeiro!... Viva o gôgo patriota!... Abaixo o papagaio!...

O papagaio era, porém, tenaz e inteligente. Começou a derramar em lugar distante a água velha dos alguidares. Iniciou a obstrução dos buracos e dos lameiros. Atirou-se à matança dos mosquitos, cobrindo os poleiros, e defumando-os, toda a vez que morria uma galinha com gôgo. E a prosperidade voltou ao quintal. E nunca mais se falou na peste antiga. Até que o papagaio morreu, e toda a granja agradecida chorou a sua morte.

Passaram-se, porém, os tempos. Um dia, apareceu, morta pelo gôgo, uma galinha. Dias depois, outra. No dia seguinte,

duas. E três. E quatro. E o gôgo, de novo, devastando as galinhas.

— Ah! Se o papagaio fosse vivo — cocorejavam as galinhas.

— Que falta nos faz o papagaio! — cocoricavam os galos.

Foi por essa altura da situação que, de repente, desceu no quintal outro papagaio. Não era o mesmo porque, como acontece aos homens, papagaio morto não ressuscita. Mas era parecido.

— Viva o papagaio, que vem salvar os poleiros! — gritaram alguns.

O papagaio desceu. Limpou alguidares. Entupiu buracos cheios dágua. E, lidando dia e noite, acabou com os mosquitos, e, em consequência, com o gôgo que liquidava as galinhas. Como a população do quintal fosse duas vezes maior que a do tempo do outro papagaio, o seu esfôrço foi ainda mais enérgico, e os resultados ainda mais assombrosos. E terminava êle a sua obra generosa, quando, após uma revolução no galinheiro, os galos carijós, isto é, mestiços de galo branco com galinha preta, lhe correram para cima.

— Pega o papagaio!... Mata o papagaio!... Esfola o papagaio!... Processa o papagaio!... Queima o papagaio!...

O papagaio não respondeu nada. Subiu para o telhado do galinheiro, e empoleirou-se. Em baixo, os carijós brigavam uns com os outros, bicando-se, ferindo-se com os esporões, retalhando-se as carnes com ferocidade. E êle, empoleirado lá em cima, vendo espalhar-se em tôrno as penas dos carijós.

E estava lá, silencioso e quieto, quando viu entrar no quintal uma porção de perús, patos, marrecos de Pequim e galinhas da Angola. Um carijó correu a receber os visitantes ilustres e estrangeiros.

— Vimos aquí, — explicou solenemente um pato vistoso, de fala grossa, — para prestar as nossas homenagens ao papagaio. Benfeitor da humanidade, êle salvou o vosso quintal da devastação. Estamos certos de que êle é adorado por todos vós, pelo serviço que vos prestou, livrando-vos da morte. O vosso papagaio é, em suma, digno da vossa e da nossa gratidão!

Foi um reboliço no quintal:

— Onde anda o papagaio?...

— Desce papagaio!...

— Procura papagaio!...

— Ponhamos uma flor no bico do papagaio!...

— Amarremos uma fita no papagaio!...

E todos:

— Viva o papagaio que nos salvou do gôgo!

E as galinhas:

— Vivôôôôô!...

O papagaio não se deixou, porém, iludir pela manifestação. Agradeceu aos perús, aos patos, aos marrecos de Pequim, às galinhas da Angola.

— Muito obrigado! — disse.

E, segurando-se com o pé e com o bico, subiu, de novo, para o seu poleiro no telhado, de onde, saídos os visitantes, continuou a olhar, calado, a briga dos carijós...

XXVI

A VITÓRIA DO "PSICOPETA"

HÁ dezesseis ou dezoito anos, quando diretor do Hospício Nacional, Juliano Moreira convidou-me para ir àquele estabelecimento.

— E' para ficar? — perguntei desconfiado.

— Ainda não, — respondeu-me, singelamente.

E eu fui. Fui, e trouxe, dessa visita, elementos para reflexões fundas e proveitosas, que ainda hoje me servem e orientam. Assistí, nessa ocasião, a uma audiência do mestre, à qual compareceram numerosos inquilinos; conhecí os seus processos de persuasão, empregados com uma perfeita paciência cristã; examinei a coleção de cerébros que êle guardava em frascos; e conversei com alguns hóspedes da casa, dos mais eminentes e característicos. E tudo isso foi, para mim, surpresa e lição. Eu ainda não fazia parte da Academia e estava longe de ser deputado federal. De modo que ia en-

cantado, e com a noção de novos horizontes na vida, quando retomei, rumo da cidade, o bonde de Praia Vermelha.

Data dessa época a inclinação do meu espírito para a resignação e para a tolerância. Antes dessa visita à Casa da Sabedoria, eu tinha pontos de vista radicais em política, em arte, em literatura. Ao ver, porém, alí, que bastava a ruptura de uma vesícula, a infiltração de algumas gotas de sangue na massa encefálica para transformar um governista num revolucionário, um clássico num romântico e um parnasiano num futurista, dei nova disciplina às minhas idéias e sentimentos, ajustando ao rosto novos óculos para contemplação pacífica dos homens e do mundo.

O Hospício era, na verdade, por êsse tempo, uma legítima escola de renovação social, artística e literária. Nos seus corredores extensos e austeros, que recordam galerias de mosteiros edificados para as meditações profundas e caladas, passeavam, a mão na barba, a cabeça pendida, os novos reformadores da sociedade e do pensamento. Havia precursores do comunismo, sonhando com a divisão da propriedade e do pão. Havia revolucionários nacionais, que desejavam deportar o marechal Hermes, fuzilar Pinheiro Machado, e submeter o país a métodos de govêrno inspirados por Augusto Comte e pelo anjo Gabriel. E havia os que esperavam o Messias, o qual, eleito presidente da República, decretaria a revogação do pecado original e a volta do Homem ao Paraíso Terrestre com todas as vantagens desfrutadas por êle antes da intervenção da Serpente na obra política do Senhor.

Uma das revoluções mais profundas era, todavia, a que se processava nos domínios das artes plásticas. Munidas de alguns metros de estopa, de agulhas de madeira e novelos de linha colorida, mulheres de gênio compunham bordados imaginosos, figurando cenas espantosas nas grandes profundidades do mar. Nessas regiões, nadavam homens com cabeça de peixe, e peixes com cabeça de gente. Tubarões de cabelo partido ao meio apertavam a mão a baleias de dentadura à mostra, que revelavam no sorriso largo, toda a alegria pelo inopinado do encontro. Um espadarte, simbolizando o prestígio militar, passeava, de espada à bôca, entre esponjas e corais, metendo mêdo às sar-

dinhas. E tudo isso de mistura com indivíduos de uma fauna desconhecida, contemporâneos, talvez, da infância do mundo e guardados inconcientemente no cosmorama vivo daqueles cérebros.

A literatura prosperava, igualmente. Havia uma revista, escrita pelos moradores do Palácio da Razão Pura, e da qual já havia alguns volumes encadernados. Quando o futurismo triunfou aquí fora, já era velho, lá dentro. E, no entanto, ninguém, de lá, reclamou contra a espoliação. O mérito é sempre modesto e desinteressado, floresça além ou aquém das grades de um Hospício.

Durante alguns lustros não tive notícia da atividade mental na Praia da Saudade. O que eu via aquí fora parecia-me tão curioso e original, que eu perdí o interêsse pelo que se passava naquela mansão de reformadores e filósofos. Entrei para a Academia. Fui deputado. Não valia a pena viagem tão longa para contemplar o que me era oferecido a cada passo, na vida quotidiana.

Valdomiro Pires sucedeu, porém, a Juliano Moreira. O mais ajuizado Estado do Brasil teve novo interventor na pessoa daquele homem de ciência. Um dia, êste me perguntou:

— O senhor conhece o "Psicopeta"?

Arregalei os olhos, como quem não entende.

— O "Psicopeta", — explicou-me o diretor do Hospício, — é o novo jornal da casa. Eu vou mandar-lhe uma coleção.

Valdomiro Pires não era, porém, morador do estabelecimento, habitante efetivo da colônia. Se fosse, não se teria esquecido. E eu fiquei sem o "Psicopeta". Fiquei sem êle, até que, ontem, vim a saber, por uma reportagem d'*A Noite*, que a fôlha mais ponderada, o órgão legítimo das aspirações nacionais, que se editava na Praia da Saudade, suspendeu a publicação, depois de uma campanha brilhantíssima em favor da constitucionalização do país.

A aproximação do pleito, a convocação próxima, e já assegurada, da Constituinte, dos confrades do Hospício Nacional que está cumprida a sua missão patriótica. Os jornalistas aquí de fora supunham que a vitória lhes cabia, e que se lhes devia, a êles, da imprensa que se vende na rua, a marcha

para o regime legal. Êles não foram, entretanto, senão a môsca do coche. A vitória cabe ao Hospício. De lá é que partiu o grito épico da liberdade, a palavra de fé aos homens que apodreciam, aquí fora, na descrença e na servidão.

Não desesperemos, pois, do Brasil e da República. Enquanto dormimos, há, na Praia da Saudade, idealistas que velam por nós.

XXVII

UM COMENTÁRIO E UMA SUGESTÃO

CONVIDADO há poucos dias para assistir à exibição, em sessão especial, de um filme americano em que se utilizava um cenário de guerra para explorar o mais pacífico de assuntos, aproveitei a emoção que me deixara o drama cinematografado e escreví, sôbre êle, uma crônica. No dia seguinte, alguém me telefona:

— Você perdeu o seu tempo; sabe? Os seus leitores iam ver a "fita", e ficaram apenas no desejo.

— Por que não vão?

— Porque a "fita" não será mais levada nos cinemas brasileiros. Foi proibida a sua exibição.

— Proibida por quem?

— Pelo Govêrno, está claro.

A notícia despertou-me a curiosidade.

— Mas, qual o fundamento da proibição? — indago.

— Um pedido da Embaixada Italiana. O filme que você viu, "Adeus às armas", foi condenado na Itália, quando as emprêsas americanas alí o quiseram exibir. O govêrno de Roma considerou antipático um médico italiano interpretado por Adolphe Menjou, e o Embaixador da Itália no Brasil quis estender até aquí a execução daquele ato condenatório.

A informação, confirmada horas depois por uma notícia de jornal, constituía, evidentemente, um assunto. E o assunto reclamava, positivamente, um comentário e uma sugestão. E eu dêle me apossei para ligeira palestra dominical.

O Brasil é, sem dúvida, entre as nações, em todo o mundo, o país que cerca de maior respeito as autoridades e os interêsses estrangeiros. A nossa lei de imprensa é de tal modo rigorosa nesse ponto, que será severamente punido o jornalista que faça qualquer referência desairosa, ou mesmo espirituosa, a um chefe de govêrno de nação amiga. Fossem menos gentís alguns representantes diplomáticos europeus e sul-americanos no Rio de Janeiro, e haveria, talvez, poucos homens de imprensa fora da Detenção. Qualquer porteiro de legação, ou contínuo de consulado, é sagrado e inviolável. Há, mesmo, um caso típico dêsse respeito. Uma ilha do Pacífico ou uma das Antilhas habitada por meio milhão de negros irrequietos que o govêrno americano manobra de longe, possue no Rio de Janeiro uma agência consular provida por um comerciante português ou espanhol. Um dia, apareceu no programa de um dos cinemas cariocas um filme com algumas dúzias de calungas de saiote, e que eram apresentados como originários daquela ilha. Pois bem; bastou isso para que o comerciante requeresse, em nome do govêrno que êle nem sabia se era republicano ou monárquico, a proibição do filme, e para que as autoridades brasileiras executassem imediatamente essa proibição! Entanto se dão aquí fatos dêsse gênero, o Brasil e os brasileiros são depreciados pelo mundo todo, sem que os governos se preocupem com as insinuações amáveis que lhes são feitas pela nossa representação.

O que determina estas considerações é, porém, uma lembrança, que me parece oportuna. Os Estados Unidos são o grande fornecedor de filmes do mundo inteiro. Todas

as produções que alguns governos consideram ofensivas à dignidade ou aos melindres do seu país, procedem de lá. Por que, em vez de andarem a catar filmes pelos continentes, constrangendo nações menos fortes, não agem êles perante as autoridades norte-americanas afim de que não sejam produzidos e exportados trabalhos dessa ordem? Os Estados Unidos não são uma nação amiga? Não são um país civilizado? Por que não se dirigem diretamente ao seu govêrno?

Essas cerimônias e êsses rodeios é que vão estabelecendo no mundo a atmosfera de desconfiança que ameaça a cada instante a paz universal. Tratem as nações, frente à frente, umas com as outras. Se se tem de matar o rato aquí fora, procure-se logo o rato no buraco. Se chegar ao Brasil um filme americano ou alemão em que há alusões desagradáveis à China ou à Rússia, que a Rússia ou a China protestem junto ao Reich ou à Casa Branca, que permitiram a sua confecção, e a sua exportação. Quem não quer que o rio lhe inunde as terras deve desviar-lhe o curso nas nascentes. Essa é que é a boa política, a política de povos que se estimam, se prestigiam, e se respeitam.

No caso, porém, do filme agora proibido por solicitação da Embaixada Italiana, deve ter havido um equívoco. Eu, pelo menos, nada vi nele que pudesse melindrar o seu grande povo, e ofender o seu grande país. A não ser que haja algum subentendido que escapasse à minha capacidade de penetração.

O dono do pé, é, aliás, que sabe onde lhe aperta o sapato.

XXVIII

O ÚLTIMO BARÃO INGLÊS

HÁ poucos dias foi publicado na imprensa carioca um telegrama de Londres, informando haver o rei Jorge V, da Inglaterra, concedido, oficialmente, a um cachorro, mascote de um dos seus navios de guerra, o título de Barão. E o correspondente telegráfico adianta, esmaltando a notícia recente com a erudição antiga, ter outro soberano inglês, citado por êle nominalmente, dado o título de Conde, ou Duque, a um presunto.

Pouco versado na história íntima da côrte de Saint-James, eu ignorava, até agora, essa tendência da casa real da Inglaterra para equiparar a nobreza nacional à perna do porco ou ao focinho do cachorro. Uma desconfiança íntima, embora sem reflexos exteriores, deixou-me, todavia, sempre, uma pequena dúvida sôbre as relações entre os príncipes e os presuntos. Cheguei a supor, mesmo, que adviera daí, a expressão "her-

deiro presuntivo", consoante a moderna ortografia acadêmica.

O ato do rei Jorge V não me interessa, entretanto, neste momento, sob o seu aspecto histórico ou filológico, mas sob o ponto de vista social e político. As pessoas lidas em Walter Scott sabem o que foram, na Inglaterra medieval, os barões normandos que faziam ressoar pelas florestas húmidas as suas longas buzinas de caça, ou de guerra. Ásperos e barbudos, secos ou montanhosos, êsses fidalgos cobertos de ferro constituem, hoje, o orgulho da aristocracia britânica. Fulvos e claros, a lança em riste, a espada badalando ao lado, galopavam dia e noite pelas planícies enevoadas em perseguição de lobos e veados ligeiros, que acabavam de matar, às vezes, com um golpe da manopla poderosa. Eram valentes e bárbaros. E eram barões, na terra feudal.

Passam-se, porém, os tempos. E o rei da Inglaterra, que outrora lhes concedia êsses títulos quando voltavam das guerras santas na Palestina ou das campanhas profanas no continente, concede-os, hoje, a um simples e manso cachorro de navio!... Onde estás tu, Ricardo, Coração de Leão, que não

protestas, com a tua bravura leonina contra a concessão dêsse baronato a um mastim? Em que expedições se ilustrou êsse dogue naval, cujo sangue acaba de ser equiparado ao de Ivanhoe? Em que batalhas experimentou êle a fôrça do seu dente e o prestígio militar do seu uivo? Em que terras se bateu pelo seu Deus, pela sua Dama ou pelo seu Rei?

A história da Inglaterra é silenciosa em relação aos feitos do novo Barão. E dos Anais do Tito-Lívio canino, consta, apenas, aquela batalha famosa, em que os cães, ao partirem para a guerra, deixaram certa parte do corpo sob a guarda de um conselho de administração. De regresso, porém, os apêndices estavam misturados. Cada um avançou naquele que se achava mais próximo. E agora, tornados à serenidade depois da vitória, procura, cada um, com o auxílio do faro, aquele que lhe pertencia e que se acha, com certeza, em poder de outro cão. Seria isso motivo, porém, para que um cachorro, por mais ilustre e valente, recebesse a coroa de Barão inglês?

O cão é, ademais, um animal que não desfruta a liberdade indispensável a um fi-

dalgo de boa linhagem. É um escravo tradicional do Homem, e ama a escravidão. É conhecido, mesmo, o episódio que o reduziu ao cativeiro. Foi isso, conta uma tradição popular, no princípio do mundo. Ao fabricar os bichos, ia Deus dando a cada um a sua carta de alforria, afim de que, quando viesse o Homem, e os quisesse aprisionar e submeter ao seu jugo doméstico, mostrassem êles êsse documento, que era um salvo-conduto para a liberdade. Ao receber o seu, o cachorro, não tendo onde o guardasse, pediu ao gato:

— Compadre, você que anda lá por cima, pelos telhados, faça-me um favor: guarde-me em lugar seguro êste papel, até que eu lho peça.

O gato recebeu o documento, e escondeu-o no teto de uma casa, debaixo de uma têlha. Por êsse tempo, andava o rato atrás de material para fazer o seu ninho. Encontrando aquele papel, e não sabendo, por analfabeto, o que êle representava, roeu-o todo, e fabricou, com os pedaços, o leito dos filhos. Dias depois, surge o Homem na Terra, e começa a aprisionar a bicharada. Os que têm a carta de alforria, e lha apresentam, ficam livres, e vão viver como entendem, em estado selvagem... Chega a vez do cachorro. Êste corre à procura do gato e pede-lhe a carta que lhe confiara.

— Pois não, compadre! — respondelhe o bichano, pulando para o telhado. — Vou buscá-la, e venho já.

E foi uma decepção. Sob a têlha em que havia guardado a carta de alforria do cachorro, não havia senão alguns detritos de papel. Daí vem, conclue a tradição, a inimizade que reina, ainda hoje, entre o gato e o rato, e entre o gato e o cachorro, o qual, desde êsse tempo, e por causa do compadre gato, ficou sendo escravo do Homem.

Como pode, pois, um cachorro chegar a Barão? É verdade que Calígula concedeu ao seu cavalo as honras de cônsul, e uma cavalariça de mármore, e mangedoura de marfim, ao lado da qual, segundo refere Suetônio, jantavam, fazendo-lhe companhia, senadores e generais. Alexandre Magno fundou na Ásia a cidade de Bucéfalo, em homenagem ao seu ginete de guerra. Não houve, porém, até hoje, cachorro que recebesse igual homenagem. Refere Bonaparte no "Memorial de Santa Helena" que, na

campanha da Itália, encontrou, no campo de batalha, um cão que o comoveu pela sua dedicação e pela sua bravura. E não o fez duque como a Junot, nem rei, como a Murat. Cachorro era êle, e cachorro ficou.

Encham-se, entretanto, agora, de esperanças, todos os cães da Inglaterra. Chegou-lhes a vez de meter o focinho na gamela das honrarias humanas. Apenas, tenham os reis, doravante, o cuidado de, ao fazer os barões, não lhes dar coroas de ouro. Os novos barões podem roê-las.

XXIX

A MORTE DA DECLAMAÇÃO

TERMINOU, ontem, no Lírico, sua nova série de recitais, a notável declamadora argentina, sra. Berta Singerman. Há sete ou oito anos a distinta e amável artista nos visita. Cincoenta vezes se escancararam as portas do nosso velho teatro para receber os admiradores da musa itinerante. E cincoenta vezes foram puxados os cordões da sua bolsa de sêda para receber o tributo do nosso afeto. Se à entrada do seu coração há um cofre automático, ela deve estar certa, já, do muito e sincero bem que lhe queremos.

Antes de regressar ao seu país, ou de continuar a sua viagem de Orfeu feminino, a ilustre senhora deve ter, todavia, notícia exata da crise que atravessa a declamação em terras do Brasil, e o que significam de sacrifício, senão de constrangimento carinhoso, os aplausos que agora recebeu. Após um período áureo, uma fase de febre alta e

contínua, o gênero entrou, no Rio de Janeiro, na mais deplorável decadência.

À semelhança do que sucedia na Idade-Média, quando os barões feudais gastavam o ouro da arca e o fio da espada para a canonização de um antepassado sanguinário e barbudo, não havia família burguesa, entre nós, que não quisesse ter a sua declamadora. O juiz Melo Matos podia organizar a lista de todas as meninas cariocas, com a só leitura dos anúncios de recitais. E a abundância matou o gênero. Passaram as intérpretes da emoção alheia como passou o golfinho, como passou a saia curta, e passarão, qualquer dia, o "hockey" e a saia comprida.

Dessa decadência pode ter, entretanto, a sra. Berta Singerman, uma demonstração insofismável e comovente. E' a que lhe fornecem os jornais de anteontem, com a notícia de um festival que se realizará, amanhã, em um primeiro andar da rua da Constituição. Remanescente masculino das declamadoras, último espécime de uma fauna desaparecida, um poeta jovem, retardado no tempo e no espaço, anuncia um recital de declamação. Recitará Raimundo Correia; recitará Bilac; e recitará, também, e principalmente, poesias suas. O que dá, porém, originalidade a êsse aviso dirigido aos imaginários apreciadores dos bons versos, é a informação complementar, assim concebida: "Após o recital, serão distribuídos ao público açúcar, feijão, café e manteiga, oferecidos pelo comércio".

Houve, no Rio, um poeta mundano, cujo coração supria os defeitos da lira, o qual, tendo realizado uma festa pública, no salão de conferências do *Jornal do Comércio,* para leitura de um livro de versos que pretendia publicar, observou, logo no princípio da solenidade, que o auditório ia, pouco a pouco, deixando a casa. Ao rumor das cadeiras abandonadas, o declamador deteve-se, e, atravessando o dedo nos labios, fez:

— Psssiiiuuu!...

E com o melhor dos seus sorrisos, para reter os que fugiam:

— Depois dos versos tem chá...

Era isso há quinze anos. Então, o auditório, para ficar, exigia apenas chá. Hoje não vai ouvir poesias nem com direito a açúcar, feijão, café e manteiga. Dentro de al-

guns anos, que terá um poeta brasileiro de dar ao público, para que êste lhe escute um verso?

Eu, por mim, estou sossegado. Além de feio, e velho, há muitos anos não versejo mais...

XXX

SUPERSTIÇÕES LITERÁRIAS

APRESENTARAM a sua candidatura à Academia Brasileira de Letras na vaga deixada por Alfredo Pujol três escritores paulistas: os srs. Alcântara Machado, Menotti del Picchia e Artur Mota. E teríamos ainda o sr. Veiga Miranda, o sr. Martins Fontes, o sr. Mota Filho e outros mais, se não fosse a cordialidade reinante entre êles, e o propósito de não comprometerem uns, com o seu prestígio e as suas relações pessoais, a sorte dos outros.

O número de candidatos trazendo o sêlo e o carimbo da mesma cidade é de molde a despertar conjecturas e comentários. Significará êsse fenômeno que se tenha deslocado, na realidade, para São Paulo, o eixo literário do país ou que tenha desaparecido no Rio de Janeiro a confiança na consagração acadêmica? A primeira hipótese desprestigiaria a capital da República, e as suas tradições de cultura e de atividade no domínio das letras; a segunda, porém, com-

prometeria o nosso instituto. Admitamos, assim, para evitar uma injustiça, que se trate de um episódio nascido parcialmente das duas circunstâncias.

Seria inútil contestar, efetivamente, que a atividade literária em São Paulo está se desenvolvendo com sacrifício da nossa. Mas essa alteração é explicável: é que S. Paulo possue casas editoras e nós não as temos. Possuindo fábricas de papel e comerciantes cujo espírito profissional é animado ainda pelo gênio aventuroso dos bandeirantes, São Paulo pode produzir o livro a preço cômodo, e disseminá-lo pelo país inteiro. O Rio de Janeiro não tem papel, e o seu comércio de livros desconhece a aventura: prefere receber a obra editada e vendê-la ou revendê-la sem riscos diretos, a editar por conta própria. Em compensação, São Paulo não tem uma imprensa com a projeção da nossa. Nome literário aí lançado com o auxílio exclusivo da imprensa está sujeito a permanecer puramente regional; nome popularizado pela imprensa do Rio tem, pelo contrário, eco no país todo, e isso não porque os nossos jornais sejam mais lidos do que os de S. Paulo, mas por sermos, com o auxílio dos correspondentes telegráficos, um ponto de irradiação nacional ainda não substituído. Daí um fenômeno curioso, que convém registrar: serem conhecidos em todo o Brasil os escritores paulistas que têm obra publicada, e desconhecidos na maior parte dêle os que se limitam à atividade na imprensa; ao mesmo tempo que, no Rio, se observa um movimento oposto: a popularidade é feita pelo jornal e sacrificada pelo livreiro. E como o livro é o título oficial do escritor, a impressão que se tem é que S. Paulo possue hoje maior número de escritores do que a capital da República.

De outra parte, a Academia não está constituída de forma a atrair vivamente os que a conhecem de perto. A vitória das paixões pessoais sôbre os altos interêsses das letras; a capitulação diante do empenho, da lisonja, das conveniências políticas e das intervenções mundanas, quer nos pleitos para preenchimento das vagas no cenáculo, quer, mesmo, no julgamento dos concursos que instituiu, — têm contribuído para afastar da sua porta figuras de alta significação, que lhe fazem falta. Os acadêmicos são homens e, como homens, têm os defeitos e vir-

tudes peculiares ao gênero humano. Um aventureiro hábil arrancar-lhes-ia tudo: os prêmios anuais, a cadeira consagratória e, ainda, em cartas, discursos ou artigos, os louvores mais derramados. Bastar-lhe-ia, para isso, conhecer o ponto fraco de cada caráter e de cada conciência: louvar o talento dos ingênuos, a beleza dos vaidosos, a mocidade dos velhos, e, mesmo, quando o acadêmico tivesse filhas ou netas feias, votar nelas no Concurso de Beleza. Mas isso não acontece ao mundo inteiro, onde haja uma associação literária, isto é, onde se congreguem os membros da classe que Sainte-Beuve considerava a mais sujeita às erupções do amor-próprio e aos efeitos do elogio? Não foi a vaidade, influindo sôbre os que se achavam dentro, que deixou fora da Academia Francesa Descartes, Pascal, Molière, Bayle, Piron, Diderot, Jean-Jacques, Rivarol, Stendhal, Balzac, Michelet, Dumas, pai, Gautier, Flaubert e Zola?

As Academias constituem, assim, uma superstição literária. Aos que têm talento e a paixão do trabalho, os seus diplomas e os seus prêmios não adiantam ou recomendam. Quem fala mais, hoje, em Pedro Rabelo? em Valentim Magalhães, príncipe dos cabotinos letrados do seu tempo? No entanto, quem esquecerá mais no Brasil a ação social de Alberto Tôrres ou os nomes de Ferreira de Araújo e Capistrano de Abreu?

Como no dístico do soco em que repousa o busto de Molière, êles fazem falta à Academia. Esta não faz, porém, nem fará nenhuma, à glória dêles.

XXXI

DEZ MINUTOS COM O CAMONDONGO MICKEY

EU passava uma destas manhãs, de bonde, pela cinelândia, quando ouví, partida do passeio, uma voz que me parecia de apêlo:

— Pssiu!...

Olhei. À porta da sua casa, a cauda pendurada no braço como se fosse uma bengala de volta ou uma capa de borracha, estava o Camondongo Mickey, o mais jovem, mais famoso, e mais original artista de cinema que tem aparecido no Brasil, nos últimos tempos. E como as boas companhias sempre me agradam, convidei as minhas articulações para a realização de um esfôrço, toquei a campainha do veículo, e saltei. Saltar de um bonde parado é, para um homem que envelheceu antes do tempo, proeza maior que a de um moço que pulasse de um avião em voo.

À minha aproximação, Camondongo saiu ao meu encontro, e estendendo-me a

mole e comprida mão enluvada em pele de rato, foi logo me dizendo:

— Você é louco, homem de Deus! Não queria que você abandonasse o bonde... Era apenas uma saudação... Mas, uma vez que já fez a maluquice, vamos trocar aquí umas idéias.

Eu ando, ùltimamente, sem idéias, boas ou más. E quando a um homem faltam idéias humanas, as de Camondongo servem. Demo-nos, assim, o braço, e entramos na casa de chá, existente à esquina. Pedí chocolate e torradas. Camondongo pediu queijo e presunto. Mesmo depois de civilizado, e glorioso, um camondongo não abandona, jamais, os hábitos e predileções dos seus antepassados.

— Eu preciso um conselho seu, — começou o meu amigo, após haver provado o queijo e limpado a bôca com a extremidade da cauda. — Os livros são amigos silenciosos. Os amigos são os livros que falam.

— Meu cérebro é uma caixa de conselhos; pode meter a mão...

Camondongo agradeceu, olhou em tôrno, e começou:

— Eu ando com desejo de entrar na política; sabe?

Fiz retroceder a torrada que ia metendo na bôca, e exclamei:

— Você?... Você quer ser político?

— Por que não? Acha você que um Camondongo não pode ser político? Não seria o primeiro... Minha família tem dado à pátria, no Brasil, representantes eminentes...

— Eu sei, eu sei... — disse-lhe; — mas você é um artista, um camondongo superior, um Mickey como não houve até hoje outro na família...

E, de repente:

— Por que você não prefere entrar para a vida de letras? Não acha que seria mais interessante? Você publicaria um livro. Depois, entraria para a Academia... Não lhe tenta essa idéia?

Camondongo pousou o queixo na mão, como quem faz que está pensando. De repente, objetou:

— Mas, o livro, como há de ser? Eu não sei escrever... Não tenho, mesmo, idéias que encham um livro...

Sorrí. Quando eu sorrio, as pessoas próximas ficam com pena, pensando que eu choro.

— Não se preocupe com isso, Camondongo! — tranquilizei-o. — Isso é o menos. Você quer saber, como se fazem, hoje, os livros? E' assim: você compra seis ou oito livros de escritores diferentes... Compreendeu?

— Compreendo!

— Leva-os para o seu buraco, isto é. para a sua casa, e põe-se a roê-los... Compreendeu?

— Estou compreendendo.

— Depois, toma um vomitório, ou um purgativo... E põe tudo isso, misturado, para fora... E será o seu livro!

— Ahn!

— Ou isso, ou o outro sistema.

— Qual é o outro sistema?

— Você está ganhando dinheiro como artista... Não está?

— Estou.

— Pois bem; você pega um pouco dêsse dinheiro, e encomenda a um dêsses literatos pobres que andam por aí, um livro.

— Depois?

— Depois, você publica o livro com o seu nome, e apresenta a sua candidatura à Academia...

Camondongo Mickey deu um pulo, com um pedaço de queijo em uma das mãos, e o resto do fiambre na outra.

— Aceito! — gritou.

E batendo com o queijo em cima da mesa:

— Aceito, e a sua vaga é minha!

Agora, posso morrer sossegado. Minha memória e meu nome serão, depois da minha morte, roídos por dentes amigos.

XXXII

SEGREDOS DA NOSSA CASA

A Academia Brasileira de Letras está discutindo, também, neste momento, o seu Código Eleitoral. E como possue, na qualidade de instituição que se respeita, o seu Assis Brasil, o seu João Cabral, o seu Mário Pinto Serva, os seus especialistas em matéria tão delicada e complexa, os debates se vão animando de semana para semana envolvendo, sempre, maior número de combatentes. Após trinta e seis anos de existência da companhia, e uma infinidade de tentativas malogradas, resolveram alguns "imortais" modificar-lhe o processo de recomposição. Entendem êles que o sistema atual, permitindo a inscrição de candidatos medíocres ou ridículos, afasta, implìcitamente, aqueles que honrariam a Academia com a realidade do seu mérito. E entendem, igualmente, que se torna preciso evitar a cabala escandalosa de determinados concorrentes, os quais, inscrevendo-se espontâneamente, sem serem desejados, põem em ativi-

dade em tôrno do eleitorado acadêmico, interêsses políticos, sociais, econômicos, e até religiosos, insuportàvelmente irritantes.

— A Academia não pode permanecer sob o influxo dessas fôrças estranhas, — opinam os partidários da reforma eleitoral.

— Perdão! — aparteia um sofista. — Se essas fôrças estranhas existem, o seu emprêgo tem sido inútil, e, nesse caso, não nos devemos preocupar com elas, que nenhum mal nos fazem. Se, porém, essa intervenção indébita e clandestina tem dado resultado, qual foi, de nós, o que entrou para a Academia com o auxílio delas?

— Nenhum! Todos nós, que nos achamos aquí, somos dignos da Academia! — exclamaram alguns.

— Então, a reforma é desnecessária, porque o processo atual só tem dado à Academia pessoas dignas de pertencerem ao seu quadro!

O assunto é, como se vê, delicado de manejar. Ou o regimento em vigor é bom e não convém alterá-lo; ou é mau, e, nesse caso, a Academia reconhece que elegeu pessoas que não mereciam tamanha honra. Quais são, porém, os candidatos nessas condições? Nós todos percorremos com os olhos as bancadas, fixando ora um, ora outro. E como não há espêlho na sala das nossas sessões, cada um sorrí beatìficamente, olhando, de soslaio, um vizinho.

Um acadêmico fundador, jurista eminente, assinalou um dos aspectos graves do problema, o qual, na sua opinião, depõe contra o critério literário da Academia. Consiste êsse inconveniente nas oscilações verificadas de escrutínio para escrutínio. E' comum, nos pleitos acadêmicos, especialmente nos últimos tempos, que Ambrósio, tendo 12 votos no primeiro escrutínio, só receba 2 no segundo, nenhum no terceiro e 14 no último, enquanto que Heráclito, não tendo nenhum no primeiro, passa a obter 15 no segundo, 16 no terceiro e, no último, apenas 1 ou nenhum.

— Afinal, — argumentou o acadêmico ilustre, — Ambrósio tem ou não tem talento? Heráclito merece ou não merece a Academia? Como se explica, então, que a Academia mude de opinião, tão ràpidamente, sôbre um e outro?

Para evitar essas oscilações, e o mau efeito que possam causar aquí fora, surge

uma emenda: que só entrem em competição no segundo escrutínio os dois candidatos mais votados no primeiro. Aparecem, todavia, objeções:

— A emenda, assim concebida, será peor que o soneto. O resultado ficará dependendo do acaso, e a Academia acabará, então, elegendo um candidato que não deseja eleger. Fiquemos, então, onde estávamos, pois, nas circunstâncias atuais, ainda se pode remediar no terceiro escrutínio a injustiça praticada no segundo.

Admitida a possibilidade de um recurso para a sorte, há quem alvitre:

— Nesse caso, é melhor que a Academia distribua bilhetes numerados pelos candidatos inscritos, e faça a eleição pela Loteria Federal! Instituamos, aquí dentro, o Jôgo do Bicho!

A verdade é que a Academia não está satisfeita com o seu Código. Porque se ache desgostosa com o resultado dos pleitos até agora realizados? Evidentemente, não. Foi êsse regime que lhe deu quasi todas as figuras eminentes que lá se encontram, e que representam, na verdade, a cultura nacional. Dos 36 acadêmicos vivos, há pelo menos 35

de incontestável merecimento literário, que eu poderia nomear. E há mais um, que êles poderão dizer quem é, se forem tão sinceros comigo quanto eu sou com alguns dêles. Procure-se, pois, em outra parte, a origem das idéias de reforma, que agitam a Casa do Espírito e do Silêncio.

O que determina, na verdade, êsse movimento, é o horror ao candidato cabalista. Êsse animal que Buffon conheceu como acadêmico, mas não registrou como natura-lista, constitue, de fato, uma calamidade. Contava Medeiros e Albuquerque, certa vez que, ao ser abordado por um concorrente à Academia que lhe ia pedir voto, declarava, sempre, com lealdade, o nome daquele em quem votaria.

— Mas, ao menos, no terceiro e no quarto escrutínios! — pedia o candidato.

— Não posso; já os prometí, todos, ao seu competidor, — esclarecia Medeiros.

— Em um só escrutínio, então!

Diante dessa insistência, o acadêmico interpunha:

— Bem, eu já lhe disse que tenho todos os meus votos comprometidos, e você acha que eu devo ser desleal com o seu competi-

dor. Nesse caso, eu me comprometo com você; mas, se eu não votar, não se queixe: foi você mesmo quem me aconselhou a faltar com a minha palavra.

Procuremos, pois, punir, não o acadêmico, reformando a Academia, mas o candidato, exigindo-lhe compostura na concorrência. E tenhamos a coragem de superpor os interêsses da Academia aos da nossa vaidade, ou de nosso coração, repelindo com elegância, mas com firmeza, os concorrentes que se prevalecerem da lisonja e da amizade para obterem o que não alcançaram pelo talento ou pela cultura.

XXXIII

ELOGIO DO BOTICÃO

O Departamento de Educação da Prefeitura pretende desenvolver, parece, neste ano de 1934, os serviços de Assistência Dentária, de que teve a iniciativa, alí, o atual diretor do ensino municipal, Dr. Anísio Teixeira. E as notícias que a imprensa espalhou a êsse respeito reclamam algumas considerações, as quais viriam acompanhadas de uma citação histórica se passados quatrocentos e tantos anos, o ovo de Colombo não estivesse podre.

As pessoas que já foram pequenas, ou que tiveram intimidade com adultos que passaram pela infância, não ignoram, talvez, que a mudança dos dentes coincide, na criança, com a idade escolar. A dôr de dentes é tão vulgar, na escola primária, como a pena, o tinteiro e o livro. E poder-se-ia erguer, possìvelmente, uma estátua ao menino brasileiro que não regressou, um dia, da aula, babando grosso, a face vermelha e

congesta, para deitar, em casa, no buraco de um dente, o clássico algodão com o óleo de cravo. E' com êsse óleo que se ministra, na família, o segundo sacramento que a criança nacional recebe na vida.

E, no entanto, só agora se instituiu no Rio de Janeiro o serviço dentário obrigatório, e isso mesmo ùnicamente nas escolas municipais! Debalde o professor Frederico Eyer vem clamando em favor dessa providência, tomada, já, e de há muito, por todas as gentes adiantadas. Debalde ofereceu êle próprio o exemplo das vantagens obtidas por êsse serviço, fundando com outros companheiros heróicos, e mantendo com sacrifícios espantosos, a Assistência Dentária Infantil, em que foram atendidas, em oito anos, cerca de 12.000 crianças, as quais sofreram 33.247 obturações e 32.098 extrações, sem qualquer despesa para o cliente. Debalde, em suma, se tem gritado por toda parte a importância do dente no destino do homem, e a necessidade de vigiá-lo na bôca da infância. Só agora, e por um milagre de boa-vontade, um administrador carioca tomou em consideração matéria de tamanha relevância!...

Na maior parte do Brasil, a função do dente é esta: nascer, para torturar o dono, e ser, em seguida, arrancado. E ofereceria, sem dúvida, à bibliografia indígena, um dos capítulos mais curiosos da história dos nossos costumes, o autor que descrevesse a influência do dentista ambulante nos sertões do nordeste, e a do dentista curioso, responsável por todos os queixos tortos existentes, ainda hoje, no interior do país. Eu próprio poderia fornecer-lhe o meu depoimento. Havia em Guaramiranga, na serra de Baturité, no Ceará, um marceneiro, homem escaveirado e alto, que diziam tuberculoso. Mestre Antônio era, se não me engano, o seu nome. Mestre Antônio era o marceneiro, o barbeiro e o dentista de Guaramiranga. Um dia, vi-me na contingência de recorrer aos seus serviços, nesta última profissão. Um abcesso na raiz de um maxilar não me deixava tranquilo um só instante. Corrí à sua oficina. Mestre Antônio deixou a enxó com que lavrava um barrote de madeira, e abriu uma gaveta grande. Na gaveta encontravam-se, de mistura, tesouras velhas, navalhas antigas, formões, verrumas, chaves de parafuso. E, no meio de tudo isso uma es-

pécie de torquez, de arrancar pregos, de ferro bruto e enferrujado, a que êle dava o nome de boticão. Feita uma limpeza sumária do ferro em um pedaço de pano qualquer, mestre Antônio arrastou para perto da parede um dos seus bancos de madeira, encostou-me a cabeça ao muro, pôs o joelho sôbre as minhas pernas para evitar a fuga, meteu-me dois dedos na bôca, fixou o boticão, e quando eu soltei o meu urro de dôr, era tarde: o dente estava arrancado com um pedaço de minha carne!

Mesmo assim, a população da serra preferia a experiência de Antônio à ciência dos dentistas itinerantes. Um dêstes chegou, certa vez, a Guaramiranga, e viu-se, logo, assediado pela clientela. Era grande o número de dentaduras encomendadas, e entre estas, uma para Jorge de Figueiredo, homenzarrão louro, fazendeiro nas proximidades. O dentista marcou a entrega das dentaduras para a manhã do dia da partida, e, na hora marcada, lá estava êsse meu amigo para receber a sua, paga adiantadamente. O dentista fixou-lhe a placa no palatal, mas o fazendeiro não pôde fechar a

bôca: ficou com os dentes arreganhados como se quisesse morder todo mundo.

— E' falta de hábito, — explicou o profissional. Amanhã estará direito, e o senhor ficará com a bôca fechada.

Disse isso, montou a cavalo, e foi-se embora para outra vila. No dia seguinte, Jorge de Figueiredo continuava na mesma, reproduzindo a fisionomia d' "O Homem que ri". Não teve dúvida: pulou para cima do seu cavalo, e, com um lenço amarrado na bôca, partiu atrás do dentista. Encontrou-o em viagem.

— Veja isto! — disse, arrancando o lenço. — Até agora não melhorou nada!

O moço examinou-o atentamente, como quem procura uma saída para a dificuldade. E, de repente:

— Há quanto tempo o senhor perdeu os seus dentes?

— Desde menino.

— Ahn! — fez o dentista. — Então, está explicado. E' que o senhor, quando menino, era dentuça. Agora, pôs a dentadura, e esta ficou tão perfeita como se fosse natural...

Eu não sei se a resposta foi com a mão ou com o chicote do cavalo. A verdade é que, tendo partido de bôca aberta, Jorge de Figueiredo voltou de bôca fechada.

Nada disso, porém, acontecerá mais, se os administradores, no Brasil, abrirem os ouvidos à prègação do professor Eyer, à qual junto, agora, o meu grito:

— Senhores do govêrno, lembrai-vos da bôca das crianças!

XXXIV

O PROFESSOR DA ROÇA

HÁ seis ou sete anos obteve grandes aplausos, e foi objeto de simpáticos e numerosos comentários, a idéia de erigir-se, no Rio de Janeiro, um monumento à Mãe-Preta, cujos braços envelheceram e nunca se fatigaram de embalar o filho do branco, e que privaram do leite o próprio filho para amamentar o filho do seu senhor. A lembrança era, porém, generosa demais para passar da imaginação à realidade. E como a dívida era mais da raça do que da geração, a nossa geração a deixou para ser liquidada pelas que vierem depois, resultando, certamente, daí, o seu adiamento perpétuo. Os povos, como os indivíduos, são, sempre, maus pagadores de contas velhas.

Dívida mais sagrada, ou, pelo menos, tão sagrada quanto essa, é, talvez, a que o brasileiro da cidade, o espírito urbano do nosso tempo, tem a saldar com o mestre-escola da roça, o professor de primeiras letras que exerce o seu apostolado, anônimamente,

há quatro séculos, nos arraiais e povoados. A Mãe-Preta, se não teve a sua estátua monumental, foi, e continua a ser celebrada pelos homens de letras, no romance e no verso. Quem fala, porém, com reconhecimento, ou mesmo com respeito, ou, sequer, sem respeito nenhum, no pequeno e obscuro professor do sertão?

E, no entanto, é êle, pode-se dizer, o adubo singelo da árvore, boa ou má, da nossa democracia. Onde se acha o eleitorado brasileiro, a multidão de votantes que elegia os estadistas do Império e da primeira República e elegerá, bem o mal, os deputados e presidentes de amanhã? Está nas vilas, nos povoados, nos miúdos centros de população espalhados pelo Brasil inteiro, e que reunidos formavam e formarão, com êsse elemento eleitoral, a grande fôrça política da nação. E quem prepara êsse eleitor? Quem semeia o trigo do alfabeto nesses cérebros virgens de trato humano, para que êle se transforme, de futuro, no pão de uma idéia, de uma vontade, de uma opinião? E' o mestre-escola sertanejo; é o professor da roça; é o colaborador humilde da grandeza nacional, que, nos pequenos e

tranquilos núcleos do Brasil brasileiro, toma conta dos filhos do lavrador, do vaqueiro, do pescador, enquanto o pai, a enxada ao ombro, a rédea à mão, a vela ao vento, procura, na terra amiga ou no mar agitado, o sustento de cada dia!

E' preciso ter viajado os remotos sertões, ou as praias inaccessíveis do norte e do centro, para compreender e admirar o mestre-escola, e a obra patriótica e anônima que êle realiza. Geralmente, é o professor particular. Uma vez ou outra, vai ao seu encontro o Estado, oferecendo-lhe uma subvenção insignificante, paga sempre com atraso, e às vezes acumulada durante meses, para ser negociada com os agiotas da cidade mais próxima. Na maioria dos casos, porém, vive das mensalidades que lhe pagam os pais que podem pagar, e que não atingem, em alguns lugares, a três mil réis por aluno.

E as instalações dessas escolas são comovedoras na sua primitividade. Conheci uma, no povoado de Morros, no Piauí, a qual, coberta de palha e cercada de troncos de carnaúba, tinha o chão de barro batido, e possuía, para os alunos, bancos de tronco

de carnaubeira, rachados ao meio. Mas funcionava, e tinha frequência sem o menor auxílio oficial. E outra, em condições ainda mais precárias. Eu viajava em tôrno à baía de Tutóia, no Maranhão, quando cheguei, a cavalo, em companhia de um parente, o engenheiro Álvaro Veras, ao arraial de Carnaubeiras, no delta do Parnaíba. Anoitecia. Procuramos uma casa para nos hospedar, e fomos levados a uma, de palha, e cercada de carnaúba, como a de Morros. Apenas, não tinha portas, e o chão era de areia sôlta.

À nossa chegada, acompanhados pelo caboclo prestimoso que nos ia armar as redes, fugiu da casa um porco, que alí dormia. Outros foram expulsos à fôrça e uma cabra com os seus cabritos. Noite escura e fresca. Pela manhã, erguemo-nos para continuar a viagem.

— Sabes que casa é esta, em que dormimos? — perguntou-me o meu parente.

E à minha resposta negativa:

— Isto aquí é a escola... Uma escola particular... Neste buraco há gente que sabe ler...

Comoveu-me a notícia. E nunca mais me saiu da lembrança, envôlta por uma névoa de gratidão e de simpatia, a escola de Carnaubeiras.

Aí, nessas oficinas sem dístico, preparam-se trabalhadores, cidadãos para o Brasil. E o artífice, o lapidador do diamante bruto, é o mestre-escola, o mestre da roça, o obscuro professor do sertão.

Admiremos, pois, êsse herói. E celebremo-lo.

XXXV

A CASA DO PROFESSOR

POR uma correspondência trocada, ontem, entre o diretor-geral da Instrução Pública, dr. Anísio Teixeira, e o Conselho Diretor da Associação dos Professores Primários, sabe-se no Rio de Janeiro que os professores trabalham para ter a sua Casa, isto é, um asilo na velhice ou na invalidez. Para êsse fim, possuem, já, trinta e sete contos de réis de donativos recebidos. E precisarão, talvez, do décuplo dessa quantia, para que se transforme em fato alviçareiro a idéia generosa e benemérita.

Quando, há seis ou sete anos, em um Congresso de Educação, um dos seus membros apresentou um projeto relativo à aposentadoria dos professores particulares, eu corrí à imprensa, para aplaudir, vivamente, essa sugestão. Quem é, — escrevia eu, então, com o pensamento nas professoras que tive, e uma das quais, octogenária, ensina ainda; — quem é, entre os homens de hoje, que não traz no santuário da memória uma

dessas figuras beatificadas pelo trabalho e santificadas pela paciência? Protegida pelo Estado, que lhe remunera a atividade, a professora pública tem as suas férias, tem a sua substituta nas faltas, e, no outono da vida, a recompensa na aposentadoria. A professora particular não tem uma só dessas vantagens. Votada à profissão pela necessidade ou pela vocação, a sua recompensa depende, toda, do aproveitamento dos alunos e da confiança dos pais. Severa e maternal, é ela, em muitos casos, a verdadeira mãe dos seus discípulos e a sua mais afetuosa conselheira. E é de imaginar o que padecem êsses corações afeiçoados, tendo de perder, pelo afastamento, cada ano, uma dezena dêsses filhos adotivos, que lá se vão rumo dos ginásios ou, quando pobres, para a luta pelo pão! Os moços, — acrescentava, — são, em geral, como os pássaros. Emplumada, a ave abandona o ninho que a aqueceu e o bico que a alimentou. E nunca mais, no espaço imenso, reconhece a asa que, quando implume, a agasalhou e protegeu. A professora primária, que nos faz digerir a primeira semente do alfabeto, ou nos ministra os ensinamentos rudimentares

da ciência, é essa ave generosa que nos revela a imensidade do mundo. E' a Mãe-Preta do espírito, que nos dá o leite da primeira instrução.

Lendo, agora, a notícia de que se trabalha para levantar no Rio de Janeiro a Casa do Professor, eu ignoro se se trata de um estabelecimento para abrigar todos os profissionais do ensino, que envelhecem ou se invalidam sem recursos, ou destinado, ùnicamente, aos professores públicos, ou, ainda mais restritamente, ao professorado municipal da Capital da República.

Evidentemente, mesmo contando com a aposentadoria, o membro do magistério público é tão pobre, quasi, como no magistério particular. No banquete da Vida, aquele é brindado com uma das migalhas da casca da maçã; mas êste último não tem nem isso. Inutilizado para o trabalho, pela idade ou pela doença, tomba, irremediàvelmente, na miséria. O professor particular, de primeiras letras, é, em suma, o pária entre os párias.

Volva, cada um de nós, os olhos, para o caminho que percorreu, e encontrará pelo menos um documento dessa verdade. Quan-

do de passagem pela Baía, visitei o Asilo de mendicidade e me mostraram, alí, um homem de boa origem recolhido como indigente; quem era êsse homem? Um antigo professor. Na visita que fiz ao Asilo São Luiz para a Velhice Desamparada, apresentaram-me uma senhora septuagenária, portadora de um título nobiliárquico no seu país. Fina, culta, inteligente, com os vestígios, ainda, de uma excepcional formosura. Viera para o Brasil, com o espôso, um conde, cujo nome não quero enunciar. Fizera-se professora. Lecionara idiomas e prendas. O marido entregara-se, também, ao ensino. Um dia, êste cegou. A espôsa adoeceu. E foram comer, juntos, o pão da caridade.

Aos seis anos, pouco após a morte do meu pai, fui pôsto, em minha vila natal, em uma escola primária, de que fugí no primeiro dia de aula. Dirigia-a um homem severo, de negros e vastos bigodes, e de óculos pretos, velho amigo de minha família. Era o único professor da localidade e chamava-se Agostinho Simões. Mudámos de terra. Separámo-nos todos, saindo cada um pelo mundo, como na história, com muita bênção e pouco dinheiro. Já homem, encontro-me com minha mãe, que havia passado alguns anos na capital maranhense. Perguntei pelos conhecidos. E ela:

— Sabes quem me apareceu no Maranhão? O teu primeiro professor, teu mestre Agostinho. Foi visitar-me, cego, pela mão de um menino. Morreu logo depois.

E com tristeza:

— Vivia de esmolas, coitado!...

E' essa, mais ou menos, pelo Brasil todo, a situação dos professores e, em particular, dos professores primários. Na febre da vida, ninguém compreende a função nobre, santa, patriótica e fundamentalmente útil, que êles desempenham. São êles os semeadores, os que arroteam a terra, e a fecundam, para a colheita futura. Vendo a seara, ninguém se lembra daquele que lançou a semente no solo virgem. Êles são, em suma, no destino, irmãos daquele acendedor de lampiões de que nos falava Bilac, o qual, iluminados todos os combustores da cidade, que toda faiscava gloriosa e feliz, subia a ladeira escura de um morro, e ia dormir, humilde e obscuro, na humidade de uma pobre cabana sem luz...

Movam-se, pois, os professores de todas as categorias, e trabalhem pela construção da sua Casa. Apelem, com êsse objetivo, para todas as classes sociais, porque elas lhes devem êsse auxílio. As sociedades que se manifestam ingratas com os seus benfeitores, com os artífices iniciais da sua prosperidade e da sua cultura, são indignas de sobreviver.

E o mestre, o professor primário, é um benfeitor.

XXXVI

FLOR DE CIVILIZAÇÃO

SUBIA eu, certa vez, o rio Mapuá, no baixo Amazonas, na parte do seu curso percorrido ùnicamente pelas canoas a remo, quando aportei, na pequena embarcação em que viajava, em uma tôsca, humilde barraca da margem. Por trás da habitação rudimentar, era a floresta soturna e imensa, o paredão vegetal compacto, trançado de cipós e ramagens, e que parecia prestes a avançar e a lançar-se, como um pedaço de tôrre, sôbre o homem, o verme roedor e infatigável que lhe fôra interromper a unidade.

A barraca do seringueiro ocupava apenas duas dezenas de metros lineares, de frente, e outros tantos de profundidade, com os seus dois compartimentos e a área relativamente considerável do seu quintal. Nesse quintal, porém, cujo muro era a própria floresta, havia um jardim. E, nesse jardim, todas as flores e todas as fôlhas ar-

tísticas daquela região primitiva e selvagem. Tinhorões verde-escuros, pintalgados de sangue. Outros, da altura de um homem, lembrando escudos homéricos ou de guerreiros medievais. Cataléias roxas, como crianças mortas de frio. E outras em cuja carne vegetal, fresca e tenra, a Natureza derramara o seu cofre de pedrarias. No meio de tudo isso, porém, erguia-se um girau, de dois metros de altura. E sôbre êsse girau um pequenino caixão, no qual a mulher do seringueiro, senhora daquele pequeno mundo escondido, cultivava, trazido de longe, um pé de amor-perfeito. E êsse pequeno brôto delicado, era, em toda a vastidão daquele deserto bárbaro e tumultuoso, o supremo objeto do seu cuidado. Ela conservava e cultivava aquela planta civilizada à margem e acima do turbilhão verde da selva americana, como quem procurasse manter acesa uma pequenina e última chama bruxoleante naquela eterna e última noite do mundo que Byron imaginou no *Child Harold*.

Essa paisagem e êsse obscuro drama da vontade estavam apagados quasi completamente na minha memória, quando o reavi-

vou, de súbito, um acontecimento urbano que lhes era correspondente. Êsse acontecimento foi a festa recentemente realizada pelo Instituto Feminino de Cultura Física, dirigido no Rio de Janeiro pela professora Lotte Kretzschmar, com a colaboração de jovens especialistas alemãs e a frequência, já, de algumas centenas de moças e crianças brasileiras.

O sucesso artístico e, pode-se dizer, científico, que essa festa constituiu, representa, na verdade, um esfôrço equivalente ao daquelas mãos femininas que cultivavam uma planta exótica e delicada no coração da floresta amazônica. Não constituirá realmente, um prodígio, reacender o gôsto elegante pela ginástica feminina, e, particularmente, pelo ritmo ateniense, em uma sociedade que se vai desaristocratizando progressivamente, tentada pela música do negro e pela dansa do macaco? Não mererá um louvor comovido quem, na hora em que sossobram as nossas velhas tradições de cultura artística, procura reconduzir ao salão a mocidade que ia sendo arrastada em nome de um patriotismo africano, para o terreiro da senzala?

O Brasil é, em grande parte, pelo sangue, negro e caboclo. Mas tem compromissos com a Civilização, os quais não permitem que êle ande de tanga nos rins e de rodela no beiço. E como país civilizado, deve obedecer aos cânones da arte que o tempo escolheu e os séculos consagraram.

A sra. Lotte Kretzschmar não está, assim, e apenas, desempenhando os deveres de um apostolado artístico. Está, também e sobretudo, realizando uma obra de civilização.

XXXVII

JOHN PERSHING E A LEI SÊCA

TELEGRAMA de París, publicado ontem, informa haver o general John Pershing se declarado francamente contra a lei sêca, em vigor nos Estados Unidos. Acha o velho soldado, herói que pagou dignamente à França a visita de Lafayette, que o regime proibicionista é o regime da hipocrisia, e que a civilização norte-americana retomará o seu ritmo, bebendo cada um o que deseja, a quantidade que pode, e no lugar em que bem entende. O veterano do cabo de guerra podia adiantar, mesmo, que a lei da proibição determina a emigração do ouro americano para os países em que há liberdade de intemperança, obrigando os seus patrícios a ir tomar em París e em Londres honestas carraspanas que poderiam ser tomadas livremente em Nova-York e Chicago; e afirmar, até, sem risco de mentira e de exagêro, que oitenta por cento dos seus concidadãos que viajam, só

atravessam o oceano largo para molhar um pouco a garganta. E a nação vai perdendo na sua economia sem o correspondente proveito na sua moralidade.

A franqueza do sólido capitão que levou à França o braço e a espada de alguns milhões de soldados do novo continente, é, realmente, notável. Pershing aprecia o bom *whisky* e o bom *champagne,* e não sente constrangimento em confessar o seu gôsto. "In vino veritas". E êle estava, talvez, ao dar a sua entrevista a uma fôlha parisiense, nas melhores disposições para dizer a verdade.

Ao examiná-lo sob êsse aspecto, vem-me, todavia, à lembrança, uma figura antiga, que tem, com a sua, mais de um ponto de contacto. E' Demóstenes, filho de Alcístenes, general que os atenienses deram como companheiro a Nícias na expedição contra Siracusa. Austero, sisudo, ponderado, Nícias, na expressão de um historiador, era o Heráclito dessa aventura militar. Boêmio e jovial, conhecendo o gôsto de todos os vinhos de Naxos, de Paros e de Córcira, o homônimo do máximo entre os oradores de Atenas equivalia a Demócrito, senhor do riso e mestre da alegria. Grande, forte, espadaúdo, Demóstenes era uma espécie de gigante feliz que infundia coragem aos gregos nas suas horas de desolação e desânimo. Jamais travou uma batalha sem render ao filho de Sémele as homenagens do culto. Na sua ausência, Aristófanes procurava comprometê-lo na opinião popular. A verdade, porém, é que Demóstenes, enquanto lhe deram vinho, triunfou sôbre todos os inimigos da pátria. E foi preciso que Gilipo e Erasínides o bloqueassem por terra e por mar, impedindo-lhe o reabastecimento da cratera, para que lhe faltassem o ímpeto e as altas inspirações estratégicas, e caísse, com os seus 40.000 homens, nas mãos dos siracusanos. Dioniso puniu-o de morte, num desfiladeiro da Sicília, no dia em que êle, o cíato vazio, não bebeu à sua glória.

O general Pershing não está, aliás, sòzinho no seu país, nessa campanha contra a proibição. A mitologia católica atribue a Noé, como se sabe, a idéia do aproveitamento da videira, e da fabricação e utilização do vinho. Foi uma bebedeira do Patriar-

ca, informa a Bíblia, que determinou a desigualdade entre os seus filhos, a maldição de Cam e a bênção a Sem e a Jafet, e, conseguintemente, a diferença das raças na humanidade reconstituída. Em uma carta a Morelet, observava o puritano Benjamim Franklin que a Verdade estava, realmente, no vinho. "Antes de Noé, — escrevia o sábio americano — não tendo para beber senão água, os homens não podiam reconstituir a Verdade. Assim, êles se transviaram, tornaram-se abominàvelmente maus, e foram justamente exterminados pela água, que gostavam de beber". Descoberto o vinho por Noé, nunca mais houve Dilúvio.

Pershing e Benjamim Franklin discordam, como se vê, da moderna escola penal, que admite a privação dos sentidos pelo álcool. Mas estão de acôrdo com os romanos, e, sobretudo, com os persas dos tempos de Herôdoto. Conta, efetivamente, êsse venerando historiador, que, quando tinha um negócio sério a tratar, o persa começava por embriagar-se. Colocados os dois contratantes no mesmo estado, discutiam as bases da transação, assentando-a provisòriamente. Passada a primeira noite de sono, era a discussão renovada, com os contratantes em jejum. Se êles aprovavam a resolução tomada quando estavam bêbados, o negócio ficava concluído. E bebia-se de novo para festejar o acontecimento.

Para os romanos, o vinho não constituiu, jamais, um vício degradante. Catão, o censor, tomava uma bebedeira todas as noites para esclarecer o espírito e renovar os pensamentos virtuosos da véspera. A paixão do vinho era tão intensa, na República e no Império, que êsse mesmo Catão, pôde dizer um dia, no Senado, com as sete bôcas da sua conciência: "De todos aqueles que revolucionaram a República, César era o único que não estava bêbado!" Isto vem em Suetônio, na *Vida de César*. Varrão informa que Mezêncio fez a guerra aos latinos ùnicamente para apoderar-se do vinho que êles guardavam, e é Platão, se me não engano, quem afirma que os pais, na Grécia, começaram a beijar as filhas na bôca para se certificarem de que elas não tinham bebido vinho na sua ausência.

Anda, pois, muito bem, o venerando herói americano, batendo-se pela liberdade do copo na sua pátria. Nem era, aliás, de es-

perar outra cousa de um soldado leal e destemido, cujos exércitos se bateram na Grande Guerra pela libertação da Champagne, e que, vencida a luta, ainda impuseram, pela palavra dos seus pacifistas, a sua vontade em Genebra...

XXXVIII

O HOMEM QUE DECIFROU A NATUREZA

ACHA-SE no Rio de Janeiro, onde pretende apresentar ao público as suas curiosas aptidões, um homem que, segundo assegura a imprensa, aprendeu o idioma de todos os sêres vivos, e que se acha apto a palestrar com um tigre, com um cachorro, com um galo, com um pintassilgo ou com uma vaca. Sentados um diante do outro, cada qual à sua maneira, o homem e o bicho podem conversar um dia todo, contando as novidades mais curiosas do seu mundo. E êsse homem, que se chama Fred Bernardi, é brasileiro, do Rio Grande do Sul.

Eu tinha conhecimento, já, de indivíduos da espécie humana que entraram em contacto verbal com outros, que a História Natural denomina irracionais. Sertório conversava com a sua corça, Maomé com o seu pombo, Balaão com a sua burra, Abd-el-Mumen com o seu leão. Plínio refere-se

a rouxinóis que aprenderam latim e a cotovias que se manifestavam em grego, e, se me não engano, de um corvo poliglota. As "Mil e Uma Noites" estão cheias de episódios em que os irracionais comentam a estupidez humana, e de indivíduos que entendem perfeitamente o barrido do elefante, o berro do bode e o zurro do jumento. Há, mesmo, um conto, em que um marido salva a própria vida, posta em perigo pela espôsa deshumana, porque surpreendeu a palestra que, a seu respeito, haviam travado o cavalo da sua sela e o boi do seu curral. Os árabes explicavam, entretanto, as razões dessa familiaridade entre o chamado Rei da Criação e os sêres inferiores: a cabra, o jumento, a vaca e a ovelha não são senão formas passageiras de criaturas humanas cujas almas se acham encarceradas no arcabouço das aves e dos quadrúpedes, para cumprimento de sentenças, lavradas pela sabedoria divina. A galinha que vem cacarejar diante de nós pode ser muito bem, a portadora da alma de uma namorada nossa, falecida há tempos. O corpo de um macaco constitue, possìvelmente, uma simples metamorfose do nosso avô. A metempsicose

regia essas imprevistas transmigrações, enchendo o mundo de mistério e de surpresas.

Há muito tempo não aparecia, porém, um homem com a capacidade dos antigos. Os bichos, para maior garantia das espécies, haviam reformado a sua prosódia, dificultando a descoberta dos seus segredos e novidades. Um ou outro mortal mais audacioso afirmava, às vezes, compreender o que diziam o gato, na sua volúpia, o ganso, no seu grito, ou o pombo, nos seus amores. A verdade, porém, é que os bichos zombavam do poliglota cuja entrujice não era denunciada por falta de alguém que soubesse, entre os homens, aquilo que êle dizia saber.

E eis que, de repente, chega do sul um gaúcho, um rio-grandense legítimo e declara-se pronto a conversar com o bicho que se leve à sua presença. No seu entusiasmo por êsse patrício nosso, informam os meus confrades da *A Noite* que êle "andou pelos desertos, para aprender a linguagem dos leões". E essa informação deve ser verdadeira. Se êle andou pelos areais adustos com êsse objetivo e regressou incólume, é porque conseguiu realmente aquilo que desejava. E escapou, sem dúvida, com a vida,

porque ouviu o leão dizer à leoa o dia em que devia comê-lo, — descoberta que permitiu a sua evasão, e que êle viesse denunciar aos homens aquilo que, na sua intimidade, dizem as feras, em conselho de família.

Ao que se conclue das informações da imprensa, o nosso patrício Bernardi vai dizer pùblicamente, no Rio, o que conversam, entre si, tatús, carneiros e tamanduás. Cante o galo e, pela entonação, êle traduzirá por inteiro a frase do galináceo. Possue, de cor, o vocabulário do pato, inclusive as obcenidades que êle profere, às vezes, em voz baixa e rouca, mesmo na presença da senhora. Conhece a gramática dos macacos, a história anedótica dos camelos narrada por êles próprios, e até a música pela qual a cascavel se rege, quando agita o chocalho. Fossem os bichos consultados de véspera se desejavam sair na loteria, e êle acertaria diàriamente, cercando no caminho aquele que fosse designado. Traduz o ronco do porco, e o balido da ovelha, e o miado da onça, e o grito do pavão, como o barão de Ramiz Galvão traduz Homero, e Roquete-Pinto traduz Goethe, e eu traduzo Eça de Queiroz.

Para a sua inteligência, não há língua difícil. E isso deve êle, talvez, à feliz circunstância de ter sido criado, desde pequenino, com língua do Rio Grande.

E', positivamente, uma virtude excepcional, essa, de que a Natureza dotou êsse homem. Pela voz de uma ave, conhece-lhe êle o pensamento. Cante um galo, e êle denuncia o que a ave quer dizer com o seu canto. Pelo esfôrço, pela tenacidade, pelo trabalho, êle conhece a relação existente entre a voz e as idéias de um leão.

— E' assombroso! — comentava eu, ontem, à saída da Academia. — E dizer-se que êsse homem é brasileiro!

— Pois, é porque êle é brasileiro e de Pôrto-Alegre, que chegou a essa perfeição, — informou-me, circunspecto, um confrade.

E indiscretamente:

— Então você não sabe que êle chegou a êsse grau de sutileza procurando decifrar a política do Rio Grande?

XXXIX

CABRAL E O BRASIL

PATROCÍNIO Filho escreveu, há nove ou dez anos, uma revista, para um dos teatros do largo do Rocio, da qual fazia parte um quadro de fina ironia e que obteve êxito imediato e merecido. A cena representava o litoral de Pôrto-Seguro no momento da chegada, alí, das naus lusitanas. Contentes e felizes, os aborígenes dansavam na areia fresca e batida pelas ondas, inteiramente despreocupados com o seu destino. As vagas rolavam e ferviam e êles erguiam o seu canto bárbaro aproveitando a música do oceano. De repente, porém, um dêles leva a mão à testa, fazendo com ela pára-sol que lhe proteja os olhos desconfiados. Divisa ao longe uma asa enorme, de imensa gaivota pousada no mar. Outras asas acompanham a primeira, e êle as indica aos companheiros, estendendo o braço, o dedo espetando o horizonte. Os selvícolas atentam para o rumo apontado, interrompendo as cantigas e a dansa. E é quando, compreen-

dendo a verdade terrível, o mais velho dos bugres solta um urro de desapontamento e de dôr:

— Bonito! Os portugueses nos descobriram!...

A impressão dêsse grito ficou, parece, na alma dos homens e das cousas do Brasil; e manifesta-se no silêncio preventivo que cerca, hoje, no país inteiro, o nome do almirante luso que adicionou estas imensas terras americanas ao vasto império que Portugal começava a consolidar no Oriente. Observa-se, efetivamente, em tudo, e por toda parte, uma evidente má vontade contra êsse navegador discreto e disciplinado, como se tivéssemos vergonha ou, pelo menos, certo constrangimento, de haver sido descobertos por êle. E isso quando, para melhor lhe magoarmos a memória ilustre, cercamos de veneração, por todos os modos, e em todas as oportunidades, o nome do genovês que descobriu a América.

Observemos, por exemplo, o que se dá no Rio de Janeiro, cuja vida é o índice, em relêvo, da vida nacional. Que possuímos nós, aquí, para memorar a figura e o feito de Pedr'Álvares Cabral? Não há, parece,

um só estabelecimento que lhe repita o nome. Por toda a cidade, e a cada passo, entretanto, lê-se o de Colombo, glória continental: Confeitaria Colombo, Casa Colombo, Armazens Colombo, Papelaria Colombo, Açougue Colombo, Garage Colombo, Marcenaria Colombo. Cabral não tem nada: nem armazém, nem confeitaria, nem papelaria, nem açougue, nem garage. Há uma rua Pedro Álvares Cabral; mas, essa, em Cachambí, e tão escondida que o patrono, êle próprio, que descobriu o Brasil por acaso, não a descobriria por maior que fosse a vontade. Enquanto isso, Cristóvão Colombo tem duas vias públicas batizadas com o seu nome, e teve já uma terceira, que é a atual rua Dois de Dezembro, no bairro mais elegante da capital. Há uma rua Cabral, na Saúde, e um código Cabral, na política. Mas o Cabral da Saúde é Sacadura, e o da Política é João.

Dir-se-á, talvez, que Pedr'Álvares Cabral possue um monumento em um dos pontos mais movimentados do Rio de Janeiro. Êsse, porém, além de não ser dêle só, não é conhecido por "monumento de Cabral", ou "monumento a Cabral"; o monumento é o

"Três de Maio", é o monumento do "Centenário", o "monumento da Descoberta do Brasil". Evita-se, como por uma fatalidade, falar na figura que lá se acha no ponto mais alto e que, quanto mais se mostra, menos a gente vê. Muitas pessoas se recordam, mesmo, ainda, do episódio ocorrido em 1900 na ocasião em que se inaugurava êsse grupo de bronze: no momento de descerrar a cortina, essa ficou presa na cabeça de Cabral, de modo a tornar-se preciso que um marujo nacional marinhasse pelo monumento e fosse, como se frisava na época, "descobrir" o homem que havia descoberto o Brasil.

Sejamos, pois, menos injustos e ásperos com o taciturno navegador que nos revelou ao mundo. Não lhe queiramos mal por isso, recordando que êle não teve culpa nenhuma nesse incidente. Perdoemo-lo, sobretudo, lembrando-nos que êle, feita a descoberta, ficou de tal modo arrependido que nunca mais voltou por aquí...

XL

OS ADIANTADOS

COM a assinatura da lei de 13 de Maio de 1888, — contava-me, há uma dezena de anos, em Itaboraí, um velho fazendeiro da região, — a lavoura entrou em decadência em toda a província do Rio de Janeiro. Famílias opulentas ficaram reduzidas quasi à miséria. Ninguém mais falou em festa, mesmo de igreja. Cada um escovou a sua sobrecasaca, pôs cânfora na caixa do chapéu, esfregou cebo de carneiro nas botinas de cordovão, e ficou em casa à espera dos acontecimentos. Sete ou oito anos depois, as cousas melhoraram. E o senhor não imagina o que foi o primeiro baile oficial realizado no edifício da Câmara de uma cidade cujo nome eu lhe não quero dizer. Cavalheiros houve que apareceram exibindo rabonas que já eram velhas no tempo do Império, enquanto outros, antigos oficiais da Guarda Nacional, traziam à cinta a espada escura de ferrugem, em cujo punho se achava gravada a efígie do Imperador. Quanto às senhoras, eu nem lhe digo. Ha-

via-as de vestido de cauda, de anquinhas, de veneráveis saias balão, ao lado de outras que trajavam o mais recente figurino do Rio. Tinha-se a impressão de estar em um museu de indumentária retrospectiva. Parecia que se tinham desarrumado para aquela reunião arcas e baús fechados há meio século!

A reorganização da vida pública em novos moldes, têm pôsto em atividade, nestes últimos meses, no Brasil, centenas de homens de boa-vontade, cada um dos quais é portador de um plano infalível, remédio seguro para salvar o país. Daí o desfile de idéias de todas as idades, contemporâneas de todos os séculos, cujos propugnadores as apresentam como novidade quando elas pertencem, já, aos olhos de outros, a um passado remoto e quasi olvidado. Está se repetindo, em suma, na imprensa brasileira, em matéria de direito público, o baile famoso e imprevisto a que se referia o fazendeiro de Itaboraí.

Há um conto inglês de E. C. Thompson, que retrata, possìvelmente, de modo mais preciso ainda, alguns dêsses espíritos *adiantados* que pretendem fornecer à nação o seu

novo modêlo político. E' a história de Patrick O' Halloran, empregado de "mister" Joshua J. Jordan, corretor em Londres. Perseguido por um sono constante, manhã não havia em que Patrick não chegasse tarde ao escritório. Até que, um dia, o patrão lhe dirigiu êste "ultimatum":

— Se amanhã o senhor não estiver aquí às nove em ponto, pode ir descascar cebolas ou criar porcos na sua terra, porque está despedido da minha casa. E diga a seu reverendíssimo pai que é inútil procurar para o senhor um lugar no comércio, no qual, como êle sabe, se exige em tudo a máxima pontualidade.

Nessa noite Patrick resolveu criar vergonha, e comparecer, no outro dia, à hora marcada por "mister" Joshua. Passaria a noite acordado, mas, às nove horas, se acharia lá. Era quarta-feira, 6 de novembro, e no dia seguinte, quinta-feira, estaria no trabalho antes de qualquer dos companheiros. À meia-noite, vencendo valentemente o sono, passeava êle, ainda, de um lado para outro do quarto. Às três da manhã não pôde mais e deitou-se.

Um raio de sol vermelho deslizou pelo

seu rosto, abrindo-lhe os olhos. Patrick passou a mão pela cara, e, olhando o relógio, viu que eram oito horas e vinte minutos. Em quarenta minutos estaria no escritório, correspondendo, assim, à ordem do patrão. Vestiu-se, comeu alguma cousa, e saiu assobiando, contente consigo mesmo. E faltavam cinco minutos para as nove quando penetrou no estabelecimento, a fisionomia risonha, de homem vitorioso. Ao empurrar, porém, a grade do compartimento em que trabalhava, "mister" Joshua ergueu-se da cadeira e caminhando ao seu encontro, entregou-lhe um envelope com dinheiro. Patrick tomou-o, sem compreender.

— Pode ir-se embora, — disse-lhe o patrão, severo. — Não preciso perguntar-lhe onde esteve ontem, pois que durante todo o dia não apareceu aquí.

Patrick fixou involuntàriamente os olhos na parede e deu com o calendário. Êste marcava sexta-feira, 8 de novembro. Êle havia dormido um dia e duas noites!

É êsse, mais ou menos, o caso de alguns dos nossos espíritos *adiantados*. Pensam que chegam cinco minutos antes. E vêm, já, com trinta e seis horas de atraso!...

XLI

A FORMIGA ENTRE AS CIGARRAS

CHABÍ Pinheiro deixou uma fortuna de dois mil contos de réis!

Foi esta a notícia sensacional de ontem. Foi esta a novidade internacional mais comentada nos círculos dos homens de sonho e de espírito, ao anoitecer, quando circulavam, já, as últimas edições das fôlhas da tarde. E as conjecturas, os comentários, e as informações irrompiam e circulavam, como enxames de môscas que se levantam do mesmo cadáver.

As reflexões que o telegrama de Lisboa, portador dêsse esclarecimento, despertou, foram, entretanto, das mais melancólicas. Que teria custado a Chabí, de heroísmo, de esforços, de sacrifícios, de tenacidade inflexível, a reunião dêsse dinheiro, transformado em alguns milhares de títulos da dívida pública portuguesa? Há cincoenta anos pisava êle, com o seu pé miúdo e o seu corpo enorme, os palcos dos dois países.

Dos seus patrícios que emigraram para o Brasil no mesmo período, mais de mil fizeram fortuna igual ou superior. A de Chabí é a única, entre todas, que espanta. O dinheiro tornou-se de tal forma incompatível com a honestidade e a inteligência, que, ao ter notícia de que um escritor ou um artista morreu deixando herança volumosa, a primeira idéia que acode aos colegas é, logo, eliminá-lo da classe, transferindo-o para outros quadros profissionais.

Chabí Pinheiro deveu o milagre dêsse pecúlio amontoado, menos, talvez, ao seu talento do que ao seu físico. A conquista do dinheiro, proveiu, sem dúvida, das suas virtudes de artista, dos maiores das duas pátrias, as quais eram consideráveis. Mas a faculdade de guardá-lo, deveu-a êle à sua figura que lhe criava dificuldades para dissipá-lo. Pesado, gordo em excesso, era forçado a tornar-se uma excepção nas tradições boêmias do teatro luso-brasileiro. As suas distrações eram moderadas, e de pequeno custo as suas demasias. Fosse belo, e forte, e ágil, e teria encontrado nas noitadas longas o segrêdo de fazer economias curtas. Por isso mesmo, eu compreendo

melhor a herança de Chabí, do que a fortuna de Fróis. Chabí amealhou porque pertencia a uma raça de homens poupados e, sobretudo, porque não "podia" gastar. Fróis, nascido em um país de imprevidentes, amontoou porque não "queria" dissipar. E Chabí permaneceu no palco muito mais tempo, com uma popularidade mais vasta.

Os dois mil contos de Chabí Pinheiro vão ficar, assim, ao lado do seu talento, das suas admiráveis qualidades de artista, na história do teatro português. As formigas esquecerão, possìvelmente, que êle foi cigarra, e cantou. Mas as cigarras não olvidarão, jamais, que êle foi formiga, e guardou...

XLII

DEUS, MINISTRO DA FAZENDA

A anedota já foi contada em livro, mas pode suportar a repetição, porque é boa e, sobretudo, porque é oportuna. O sol também aparece todos os dias, e, excepção do nordestino, ninguém é capaz de condenar-lhe a presença.

Quando, em 1923, as letras francesas comemoraram o centenário de Renan, foi Anatole France convidado pelo Colégio de França para tomar parte, com uma breve conferência, nas homenagens à memória daquele seu meigo irmão irreverente. O romancista de *Thaïs* aceitou o convite e aproveitando a oportunidade que a comemoração lhe oferecia, passou a fazer o elogio de monsenhor Loisy, que fôra o sucessor de Renan naquela instituição de eruditos. Humilde na sua sabedoria, o eminente sacerdote vivera, sempre, afastado da agitação do mundo, preferindo à missão de amansar ovelhas humanas, a de criar pintos e frangos de raça, em uma pequena propriedade à

margem do Sena. Amigo de Loisy, Anatole batera-se pela sua elevação à cadeira de Renan. Por ocasião dêsse pleito, havia quem estranhasse o interêsse de um céptico daquela estatura por um membro do clero, como Loisy. Anatole, porém, justificava-se:

— Para a vaga de um santo, só Deus. E monsenhor Loisy me recorda o primeiro Deus, na sua sabedoria.

E explicava:

— Como Deus sôbre os homens, monsenhor Loisy vela sôbre as suas galinhas. Depois, mata-as. Monsenhor Loisy é, mesmo, superior a Deus, pois come as suas vítimas, e a fome o justifica. Deus não tem, sequer, essa desculpa!

Era êsse episódio, pôsto em relêvo pela mais sábia das reflexões, que me vinha ontem à memória, ao ler e ao ver a notícia e a reportagem fotográfica publicadas pela *A Noite* na sua última edição, a propósito da incineração do papel moeda, ontem mesmo, na Caixa de Amortização. Eram dezenas de sacos, contendo quinhentas mil notas, de grande e pequeno valor, num total de onze mil e quinhentos contos de réis. Lançado

ao forno, êsse dinheiro estava reduzido, momentos depois, a alguns punhados de cinza, de poeira inútil, de areia fina, vã e imponderável. Valiam tanto, alí, os onze mil e quinhentos contos, quanto os sacos em que haviam sido atirados à incineração.

E eu me pús a refletir, como Anatole diante das galinhas de monsenhor Loisy, na semelhança, que há, entre Deus e um ministro da Fazenda. Um ministro emite notas do Tesouro. Notas grandes e pequenas. Atira-as ao mundo. E elas começam a circular. Umas valem mil réis. Outras quinhentos mil. As primeiras, humildes na sua aspiração, singelas no seu sonho, são mais numerosas, e reduzem o seu mundo à mão dos pobres, dos proletários obscuros, dos que trabalham muito e ganham pouco. Não descansam nunca, as cédulas miúdas. Por isso, estão quasi sempre sujas, e aparecem dilaceradas, e cobertas de remendos. As outras não. Circulam em mãos limpas de poeira, de barro, de carvão. Passam meses e meses repousando nos cofres dos Bancos ou dos usurários, ou vivem dobradas cuidadosamente, entre o pó de arroz e o "baton", na carteira das mulheres de luxo. Mas, um

dia, o ministro resolve, como Deus com as suas criaturas, recolher e incinerar as suas cédulas. E vão para o fogo as de dez tostões e as de quinhentos mil réis. E tornam-se em cinza, pela qual ninguém dá um níquel, as de quinhentos mil réis como as de dez tostões!

Incinerada uma emissão, Deus, e o Ministro, lançam outra, maior que a anterior. E a circulação vai aumentando. E o mundo se vai enchendo de gente. E tudo, gente e notas, vai acabar, um dia, de novo, no fôrno do Ministro ou no fôrno de Deus...

Cédulas de quinhentos mil réis, sêde mais modestas quando encontrardes uma de dez tostões. Tudo acaba em cinza!...

XLIII

UM FILME QUE PRECEDEU O CINEMA

AS grandes emprêsas cinematográficas atravessam, não raro, como todas as instituições dependentes da imaginação humana, graves crises de assunto. Os temas capazes de interpretação inteligente, e de proveitosa fixação na tela, escasseiam frequentemente, comprometendo fábricas, destruindo reputações artísticas, aborrecendo o público internacional, — e isso ùnicamente por falta de espíritos criadores ou pela fadiga daqueles que existem.

Essa falta de motivos merecedores de registro na tela é, entretanto, aparente. A vida humana, em nossos dias, é povoada de surpresas, e, quando nos faltassem estas, haveria o repositório inesgotável da História, seminário inexhaurível de ensinamentos e novidades, repleto de particularidades curiosas. Cada lápide, cada pedra do caminho, contém um segrêdo imprevisto. Cada manuscrito mal manuseado é um pedaço

de mundo antigo, que aguarda, apenas, para ressuscitar, para mover-se, um toque de vara mágica. As épocas que o Tempo atirara ao abismo do Passado estavam cristalizadas no livro, imobilizadas no vácuo, paralisadas na memória dos homens. Havia uma pequena mola desconhecida cujo mecanismo devia pôr em movimento êsse conjunto de personagens e fatos. E foi o botão dêsse aparelho que se descobriu com o cinema, cujo préstimo em restaurar acontecimentos e vultos é, realmente, prodigioso.

A escolha de assuntos antigos torna-se, todavia, difícil. E era com essa convicção que eu lia, há pouco, no velho tratado de um diabolista, um episódio cômico de incontestável autenticidade, no qual se sucedem, como nos filmes modernos, alguns lances curiosos e inesperados.

Um inglês, antigo capitão de navio, tendo contraído nas Índias uma apreciável fortuna em febres intermitentes, resolve regressar para a Inglaterra, onde se hospeda na casa de um médico celibatário, seu conhecido e seu amigo. Certo dia, como o hóspede se encontrasse melhor, o médico levantou-se pela madrugada e partiu para visitar um cliente residente nas vizinhanças de Londres, recomendando, entretanto, à governante, que vigiasse cuidadosamente o enfêrmo. Se a ordem foi boa, a execução foi melhor. Assim que o patrão se afastou, a velha correu, solícita, a olhar o doente, e com tanto carinho que, à saída, se esqueceu de fechar convenientemente a porta do quarto.

Por êsse tempo, no século XVII, discutia-se vivamente na Inglaterra, especialmente em Londres, a ação nefasta dos maus espíritos. O Diabo, com a sua côrte de súditos obedientes, amedrontava a cidade e o país, cometendo toda sorte de tropelias. O mundo infernal, partidas as cadeias que lhe traçavam os limites no fundo fervente da terra, espraiara-se, de repente, pela superfície do globo, para uma caça furiosa de almas e, mesmo, de corpos desprevenidos. Londres inteira vivia alarmada com as aparições, com as ciladas, com os crimes, com espantosas surpresas que lhe davam a certeza de que a Inglaterra caíra, de fato, nas mãos escuras e impenitentes do irreconciliável inimigo de Deus. E isso coincidia, no terreno das conquistas materiais, com o de-

senvolvimento da indústria da graxa, a qual, com os seus lucros, animava os vendedores de fuligem a penetrar sub-reptìciamente nas casas, para retirar, às escondidas, o detrito das chaminés.

O capitão acabava de acordar, estremunhado, na casa do amigo, quando, ao voltar os olhos para a porta entreaberta, viu passar no corredor um vulto inteiramente negro, cujos olhos fulguravam na meia escuridão.

— É o Diabo! — pensou.

Corre à porta, para ver, e, não encontrando ninguém, pois que o visitante misterioso havia desaparecido sob a chaminé, volta para a cama, e põe-se a tremer, de terror. Nesse instante, abrem a porta principal da casa. É o médico que regressa, e que caminha para o quarto do enfêrmo. Ao penetrar, porém, no quarto, êste se põe repentinamente de pé, o rosto macilento, os olhos fora das órbitas, batendo fusiosamente os dentes.

— O Diabo está aquí — exclama. — Os demônios tomaram conta da casa! Eu vi! Eu vi! Passou aí no corredor um dêles! Passou que eu vi!...

Supondo-o sob o delírio da febre, ou com um ataque subitâneo de loucura, o Doutor toma-lhe o pulso, e tem os olhos na porta, sorrindo, quando se lhe arrepiam repentinamente os cabelos: na penumbra do corredor, com um saco às costas, passa um grande vulto negro, em cujo rosto de carvão os olhos faíscam como brasas.

— O Diabo! — exclama, por sua vez.

E como se voltasse para o capitão de navio, que havia deslizado para debaixo da cama, e não o veja, conclue:

— O Diabo carregou-o! Era êle que ia no saco!

E, apavorado, atira-se escada abaixo, pedindo socorro.

Atraídos pelo barulho, a vizinhança e os transeúntes postam-se em multidão diante da residência do Doutor, que grita, as mãos na cabeça:

— O Capitão! O Diabo está lá dentro, e tem o Capitão metido num saco! Salvem o Capitão! Quem salva o Capitão!

Atordoado com o vozerio, o limpa-chaminés corre para a escada, procurando sair. Vendo o povaréu deixa o saco no último degrau, em cima, e desaparece fugindo pelo te-

lhado. Percebendo, por seu turno, os gritos do povo, o Capitão trata, também, de fugir; sai debaixo da cama, e atira-se para a porta. A precipitação é, todavia, tamanha, que, encontrando no caminho o saco de fuligem, tropeça nele, e vem, com êste, que se abre, pela escada abaixo, aos trambolhões. Ao vê-lo de roldão ao lado do saco, a multidão não quis saber de nada.

— O Capitão fugiu do saco! — berraram quinhentas bôcas.

E dispararam todos em debandada, naquela manhã nevoenta, pelas ruas sossegadas de Londres.

Informado do fato o govêrno inglês mandou instaurar um inquérito. E por três dos documentos que o compõem, agora reconstituídos por um piedoso defensor do Diabo, se conclue, sem esfôrço, que o cinema cômico já existia ao vivo em peças de "grand-guinol", muito antes da eletricidade...

XLIV

OS CARIOCAS E SEU VERÃO

O aparecimento efetivo, embora não oficial, do verão, levou alguns cronistas mundanos a reflexões sôbre os hábitos cariocas, nos dias de calor. E um dêles, homem viajado, recordou o que se faz na Europa e na América do Norte, onde a população, asfixiada nas cidades, corre para o campo, estirando-se beatìficamente à sombra das árvores, após uma refeição alegre e de emergência. No Brasil, as matas estendem-se ao lado das habitações urbanas, oferecendo-lhes a doçura da sua sombra. O homem não a aproveita. Para o brasileiro da cidade, o mato é para o bicho, é casa de onça, refúgio de cobra, residência de capivara ou tatú. E, por isso, deixa-se ficar sob a grelha das tênhas, assando o miolo que lhe sobra do Carnaval, abanando-se melancòlicamente com um leque, se é remediado, ou, se é pobre, com uma tampa de caixa de sapato.

Êsses hábitos têm, todavia, a sua explicação. As cidades em que os moradores procuram a floresta na época dos grandes calores, são, ordinàriamente, as que se acham situadas longe do mar. Nas cidades marítimas, o homem prefere a praia ao mato, a água à sombra. E o Rio de Janeiro é, sobretudo, uma cidade marítima.

Dir-se-á, talvez, que, nesse caso, a população deveria correr, em grande parte, para as praias, o que não acontece. Mas, isso mesmo é explicável. O Rio de Janeiro é uma cidade situada à beira do mar, mas de trânsito difícil, em virtude dos seus morros, das cadeias de montanha que a atravessam. Essa condição topográfica faz com que duas têrças partes da sua população se considere tão longe das praias como se morassem numa cidade central. Quem nasce e mora na Tijuca, é, em relação ao banho de mar, como se nascesse e vivesse em Belo-Horizonte.

Observará, talvez, alguém, que, dadas essas circunstâncias, o morador da Tijuca deveria, nos dias e horas de calor, refugiar-se na floresta. Devia, mas não se refugia. E isso tem, também, uma explicação. O Rio de Janeiro possue florestas, mas que não convidam ao repouso. São florestas de montanha, em terreno íngreme, e sem nenhum trato. Para sentar-se à sombra de uma árvore, tem o homem que limpar o chão, depois de haver aberto o caminho. Acresce que as teras arborizadas pertencem, mesmo assim, todas, a particulares, que as reservam para o machado do lenhador e para a fogueira sacrílega do carvoeiro.

O abandono da floresta pelo carioca é, dêsse modo, perfeitamente justificável. Não obstante isso, não se pode dizer que a cidade não tem modificado os seus processos de suportar o verão. De ano para ano, é maior o número de frequentadores das praias. Aos calções pelo tornozelo, e aos casacões descendo até à altura do joelho, sucederam calções hipotéticos, que descobrem três quartas partes do corpo. O linho branco vem tomando o lugar aos tecidos de lã com que os nossos avós afrontavam os 38º à sombra, de agôsto a abril de cada ano.

A propósito dessa evolução que se vem operando nos costumes, convém notar, talvez, um episódio. Na última legislatura da Câmara dissolvida pela Revolução de 1930, conversava-se em uma roda, no recinto,

quando um deputado observou que estávamos, quasi todos, vestidos de linho. E foi quando o deputado Aarão Reis, com a autoridade dos seus oitenta anos, confessou:

— Uma das maiores alterações havidas no Brasil, é essa, no trajo dos congressistas. Eu ainda alcancei o tempo em que não se entrava no recinto da Câmara sem sobrecasaca preta, e sem ter deixado na portaria o chapéu de pêlo, mesmo com o calor mais rigoroso. E ainda me lembro do escândalo que houve na casa quando um deputado apareceu na sala das sessões trajando um terno de casimira clara!

Não é preciso, aliás, ir muito longe, ou ter vindo de muito longe, para verificar essa alteração do indumento legislativo. Quem, que tenha vivido no Rio há vinte anos, não viu, na Avenida Central, em pleno verão, Lopes Trovão e Coelho Lisboa, lado a lado, metidos nas suas sobrecasacas e no seu chapéu de pêlo? Quem não assistiu, diàriamente, a passagem de João Alfredo, pela rua do Ouvidor, rumo do Banco do Brasil, metido numa rabona que faria suar um esquimau na Groenlândia?

O verão do carioca de hoje não é, pois, mais, o do seu avô, e, mesmo, o do seu pai. O brasileiro do Rio vai, aos poucos, se despindo. E isso faz com que alguns, ao passar pelas praias, indaguem, com um sorriso nos lábios e um susto no coração:

— Senhor Deus, como se vestirá, ou, antes, como se despirá meu neto?

XLV

UMA TRAGÉDIA E UM COMENTÁRIO

HÁ uma escola de psiquiatria, baseada mais na história do que nas ciências experimentais, a qual considera certos loucos não como enfermos, mas como indivíduos normais aparecidos fora do seu tempo. Os conflitos que surgem entre êles e o meio, as suas originalidades e bizarrias, não são patológicas, mas naturais. E, se causam escândalo, é ùnicamente porque se revelam fora do ambiente, cronològicamente retardados e, consequentemente, deslocados, em desacôrdo com os demais. Um homem que, hoje, estrangula uma criança e a come, é, aos nossos olhos, um monstro, um doente. Colocado, porém, na sua tribu, há três ou quatro mil anos, ficará perfeitamente enquadrado e nos parecerá, para sua época e para o seu estado de barbaria, perfeito e normal.

Na sociedade, dentro de um prazo mais curto, desviadas mais ligeiramente do seu lugar no espaço e no tempo, surgem, tam-

bém, não raro, figuras que confirmam essa teoria empírica. E é a multidão delas que me vem à lembrança ao ler, nesta manhã amável e fresca do mais belo junho carioca, a descrição dessa tragédia de que foi cenário o Pão de Açúcar, e em que se espedaçou na pedra áspera da montanha um formoso corpo de mulher.

Em linhas ligeiras, dão os jornais os capítulos essenciais da história trágica. Um noivado, um casamento discordante pela diversidade dos gênios ou da educação, uma separação inevitável, e duas vidas solitárias, por exigência da lei. No isolamento, o infortúnio. No infortúnio, o desespêro de viver. E a morte de um dos desgraçados, no mais épico e impressionante dos suicídios.

Ora, ninguém dirá que, na sociedade atual, que se dissolve, seja êsse um caso excepcional. As sentenças estabelecendo desquite, são, hoje, quasi tão numerosas, no Rio de Janeiro, como os contratos de casamento. Levante o meu excelente amigo Heitor Lima a estatística das senhoras desquitadas existentes na cidade, e verá que o número delas é maior que o de viúvas, isto é, que a discórdia destrói, atualmente, maior número de la-

res que a própria Morte. Ninguém, no entanto, se suicida. Corressem a lançar-se do Pão de Açúcar todas as senhoras que se separam do marido e ninguém iria mais ao Chapéu-de-Sol no bonde aéreo: iria a pé, andando sôbre ossadas.

Mas essa formosa suicida que os bombeiros foram buscar ontem ao fundo do abismo não pertencia ao seu tempo. Era, certamente, um coração romântico e frágil, um espírito brasileiro à maneira dos bisavós, e não teve energias para suportar a adversidade e a solidão. Nasceu para ter um lar, e ser feliz. Não levou para a construção dêsse lar as virtudes de moderação e de paciência que se faziam indispensáveis à sua consolidação. E, morto o seu sonho, preferiu morrer com êle.

Era, assim, uma organização deslocada no tempo. Nós não vivemos mais na época em que a felicidade feminina consistia exclusivamente no lar e no amor. A mulher permanecia, outrora, dentro da vida, como Eva no Paraíso, isto é, na ignorância do Bem e do Mal. Não conhecia a Árvore da Liberdade, nascida de um enxêrto da Árvore da Ciência. Provou-lhe o pomo, e foi expulsa

do Éden. E hoje erra no Deserto, que é árido, mas que lhe compete cultivar, cobrindo-o, não de flores, mas de frutos, com a sua própria mão. A liberdade é boa, mas reclama tributos. À semelhança dos peixes que morrem em grande número quando são transplantados das águas de um lago morto para o leito de um rio corrente, é preciso ter alma para suportá-la. E essa alma não a têm, ainda, todas as mulheres.

Essa que se matou, era assim. Entre os dois abismos que se lhe cavavam aos pés, preferiu o menos profundo. Ajoelhemo-nos, todos, comovidamente, diante do seu corpo mutilado.

Remanescente de uma sociedade morta, ela foi, coerentemente, juntar-se aos seus mortos.

ÍNDICE

PÁG.

I — Contrastes 5
II — Dois apólogos:
I — Os dois hóspedes. . . . 9
II — A consoladora. 11
III — O mosquito e a imensidade. . . 15
IV — O fim do mundo. 21
V — O negro brasileiro 25
VI — Os velhos e o direito ao amor. . 31
VII — Dinheiro e suicídio 37
VIII — Há muito tempo, em Atenas . . 45
IX — "Stella Maris" 51
X — Jesús e Pedro 55
XI — "Victor victorum!" 59
XII — Psicologia das multidões . . . 63
XIII — Os fatos e as lendas. 69
XIV — Os herdeiros de Nobel. . . . 77
XV — A medicina em Baturité . . . 81
XVI — Elogio da imprensa. 91
XVII — Há vinte e um anos. 99
XVIII — A "Fôlha do Norte" 105
XIX — Fumando esperem... 115
XX — A triste história do rei Motawank-
kil. 123
XXI — O Carnaval e as velhas. . . . 129
XXII — As mulheres e a política . . . 135
XXIII — No tempo dos Macários. . . . 139
XXIV — Uma colônia de férias 145
XXV — Ingratidão dos galos carijós . . 151
XXVI — A vitória do "Psicopeta" . . . 159

PÁG.

XXVII — Um comentário e uma sugestão . 165
XXVIII — O último barão inglês 171
XXIX — A morte da declamação. . . . 177
XXX — Superstições literárias 181
XXXI — Dez minutos com o Camondongo Mickey 187
XXXII — Segredos da nossa casa. . . . 193
XXXIII — Elogio do boticão 199
XXXIV — O professor da roça. 205
XXXV — A casa do professor. 211
XXXVI — Flor de civilização 217
XXXVII — John Pershing e a lei sêca . . . 221
XXXVIII — O homem que decifrou a natureza 227
XXXIX — Cabral e o Brasil. 233
XL — Os adiantados 237
XLI — A formiga entre as cigarras . . 241
XLII — Deus, ministro da fazenda. . . 245
XLIII — Um filme que precedeu o cinema . 249
XLIV — Os cariocas e seu verão. . . . 255
XLV — Uma tragédia e um comentário. . 261